



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

LUIZ FELIPE BARBOSA ABREU

**HEMEROTECA PROTESTANTE EM PERNAMBUCO:
sentido de custódia e secularização**

Recife

2018

LUIZ FELIPE BARBOSA ABREU

**HEMEROTECA PROTESTANTE EM PERNAMBUCO:
sentido de custódia e secularização**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação.

Área de concentração: Informação, Memória e Tecnologia.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Galindo Lima

Coorientador: Prof. Dr. Edvaldo Carvalho Alves

Recife

2018

Catálogo na fonte
Bibliotecária Jéssica Pereira de Oliveira, CRB-4/2223

A162h Abreu, Luiz Felipe Barbosa
Hemeroteca Protestante em Pernambuco: sentido de custódia e secularização / Luiz Felipe Barbosa Abreu. – Recife, 2018.
118f.: il.

Orientador: Marcos Galindo Lima.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2018.

Inclui referências e apêndices.

1. Produção. 2. Custódia. 3. Hemeroteca. 4. Protestante. 5. Secularização. I. Lima, Marcos Galindo (Orientador). II. Título.

020 CDD (22. ed.) UFPE (CAC 2019-46)

LUIZ FELIPE BARBOSA ABREU

HEMEROTECA PROTESTANTE EM PERNAMBUCO: sentido de custódia e secularização

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Aprovada em: 28/02/2018

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Edvaldo Carvalho Alves (Coorientador)
Universidade Federal da Paraíba

Prof^ª. Dr^ª. Májory Karoline Fernandes de Oliveira Miranda (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Lourival de Holanda Barros (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

A Deus, cuja graça me basta.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a **Deus**, a Quem sou grato por tudo o que sou e tenho. Sem Ele a vida é vã e sem sentido. Até aqui Ele me sustem em seus braços de amor.

A minha querida e maravilhosa esposa, **Alexsandra Camila**, cuja paciência, conselhos e exortações são instrumentos poderosos que moldam o meu caráter, além da sua disponibilidade em transcrever todas as entrevistas. Obrigado, meu amor, sem você eu não chegaria até aqui!

Aos meus pais. A senhora **Leci Barbosa** que me ensinou a andar e nunca sair dos caminhos do Eterno Criador. Ao senhor **Luiz Henrique** que ao longo de sua vida sacrificou a si mesmo para investir em minha vida. Sem o esforço dos dois eu não chegaria até aqui. Seus sonhos são os meus sonhos!

A todos os meus familiares: **Wilson e Manju; Ralph e Elna; Jó** e seus filhos (**Igor e Ícaro**); **Barcelon e Milena** e, em especial, a **dona Leni** que sempre batalhou por esta família, da qual faço parte.

Aos meus sogros, **Sandra e Hamilton** que sempre me exortaram a seguir frente.

A minha cunhada, **Rafaela Santos**, cuja vida de dedicação aos estudos serviu de estímulo para prosseguir em frente com este trabalho.

Ao amigo e professor, **Marcos Galindo**, que sempre enxerga e trabalha para desenvolver o potencial que existe em cada pessoa com quem ele se relaciona. Comigo não foi diferente.

A família **Obreiros de Cristo**, congregação que forjou em mim a identidade de Filho de *Emanuel*. A liderança, meu muito obrigado pelo apoio.

A família **Rugido do Leão**.

Aos meus amigos e pastores **Edison Ricarte** e sua querida esposa **Jacqueline Susã**. Para mim, vocês serão sempre um referencial de luta, dedicação e amor por vidas. Este trabalho é fruto da dedicação que vocês dispenderam para abençoar a minha vida e a da minha esposa. Gratidão sempre!

Aos **Pongados**, amigos para toda vida! Seus nomes: **Tiago e Roberta (Betinha); Odlaniger (Nino)** e sua esposa **Jéssica (Nina); Ronaldo** e sua esposa **Felicidade; Bruno** e sua esposa **Márcia; Emerson (Mecinho)** e sua esposa **Rafaela (Rafinha)**. Quando estive desanimado ou desesperado para concluir este trabalho vocês sempre foram um suporte que não me deixou desistir deste sonho! A vocês muito obrigado.

A **Escola João Paulo II**, cuja direção, coordenação e funcionários confiaram, ao longo desta trajetória, em meu trabalho, permitindo sempre eu seguir em frente.

A todos os alunos do ensino fundamental II, cujo amor e carinho foram necessários para o andamento desta pesquisa. Do 6º ano 9º ano (2018). A vocês meu grande reconhecimento e gratidão!

Aos *Extraordinários* alunos do **9º ano da Escola João Paulo II** concluintes no ano de 2017. Vocês me ensinaram a nunca desistir de sonhar e persistir. O apoio de vocês resultou este trabalho. Para vocês meu muito obrigado por partilhar quatro anos de muito aprendizado!

Ao **Centro Profissional Especial** pela ajuda dispensada quando da necessidade de encaixe de horário de trabalho que não viesse prejudicar o andamento desta pesquisa.

RESUMO

Pesquisa descritiva que teve como objetivo geral identificar o sentido que revestiu a produção e a custódia da hemeroteca protestante em Pernambuco nas principais instituições de ensino teológico das denominações batista e presbiteriana. Adota como referencial teórico a definição de informação proposta por Silva e Ribeiro (2002) que perspectivam este objeto como um fenômeno humano e social passível de ser comunicada socialmente por meio de seus registros em qualquer suporte. Os mesmos autores perspectivam a Ciência da Informação como uma ciência social aplicada voltada para os problemas, temas e casos que estão relacionados com o fenômeno info-comunicacional. Desta feita, esta área científica possui uma relação interdisciplinar com as ciências sociais e humanas. A pesquisa, portanto, estabeleceu uma relação interdisciplinar com a sociologia e a história em busca de subsídios teóricos que pudessem estabelecer uma relação entre os principais conceitos com os quais se fundamentou, a saber: *religião, informação e memória*. Concluiu-se que a informação em seu formato registrado e sua consequente comunicação no tecido social teve um papel fundamental no processo de secularização da sociedade brasileira principalmente na derrubada da hegemonia da religião católica no campo religioso permitindo a emergência do pluralismo religioso. Adota a pesquisa documental, ao consultar as principais obras historiográficas no que se refere à inserção protestante no Brasil e a função que os impressos dessa confissão exerceram na atividade missionária. Foi identificada, no estudo, a busca pela afirmação de um sentimento de pertencimento empreendida por seus editores a partir das querelas provocadas na imprensa com sacerdotes católicos ultramontanos. Adota a pesquisa de campo em duas instituições de ensino teológico protestantes em Pernambuco, a saber: O *Seminário de Educação Cristão (SEC)* e o *Seminário Presbiteriano do Norte (SPN)*. Nelas foram aplicadas entrevistas a funcionários que lidam de certa forma com a hemeroteca custodiada nestas instituições. A análise de conteúdo das entrevistas contou com a análise temática - *sentidos atribuídos à custódia da hemeroteca protestante* – que permitiu identificar que a hemeroteca custodiada nestas instituições possibilitou a construção de uma memória que fundamenta a constituição da identidade denominacional aos batistas e presbiterianos em Pernambuco.

Palavras-chave: Produção. Custódia. Hemeroteca. Protestante. Secularização.

ABSTRACT

The descriptive research had the purpose of identifying the performance of a production and the custody of the Protestant newspaper library in Pernambuco in the main institutions of theological teaching of the denominations Baptist and Presbyterian. Addition as theoretical reference of a teaching proposal by Silva and Ribeiro (2002) that perspective the function as a human and social phenomenon that can be socially communicated through the medium of its records in any medium. The authors envisage the Information Science as a social science and focused on the problems, themes and processes that are related to the information-communicational phenomenon. In this way, this area has an interdisciplinary relationship with the area of social and human sciences. The research, therefore, is an interdisciplinary relationship with sociology and a history in search of subsidies that focus on a relationship between the main concepts of search for foundations, knowledge, religion, information and memory. The social software in the social communication of social media should not be found in the fundamental of socialization the emergency the emergency religion in the religion of the religion the plural religion the religion. It adopts a documentary research, when consulting like main works historiographical that do not refer to the insertion Protestant in Brazil and that exert the function of confession exercised in the missionary activity. The study identified a search for the affirmation of a sense of entrepreneurial participation by its editors from the quarrels in the press with ultra-Catholic Catholic priests. Field research at two Protestant theological institutions in Pernambuco, a saber: The Christian Education Seminar (SEC) and the Northern Presbyterian Seminary (SPN). In them they were applied interview to employees who deal with a certain way with a custody newspaper library. The analysis of interviews had thematic analysis - senses produced by the custody of the Protestant newspaper library - which allowed to identify that the newspaper library guarded the institutions made possible the construction of a memory that based the denominational identity to the Baptists and Presbyterians in Pernambuco.

Keywords: Production. Custody. Newspaper Library. Protestant. Secularization.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Catecismo de Heidelberg, em versão espanhola de 1628.....	81
Figura 2 –	Edição comemorativa do centenário da presença presbiteriana no Brasil do Jornal <i>Brasil Presbiteriano em 1959</i>	83
Figura 3 –	Jornal <i>O Batista</i> , 1º edição, 1901.....	100

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Proporção da população residente, por religião, segundo as Grandes Regiões 1960/2000.....	52
Tabela 2 –	Pergunta nº 1 do questionário aplicado aos estudantes do SEC.....	94
Tabela 3 –	Pergunta nº 2 do questionário aplicado aos estudantes do SEC.....	94
Tabela 4 –	Pergunta nº 3 do questionário aplicado aos estudantes do SEC.....	95
Tabela 5 –	Pergunta nº 4 do questionário aplicado aos estudantes do SEC.....	95

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	RELIGIÃO, INFORMAÇÃO E MEMÓRIA.....	19
2.1	RELIGIÃO E SOCIEDADE.....	20
2.2	INFORMAÇÃO E SOCIEDADE.....	25
2.3	MEMÓRIA E SOCIEDADE.....	30
2.4	CONCLUINDO.....	35
3	CUSTÓDIA E SECULARIZAÇÃO.....	37
3.1	SOBRE O CONCEITO DE SECULARIZAÇÃO.....	37
3.1.1	Raízes históricas e religiosas da secularização.....	38
3.1.2	Secularização, pós-secularização, pluralismo religioso.....	41
3.2	SECULARIZAÇÃO E O CUSTODIALISMO.....	44
3.3	CONCLUINDO.....	51
4	IMPRESSOS RELIGIOSOS NA HISTÓRIA DO BRASIL.....	52
4.1	REFORMA E CONTRARREFORMA NO BRASIL COLONIAL.....	53
4.1.1	A imprensa, o catolicismo e o padroado nos primeiros anos da colonização.....	53
4.1.2	Impressos e a evangelização calvinista no Brasil Holandês.....	58
4.2	(RE) INSERÇÃO PROTESTANTE NO SÉCULO XIX.....	61
4.3	REFORMA E CONTRARREFORMA NA REPÚBLICA VELHA.....	69
4.4	INFORMAÇÃO, MEMÓRIA E RELIGIÃO NA SOCIEDADE BRASILEIRA: ALGUMAS REFLEXÕES.....	74
5	SENTIDO DA CUSTÓDIA DA HEMEROTECA PROTESTANTE EM PERNAMBUCO.....	86
5.1	INSTITUIÇÕES PESQUISADAS.....	86
5.2	ENTREVISTAS: ANÁLISE DE CONTEÚDO.....	87

5.2.1	Entrevista nº1: Geraldo (ex-bibliotecário e funcionário do Seminário Presbiteriano do Norte).....	87
5.2.2	Entrevista nº2: Solange (diretora do Seminário de Educação Cristã).....	92
5.2.3	Entrevista nº3: Iceia (professora do Seminário de Educação Cristã).....	97
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	104
	REFERÊNCIAS.....	106
	APÊNDICE A - ROTEIRO PARA A ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA APLICADA A FUNCIONÁRIOS DAS INSTITUIÇÕES PESQUISADAS.....	112
	APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ESTUDANTES DO SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO CRISTÃ.....	113
	APÊNDICE C - LISTA DE PERÍODICOS CUSTODIADOS DISPONÍVEL NO TERMO DE CUSTÓDIA TEMPORÁRIA PARA A DIGITALIZAÇÃO DO ACERVO DO SPN.....	114
	APÊNDICE D - LISTA DE PERÍODICOS CUSTODIADOS E CATALOGADOS NO SEC.....	117

1 INTRODUÇÃO

O processo histórico que resultou na formação da comunidade protestante no Brasil, a partir do século XIX, teve na atividade editorial para a ação propagadora das ideias e valores desse grupo um dos pilares fundamentais. Estiveram à frente deste empreendimento batistas, presbiterianos, congregacionais e metodistas, que se constituem no que hoje se caracteriza como *protestantismo de missão*¹.

A partir da edição de jornais, revistas, folhetos e opúsculos cuja produção e difusão estiveram a cargo dos pastores brasileiros e missionários norte-americanos que atuaram aqui no século XIX e XX - foi consolidada uma cultura escrita por esses grupos evangélicos possibilitando uma extensão das mensagens comunicadas no interior das primeiras igrejas instaladas naquele período (VASCONCELOS, 2010).

A distribuição e divulgação de impressos protestantes foi trabalho realizado inicialmente por *associações voluntárias* principalmente pela *Sociedade Bíblica Britânica* e pela *Sociedade Bíblica Americana* que enviavam missionários e comerciantes de Bíblias e livros para o Brasil. Tais suportes informacionais se constituíram como veículos e espaços de disputas (BRAGA, 2011, p. 242) e delimitadores da identidade² religiosa dessas denominações frente a constante oposição dos sacerdotes católicos que procurava anular e a não legitimar tal atividade.

No campo da comunicação, os litígios entre católicos e protestantes foram travados inicialmente na tribuna da imprensa secular (VASCONCELOS, 2010, p. 60). Temas como a abolição da escravidão, a separação da Igreja em relação ao Estado, entre outros, foram intensamente debatidos nesses veículos, muitas vezes, possibilitando a aproximação de protestan-

¹ Esta categorização segue a que foi feita por Mendonça e Velasques Filho (2002, p. 25). Tais autores definem este tipo de protestantismo como grupo “*ligado com a cultura religiosa americana menos estável e em constante ebulição, com tendência para manter confronto com a cultura brasileira*”. Dessa forma, os autores, distinguem estas denominações do *protestantismo de imigração* representado, por exemplo, pelos luteranos que possui uma ligação com a cultura religiosa europeia e tendente ao ajustamento com a cultura brasileira. Consequentemente há diferença desses dois grupos com o pentecostalismo.

² Além da definição proposta por Pollack usada no primeiro capítulo, acrescenta-se a definição construída por Castells (p. 57 e 58) que afirma que é um “*Processo pelo qual um ator social se reconhece e constrói significado principalmente com base em determinado atributo cultural ou conjunto de atributos, a ponto de excluir uma referência mais ampla a outras estruturas sociais. Afirmação de identidade não significa necessariamente incapacidade de relacionar-se com outras identidades (por exemplo, as mulheres ainda se relacionam com os homens), ou abarcar toda a sociedade sob essa identidade (por exemplo, o fundamentalismo religioso aspira converter todo o mundo). Mas as relações sociais são definidas vis – à – vis as outras, com base nos atributos culturais que especificam a identidade*”.

tes com setores da sociedade civil, dentre eles, os maçons, com os quais partilhavam interesses políticos comuns³.

A circulação dos conteúdos desses documentos abriu novas alternativas para a constituição de um novo cenário religioso brasileiro. Conseqüentemente, a hegemonia do catolicismo, instituído como religião oficial desde o período colonial até o império, foi sendo corroída, exigindo dela a convivência, ou melhor, a disputa por espaço com uma nova vertente do cristianismo.

Atualmente, em Pernambuco, estas fontes estão custodiadas nas principais instituições de ensino teológico e de preparação missionária das denominações presbiteriana e batista. A biblioteca do Seminário Presbiteriano do Norte (SPN) possui exemplares do jornal *Norte Evangélico*, *Imprensa Evangélica*, *O Brasil Presbiteriano*, *O Puritano* e o *Supre*. Esses impressos, de valor histórico eminente, passaram pelo processo de digitalização com o objetivo de disponibilizar o acesso digital e online desse acervo. Esse trabalho foi possível graças à parceria que a referida biblioteca estabeleceu com o laboratório LIBER do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco. As bibliotecas do Seminário Teológico Batista do Norte (STBN) e do Seminário de Educação Cristã (SEC), são instituições da denominação batista que guardam e preservam hemerotecas produzidas por esses editores ao longo do processo que levou a sua consolidação como grupo religioso no Brasil no século XX. Neste *corpus*, destaca-se o jornal *O Batista*, há 115 anos em circulação.

No pano de fundo daquela produção editorial religiosa no Brasil e da sua custódia nas referidas instituições, a sociedade ocidental experimentava – e ainda experimenta - um processo identificado pelas ciências sociais como *secularização*. Em síntese, este conceito aponta para uma configuração de um cenário religioso que se faz cada vez mais plural, devido ao enfraquecimento de uma regulação exercida por uma instituição religiosa. Neste novo cenário, as organizações dessa natureza têm buscado atender às necessidades espirituais dos diversos grupos sociais, o que tem suscitado a formação de um espaço denominado como *mercado religioso* (GUERRA, 2000), nos quais elas se propõem a concorrer umas com as outras para atender a essas demandas, a partir do oferecimento de seus produtos e serviços.

Concentramos o esforço desta dissertação em torno da hemeroteca protestante formada no intervalo entre 1864 a 1960, entendendo estes veículos de comunicação como produtos informacionais inseridos no mercado religioso brasileiro. A escolha desse recorte cronológico

³ Ou seja, a defesa pela democracia e pelo regime republicano tão característico do regime político norte americano.

se justifica pelo fato de que a década de 1860 foi o período da publicação do primeiro jornal protestante no Brasil, cujo título é *Imprensa Evangélica* (VASCONCELOS, 2010, p. 34). O período final da década de 1960 refere-se ao periódico protestante mais recente a ser digitalizado do acervo do Seminário Presbiteriano do Norte, sobre o qual será debruçado.

A pesquisa partiu de um *problema* específico sintetizado na pergunta: qual a relação entre a produção e a custódia da hemeroteca protestante produzida e posta em circulação no Brasil nos séculos XIX e XX?

A reflexão deste questionamento auxiliou a consolidar os limites do *objetivo geral* que consiste em identificar o sentido que revestiu a produção e a custódia da hemeroteca protestante em Pernambuco nas principais instituições de ensino teológico das denominações batista e presbiteriana. Os *objetivos específicos*, por sua vez, foram elencados da seguinte forma:

- a) Produzir uma contextualização histórica da produção editorial protestante nos séculos XIX e XX;
- b) Relacionar a prática custodialista com o processo de *secularização*;
- c) Identificar os interesses por detrás da custódia dessa hemeroteca nas referidas instituições;
- d) Identificar o papel da referida hemeroteca na construção da memória dos grupos protestantes pesquisados (batista e presbiteriana).

O enquadramento desta pesquisa no campo da Ciência da Informação (CI) se fez a partir da inserção da discussão que envolve a religião como elemento adjetivo ao objeto de estudo da área. No âmbito desta disciplina, só recentemente foram desenvolvidas pesquisas relacionando *religião, informação e memória*⁴. Portanto, a cientificidade da Ciência da Informação seria, nesse caso, ir além das práticas documentais de bibliotecários, arquivistas e documentalistas, das quais alicerçou a sua condição secundária na produção científica, assumida por esses profissionais e resumida no lema: *servos dos servos da ciência*.

⁴ Ao se fazer uma busca na plataforma BRAPCI com os descritores “*informação religiosa*”, foram encontrados trinta e quatro (34) registros. A partir da leitura dos resumos desses documentos foram identificados um total de oito trabalhos produzidos por pesquisadores ligados a área. Dentre as teses e dissertações que fazem um estudo da mesma natureza, destaca-se as dissertações de Santos (2014), cujo título é *O Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na disseminação da Informação Religiosa* e a de Garcia Júnior (2016), cujo título é *As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) como estratégia de disseminação e uso da informação religiosa pelas comunidades católicas de Campina Grande*. Ambas foram desenvolvidas pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFPB.

Nesse caso, a condição científica da área, estaria no estudo social no qual se insere o fluxo informacional (ARAÚJO, 2009, p.202 e 203), ou seja, nas condições sociais, políticas, religiosas, culturais, tecnológicas, econômicas em que a *informação* – em todas as suas possíveis adjetivações – se insere. Araújo (2009, p. 203) atesta esse aspecto nas emergentes correntes teóricas, nas quais a CI tem passado por um movimento de incorporação da complexidade, na qual envolve o seu objeto e de sua vinculação decisiva no terreno das ciências humanas e sociais.

Partindo deste princípio é de se esperar que, no campo da informação, as práticas dos arquivistas, bibliotecários e documentalistas não atendam por si só uma busca completa pela compreensão do comportamento, produção, seleção e uso da informação. Shera (1977, p. 11) já alertava para este fato ao indicar uma nova postura profissional que deveria ser assumida pelos bibliotecários. Isto quer dizer que esta profissão deveria estar pautada em uma compreensão da utilidade do conhecimento no tecido social. A proposta da autora em criar uma nova disciplina, a *epistemologia social*, já era uma evidencia clara em buscar superar a visão pragmática, ao estabelecer como foco daquele novo campo *a produção, fluxo, integração e consumo de todas as formas de pensamento comunicado através de todo o modelo social* (SHERA, 1977, p. 11).

Tendo isso em vista, esta dissertação está referenciada teoricamente na proposta de Silva e Ribeiro (2002) que perspectivam a informação como um fenômeno humano e social, além de ser comunicada socialmente por meio de seus registros em qualquer suporte. Esses autores estabelecem como metateoria⁵ explicativa da CI os paradigmas *custodial, historicista, patrimonialista e tecnicista* - ligada à formação dos Estados Nacionais e Culturais dos séculos XIX e XX e cuja ênfase repousa no documento na sua guarda e preservação -; e o paradigma *pós-custodial, informacional e científico* que está em emergência pela difusão e aperfeiçoamento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). Essa transição paradigmática, segundo os autores, ainda se encontra em curso. A adoção e orientação da definição que os autores dão a área norteará a pesquisa realizada nessa dissertação. Essa perspectiva referencia a CI como uma ciência social aplicada voltada para os problemas, temas e casos que estão relacionados com o fenômeno info-comunicacional (SILVA e RIBEIRO, 2011, p. 71).

⁵ Segundo o Wikipédia, metateoria pode ser definida como área do conhecimento que teoriza sobre a própria teoria de uma dada ciência. Pode ser considerada como o equivalente à epistemologia. <https://pt.wikipedia.org/wiki/Metateoria>.

Quanto aos fins a pesquisa se caracteriza como *descritiva* ao identificar o sentido que fundamentou a produção e a custódia do *corpus documental* protestante aqui delimitado. Quanto aos meios, a dissertação pautou-se em uma pesquisa documental, ao utilizar obras historiográficas referentes ao protestantismo e à imprensa confessional na História do Brasil. Também se caracteriza como pesquisa de campo em duas instituições, a saber: o *Seminário de Educação Cristã* (SEC) e o *Seminário Presbiteriano do Norte* (SPN). Nestas duas instituições foram aplicadas entrevistas semiestruturadas a funcionários que de certa forma lidam com a hemeroteca delimitada por esta pesquisa.

Desta feita, foi possível obter depoimentos de duas funcionárias do SEC – a diretora Solange e a professora Icea – e um do SPN – pastor Geraldo, ex-bibliotecário da referida instituição, atuando atualmente no setor administrativo. Para a análise do conteúdo das entrevistas, foram selecionados trechos que atenderam ao seguinte tema: *sentidos atribuídos à custódia da hemeroteca protestante*. Portanto, trechos que não viessem a contemplar esta temática foram excluídos. Ancorado nisto, foi possível concluir a partir das falas dos entrevistados que a hemeroteca protestante se constituiu como *ponto de referência* para a constituição da memória e identidade religiosa nos indivíduos entrevistados.

A estrutura do presente trabalho, por sua vez, se divide da seguinte forma:

Nesta primeira sessão, a introdução, foi discutida o problema que norteou a pesquisa, bem como a descrição dos objetivos e do referencial teórico que fundamentou o texto, ora aqui apresentado.

Na segunda sessão foi tecida uma discussão acerca da construção da realidade social por três elementos, a saber: *Religião, informação e memória*. Para o primeiro, a perspectiva adotada foi a de Berger (1985) que analisa o papel desempenhado pelo fenômeno religioso na formação da sociedade. Conseqüentemente, a discussão em torno dos outros dois foi canalizada para permitir a compreensão da função que eles possuem na formação desta realidade.

Por sua vez, na terceira sessão, foi inserida no centro das atenções a relação entre a prática da custódia e o processo de secularização, o qual tem provocado a emergência de um cenário religioso diversificado.

Na quarta sessão, foi feita uma narrativa histórica acerca da produção e circulação de impressos religiosos no Brasil, buscando contemplar o objetivo de identificar nesses documentos o papel que desempenharam na promoção do pluralismo religioso na sociedade brasileira em seu aspecto religioso.

Na quinta sessão, foram apresentados os procedimentos metodológicos que compuseram a presente pesquisa. Consequentemente, foram selecionados e adaptados trechos das falas dos funcionários entrevistados juntamente com os comentários do presente pesquisador a fim de identificar os sentidos que aqueles indivíduos atribuem a custódia da hemeroteca preservadas nas instituições, nas quais trabalham. Acrescenta-se, ainda, a discussão dos resultados obtidos a partir da aplicação do questionário aos estudantes do Seminário de Educação Cristã que permitiu identificar o nível de conhecimento deles sobre a existência da hemeroteca protestante na referida instituição.

Por último, foram feitas as considerações finais deste trabalho, nas quais foi possível relacionar as discussões tecidas em cada sessão com objetivo de assistir o problema, no qual este trabalho se norteou.

Complementam este documento, os apêndices, nos quais serão evidenciadas as perguntas das entrevistas e dos questionários, bem como a lista de periódicos identificados ao longo da pesquisa.

2 RELIGIÃO, INFORMAÇÃO E MEMÓRIA

O mundo social é uma realidade construída pelo ser humano. Na base dessa construção encontram-se a religião, a informação e a memória. Esses elementos, dentre outras funções, possibilitam o estabelecimento de relevantes estruturas da sociedade.

Nesta sessão, teceremos uma discussão acerca dos papéis que esses elementos desempenham no processo formativo da realidade social. Conforme o estudo das sociedades humanas, sejam elas antigas ou contemporâneas, é possível identificar que os grupos, os papéis e as instituições sociais, na maioria das vezes, estão fincados neste tripé. Eles agem em conjunto. Assim como o cimento mistura-se com a areia, água, brita, entre outros materiais, para o estabelecimento de qualquer edifício, *religião*, *informação* e *memória* agem de forma conjunta para a construção de determinada realidade da massa social.

É com esta perspectiva de construção que buscamos, nesta parte da discussão, lançar os fundamentos de conceitos chave. Nesta sessão, procuramos apontar um caminho possível para a compreensão do papel desempenhado pela hemeroteca protestante em Pernambuco, bem como o entendimento do sentido que a custódia desse *corpus documental* possui para as instituições que as preservam.

Inicialmente, eles serão pontuados separadamente, sempre associados com o termo *sociedade*. Dessa forma, será possível perceber a contribuição particular de cada um destes conceitos na formação do mundo social. Por último, serão feitas algumas reflexões sobre como esses elementos agem de forma conjunta na constituição da sociedade.

No entanto, é preciso pontuar que o conceito *sociedade* possui diversas interpretações teóricas tanto no que tange a sua natureza, quanto no tocante ao seu relacionamento com os indivíduos. No campo das ciências sociais essa diversidade interpretativa é bem perceptível. Portanto, é importante clarificar qual fio condutor tomado nesta dissertação. Adotou-se aqui a perspectiva social de Peter Berger (1985) em grande parte apoiado na sua obra *Dossel Sagrado*. Neste texto, o autor segue a linha do clássico teórico da sociologia, Émile Durkheim, o qual se baseia na força coercitiva das instituições sociais no processo formativo de ser social. A sociedade é interpretada, portanto, como um todo orgânico, no qual estas instituições agem buscando o estabelecimento de uma ordem *nômica*.

O conceito *religião*, a seu turno, foi usado na perspectiva adotada em Berger (1985) que identifica nele um papel fundamental no interior do processo de legitimação da realidade social. Por conseguinte, *informação* e *memória* serão perspectivadas, a partir dos teóricos in-

seridos dentro do campo da Ciência da Informação e das ciências humanas, mas orientados pela perspectiva que Berger adota para a análise do processo da construção da realidade social.

2.1 RELIGIÃO E SOCIEDADE

A história dos homens e das mulheres em sociedade é marcada por mudanças e permanências. Dois aspectos que não são antagônicos ou excludentes, mas que estabelecem entre si uma relação dialética. Tal perspectiva permite compreender que os tempos – passado, presente e futuro - estão inter-relacionados. Os seres humanos carregam no presente “pedaços” do passado, mas se organizam e até se reinventam para as novidades trazidas por tempos futuros e inéditos. Dessa forma, o “viver” é uma construção assumida, mesmo que sem intenção clara e objetiva, por todos os seres humanos.

Resultante dessa construção, a realidade social não deve ser encarada como um produto natural. Por ser tipicamente humana, esta realidade deve ser vista e estudada como um produto cultural, artificial. Nela, encontram-se todos os artefatos construídos que permitem a sobrevivência humana no mundo. Roupas, ferramentas, armas, legislações substituem o lugar das peles, garras, presas e instintos dos quais o restante dos animais possuem na busca de alimentos, abrigos e sentido para o mundo que os rodeia. Todos estes produtos representam séculos de experiência acumulada pela tradição social (CHILDE, 1978, p. 32 e 33).

O homem, além de produzir o mundo social, produz-se a si mesmo. Ou melhor, produz a si mesmo na realidade social. Biologicamente privado de *um mundo do homem*, constrói um mundo humano fundamentado na *cultura*, no qual consiste na totalidade dos produtos culturais sejam eles materiais ou não (BERGER, 1985, p. 19). Talvez a conceituação do termo *cultura* feita por Morin (2003), seja válida para compreender o papel desempenhado por todo este capital cultural. O autor define que:

O patrimônio hereditário dos indivíduos está gravado no código genético; o patrimônio herdado está gravado, em primeiro lugar, na memória dos indivíduos (cultura oral), depois escrito na lei, no direito, nos textos sagrados, na literatura e nas artes. Adquirida em cada geração, a cultura é continuamente regenerada. Constitui o equivalente a um genos sociológico, ou seja, a um engrama-programa que garante a regeneração permanente da complexidade (MORIN, 2003, *apud*, SILVA, 2006, p. 15).

A sociedade não é, somente, resultado da ação humana, mas se constitui como uma condição necessária dela, uma vez que é nesta realidade que as atividades de construção do mundo são estruturadas, distribuídas e coordenadas (BERGER, 1985, p. 21).

Berger (1985) vai mais longe e afirma que entre o ser humano e a sociedade há também uma relação dialética em que um molda o outro. Ou seja, os indivíduos, em constante relação entre si, constroem e moldam a sociedade, ao passo que são influenciados e moldados por ela. O mesmo autor (BERGER, 1985, p. 19), analisando essa dinâmica, explica melhor os três passos deste processo dialético. São eles:

- a) *Exteriorização*, que representa a contínua efusão (manifestação, comunicação dos sentimentos) do ser humano sobre o mundo, quer na atividade física quer na atividade mental e é através desse processo que a sociedade se torna um produto humano;
- b) *Objetivação*, que é a conquista por parte dos produtos dessa atividade (física e mental) de uma realidade que defronta com os seus produtores originais como facticidade exterior e distinta deles. É através desse processo que a sociedade se torna uma realidade *sui generis*;
- c) *Interiorização*, que é a reapropriação dessa mesma realidade por parte dos homens, transformando-a novamente em estruturas do mundo objetivo em estruturas da consciência subjetiva. É através dela que o homem se torna um produto da sociedade.

As instituições (família, estado, igreja, escolas) e os papéis sociais (mãe, pai, filho) são resultados, portanto, do processo de *objetivação*. Eles adquirem o *status* de realidade exterior ao homem, mas também se revestem de um poder de coerção ao impor aos indivíduos uma ordem estabelecida pelo mundo social. Associado aos passos apontados por Berger que constituem o processo dialético entre a sociedade e os seres humanos estão relacionados também à transmissão de uma geração a outra do capital cultural tanto por meio da educação formal e como da informal. Mas, o êxito desse processo ocorrerá quando houver uma simetria entre o mundo objetivo da realidade social e a subjetividade do indivíduo, ou seja, quando a estrutura que fundamenta o mundo social estiver internalizada em cada integrante da sociedade (BERGER, 1985, p. 28).

Nesta dinâmica, Berger defende que a construção desta realidade se constitui, acima de tudo, como uma *ordenação da experiência*. Isto quer dizer que cada indivíduo atribui sentido a sua vida dentro da lógica da sociedade objetivada, a qual tem o poder de lhe proporcionar um senso de segurança e identidade. No entanto, quando isto não ocorre o indivíduo entra num estado de fragilidade, de deslocamento dentro daquele mundo. Para isso existem as instituições sociais, as quais são postas num caráter exterior e coercitivo com o objetivo de manter a *ordem social* e garantir o senso de pertencimento a todos os integrantes desta realidade.

Por sua vez, a religião, enquanto ordenadora da experiência, possui um lugar fundamental neste processo. É porque ela exerce um papel único para a constituição da legitimação da realidade social e de suas instituições objetivas que são internalizadas subjetivamente. Assim o processo de legitimação pode ser entendido como

(...) um ‘saber’ socialmente objetivado que serve para explicar e justificar a ordem social. Em outras palavras, as legitimações são as respostas a quaisquer perguntas sobre o “por que” dos dispositivos institucionais (BERGER, 1985, p. 42).

A religião legitima, segundo Berger (1985, p. 48), as sociedades e suas instituições que as mantem referenciando os fenômenos humanos em um quadro cósmico. Dessa forma, pretende relacionar a realidade humana (microcosmo) com a realidade última, universal e sagrada⁶ (macrocosmo). Seguindo a visão deste autor, a religião confere às instituições uma aparência de inevitabilidade, firmeza e durabilidade. Diante das mudanças decorrentes no desenrolar do tempo, essa legitimação religiosa possui o poder de suspender estas instituições das contingências humanas e históricas.

Além do mais, a religião se constitui como uma força organizadora diante do caos. Passando em revista a história das sociedades espalhadas pelo mundo afora é possível perceber, nos mitos, o poder organizador do caos pelos deuses. Pode-se evocar como exemplo, a da luta do deus Baal contra *Lotan*, monstro marinho, que segundo Armstrong (2011, p. 38) é o *Leviatã*, ao qual a Bíblia se refere no Velho Testamento. Sobre este mito, a referida autora afirmar que

⁶ “Por sagrado entende-se aqui uma qualidade de poder misterioso e temeroso, distinto do homem e todavia relacionado com, que se acredita residir em certos objetos da experiência. (...) O sagrado é apreendido como algo que ‘salta para fora’ das rotinas normais do dia a dia, como algo de extraordinário e potencialmente perigoso, embora seus perigos possam ser domesticados e sua força aproveitada para as necessidades cotidianas (BERGER, 1985, p. 38 e 38).

O dragão ou o monstro simbolizam em quase todas as culturas o informe e o indiferenciado. Ao matar Lotan, Baal sustou a deterioração, remetendo-a de novo ao caos primordial, do qual se origina toda vida – humana e divina. O mito reflete o medo da extinção, da aniquilação, que, naqueles primórdios da civilização, era uma possibilidade constante. (ARMSTRONG, 2011, p. 38).

O *desmedido*, fator a ser temido não só nas sociedades antigas, mas também nas contemporâneas, era representado, em muitas ocasiões pelo *mar* e o *deserto*. O primeiro não tinha forma, era aberto, vasto e amorfo simbolizando a força do caos e da desordem. O segundo representava a força contra a fertilidade, aspecto essencial para a economia agrária das sociedades do crescente fértil (ARMSTRONG, 2011, p. 38). Esta autora traz outro relato interessante que reproduzimos a seguir:

Os mitos de Ugarit contavam a história da luta desesperada de Baal contra Yam-Nahar, o deus dos mares e dos rios, e Mot, o deus da morte, da esterilidade e da aridez. Imaginava-se este último como uma força voraz, insaciável, ávida de carne e sangue humanos. Baal teve muita dificuldade para derrotar esses dois inimigos: ao defrontar-se com Mot, teria caído prisioneiro, sendo confinado nos domínios de seu adversário – o mundo subterrâneo, o “abismo” do temível nada. Enquanto ficou preso, a terra secou, convertendo-se em deserto. Baal enfim venceu, porém sua vitória nunca foi completa. Yam e Mot sobreviveram: o poder assustador do Caos era uma perene ameaça, e a Morte, a mais inelutável das certezas. *Deuses e homens tinham de unir forças e combater-los sem trégua* (grifo nosso). (ARMSTRONG, 2011, p. 38).

É perceptível, na última linha grifada, que a ordem microcós mica e a macrocós mica se unem para enfrentar o poder destruidor do caos e da desordem que ameaçam as instituições e os papéis sociais garantidos pela legitimação religiosa. Os rituais⁷, portanto, assumem o papel da lembrança desta luta. Através dessas cerimônias, deuses e homens se uniam para afastar a “ameaça destruidora” do tempo. Berger (1985, p. 53), defende que esses rituais consistem em duas partes: (a) *Dromena*, as coisas que precisam ser feitas; e b) *Legoumena*, coisas que precisam ser ditas. Ou seja, prática e discursos religiosos agem em conjunto com o intuito de re-

⁷ Chauí (2012, p.319) define rito como “*uma cerimônia em que gestos determinados, palavras determinadas, objetos determinados, pessoas determinadas e emoções determinadas adquirem o poder misterioso de presentificar o laço entre os humanos e a divindade*”. A mesma autora afirma que os rituais religiosos são repetitivos em dois sentidos principais: o primeiro consiste na repetição de um acontecimento essencial (como a ceia, no caso do cristianismo); o segundo está no fato de que atos, gestos, palavras e objetos devem ser sempre os mesmo devido a sua consagração ao deus.

lembrar aos seres humanos os significados tradicionais narrados e transmitidos através dos mitos.

Essas histórias sagradas se constituem como uma narrativa de origem (*Legoumena*). Por meio delas são indicadas aos homens e mulheres as respostas às perguntas: “*Quem sou?*”; “*De onde vim?*”; e “*Para onde vou?*”. Com elas, o indivíduo pode referenciar a sua biografia com uma ordem macrocósmica, justificando ações, papéis sociais assumidos e instituições. Aliás, nestas narrativas, é possível perceber a construção tanto das *teogonias* (a geração dos deuses) como das *cosmogonias* (a geração do universo) (CHAUÍ, 2012, p. 318). Tanto em uma como na outra, essas histórias buscam evidenciar como deuses e ser humano organizaram o caos, a desordem primordial.

Mas é comum e inevitável haver situações marginais que comprometem toda a estrutura de *plausibilidade* construída pela religião. O tempo continua a se locomover, por mais que os homens e mulheres tentem controlá-lo. Por mais que se defenda a eternidade como algo imutável e esgotável, o tempo na *cidade dos homens* traz eventos inesperáveis e mentalidades que conflitam com a tradição. Dessa forma, forças *anômicas*⁸ afetam a estabilidade do *nomos*⁹. Diante destas contingências surgem, então, as *teodiceias* que consistem em tentativas da religião em explicar e enquadrar qualquer força desestruturante da realidade social. Berger (1985) afirma que estes fenômenos:

(...) devem não só ser superados, mas também explicados – a saber, explicados em termos do *nomos* estabelecido na sociedade em questão. Uma explicação desses fenômenos em termos de legitimações religiosas, de qualquer grau de sofisticação teológica que seja, pode chamar-se uma *teodiceia*. (...) essa explicação não precisa vincular-se a um sistema teórico complexo. (BERGER, 1985, p.65).

Como visto, há diferença quanto ao grau de racionalidade das diversas *teodiceias*. Na maioria dos casos o caráter *pré-teórico* tende a prevalecer em religiões que não foram afetadas pelo processo de racionalização. Em contrapartida, religiões como o cristianismo, mais especificamente proveniente da Reforma e cuja teologia possuiu um caráter de sistematização racional tendem a apresentar *teodiceias* em base não só prática, mas também a nível teórico.

⁸ A saber ausência de leis ou de regra; desvio das leis naturais; anarquia; desorganização.

⁹ Sobre este conceito, Berger (1985, p. 32) escreve uma nota de rodapé que diz: *O termo “nomos” é indiretamente derivado de Durkheim a partir do conceito de anomia*. O sociólogo citado na frase, considerado um dos fundadores da sociologia enquanto área científica defendia o poder coercivo das instituições sociais na regulação e ordem social, ou melhor, no *nomos* social.

Mesmo assim, independentemente do nível das teodiceias, as religiões tendem pela busca na manutenção da tradição; da realidade que elas legitimam.

2.2 INFORMAÇÃO E SOCIEDADE

Entretanto, na constituição de cada sociedade, não são apenas as instituições e os papéis sociais os produtos e os modeladores dos seres humanos. A *informação* também é algo elementar no processo dessa construção. Ela se apresenta importante não só na formação, mas também na intermediação comunicativa entre os indivíduos. As narrativas sagradas transmitidas oralmente, os livros sacros que materializam essas histórias, os códigos legais, o conhecimento registrados em livros didáticos, são exemplos que podem ser evocados em que a informação assume a função legitimadora da realidade social.

Mas é necessário, nesta parte da discussão, partir de uma conceituação para o termo a fim de clarificar os contornos teóricos adotados nesta dissertação, uma vez que este conceito por si só carrega em seu bojo uma grande variedade semântica. Em diversos contextos teóricos e metodológicos o termo ganha contornos diferenciados. Ilharco (2004) já afirmava que

Assim, constatando a não existência de informação universalmente aceite, deve apontar-se não apenas a complexidade do fenômeno, mas também a impossibilidade ‘tout court’ de tal definição dado os diversos pressupostos ontológicos e epistemológicos que necessariamente informariam qualquer posição ou proposta definição (ILHARCO, 2004, p. 3).

Talvez as raízes etimológicas latinas da palavra informação sirvam para compor o texto ora aqui apresentado. Capurro e Hjørland (2003, p. 155) partem da definição apresentada no *The Oxford English Dictionary* (1989) em que define o termo seja no *ato de moldar a mente*, seja no *ato de comunicar conhecimento*. Mais à frente, fundamentados no *Thesaurus Linguae Latinae*, os referidos autores discutem os usos do termo em vários escritores clássicos e cristãos medievais. Fazendo aqui uma síntese do que Capurro e Hjørland (2003) discutem, é possível identificar a existência de várias referências em latim ao termo *informatio* e *informo*. Para exemplificar, Varro (116-27 a. C) usa o termo num contexto em que descrevia um feto sendo *informado (informatur)* pela cabeça e coluna vertebral. Já Tertuliano, autor cristão, usa o termo para denotar um sentido moral quando chama Moisés de *Populi informa-*

tor, ou seja, um educador ou modelador de pessoas (CAPURRO e HJORLAND, 2003, p. 156). Os autores continuam afirmando que

Muitas palavras gregas foram traduzidas por *informatio* ou *informo*, como *hypotyposis* (que significa *modelo*, especialmente em contexto moral) e *prolepis* (representação), (...). A tradução de Cícero do *De Natura Deorum* de Epicuro (341-270 a. C) utiliza explicitamente o conceito de *propelis* – isto é, as representações dos deuses ou das coisas impressas em nossas almas antes de qualquer experiência (a *priori* como diria Kant) como *informatio rei* (...) Agostinho usa *informatio* também em um contexto pedagógico: Cristo é a forma de Deus (*forma Dei*). Seus efeitos nos instruem e educam (*ad eruditionem informationemque mostram*). (CAPURRO e HJORLAND, 2003, p.156).

A partir deste sentido – ou seja, de *moldar, instruir* - baseado em sua raiz etimológica latina o termo pode ser associado ao processo de formação dos indivíduos e da sociedade. É por meio da informação, enquanto fenômeno humano e social que toda a estrutura social é formada. No caso específico, por exemplo, dos papéis sociais - como *pai, mãe, professor*, etc. – a informação tem a função de representação desses modelos na mente dos indivíduos que, por sua vez, são instruídos a assumir esses papéis quando internalizam esses sentidos subjetivamente, permitindo, dessa maneira, a sobrevivência de determinada legitimação social. Quanto a isso Erasmo de Roterdã (1469-1536), humanista holandês ao escrever o seu livro de etiqueta para meninos, intitulado como *De Pueris*, alerta aos pais a importância do processo educador no indivíduo desde criança. Preocupado com a negligência de algumas famílias quanto à instrução espiritual e moral aos filhos, este humanista reitera diversas vezes o papel das mães e, principalmente, dos pais neste quesito. Erasmo orientava com as seguintes palavras

(...) não te amoldes à opinião e ao exemplo muito em voga, deixando decorrerem os primeiros anos do teu filho sem tirar proveito algum da instrução (...). Pois bem, tal como não passa de mãe pela metade aquela que apenas gera, mas não educa os filhos, assim também pais pela metade são todos quantos provêem até em excesso o necessário para o bem-estar material do filho sem, no entanto, diligenciarem em lhes ornar a personalidade com conhecimento honesto. (...) A razão faz o homem. Se esta capitula, o capricho desregrado viceja à solta. Em suma, se a aparência fizesse homens, as estátuas seriam parte do gênero humano. (ERASMO, 2008, p. 26).

Todo ser humano é inacabado, já dizia Freire (2000, p. 55) em sua célebre obra *pedagogia da Autonomia*. Precisa ser instruído, ou melhor, informado quanto ao papel que ocupa

na sociedade, da sua identidade, da sua existência, ou até para romper com certos padrões sociais legitimados.

Seguindo a discussão, é possível ainda afirmar que, enquanto fenômeno humano e social, a informação pode ser também materializada por meio de seus registros em qualquer suporte. São através deles que este fenômeno ultrapassa o tempo, perpassando gerações. Livros sagrados, (Bíblia, Corão, Vedas, por exemplo), códigos legais, livros didáticos escolares são exemplos da corporificação da informação, permitindo a sua durabilidade, ou, para ser mais preciso, a sua objetividade enquanto constituinte da realidade social. Esses registros possuem um caráter de instrução, mas também, quando necessário de poder de coerção.

A proposta de Buckland (1991) contribui para esta discussão. Este autor assume uma posição teórica específica ao abordar a informação como *coisa*, na qual atribui à objetos um potencial informativo, os quais possuem o poder de conhecimento comunicado. Portanto, *dados, textos, documentos e objetos* de qualquer espécie podem ser encarados como informação. Para saber se uma determinada *coisa* é informativa, no entanto, este teórico partiu do princípio de que é necessário perguntar ao indivíduo sobre qual objeto tem, para ele, o potencial informativo. Por isso, a informação enquanto coisa é associada ao termo *evidência*, uma vez que por si só ela não tem o poder de ofertar sentido. Segundo esta perspectiva teórica, a informação é passiva, pois são os sujeitos que atribuem significado para estas *coisas*.

No entanto, algumas ressalvas devem ser feitas aqui. Há entre os teóricos no campo específico da Ciência da Informação, uma discussão inconclusa quanto a diferenças ou semelhanças entre este termo com o do *conhecimento*. Rojas (2005), é um dos que defendem a distinção clara entre os dois termos. Para ele, a informação está relacionada a um elemento objetivo e exterior ao indivíduo, mas que quando processado intelectualmente se transforma em conhecimento, que, por sua vez, quando é exteriorizado se torna novamente em informação.

Novamente em Buckland (1991, p. 352) é possível identificar a distinção de três adjetivações possíveis para definir *informação* quanto ao seu uso. São eles: (a) Informação como processo; (b) informação como conhecimento; e a já mencionada (c) informação como coisa. Na segunda adjetivação a associação entre os termos é bastante clara, quando a informação é usada para denotar aquilo que é percebido na *informação como processo*, ou seja, o conhecimento comunicado, referente a algum fato particular, assunto, ou evento; aquilo que é transmitido, inteligência, notícias.

Silva (2006) assume uma postura similar a esta assertiva de semelhanças entre os dois termos. Este teórico preferiu partir das definições estabelecidas pelos dicionários e o senso comum, aceito, em muitas ocasiões, por cientistas da informação e estudiosos de outras disciplinas¹⁰. Após mergulhar a fundo nos problemas que envolvem estes dois termos chegou também à conclusão de que tanto a *informação* como o *conhecimento* possui similaridade semântica, pois, dentre outros fatores, tanto um como outro é processado internamente na mente do indivíduo. Le Coadic comunga com esta postura ao analisar sincreticamente os dois conceitos ao definir *informação* como:

Um *conhecimento inscrito* (gravado) sob a forma escrita (impressa ou numérica), oral ou audiovisual. A informação comporta um elemento de sentido. É um significado transmitido a um ser consciente por meio de uma mensagem inscrita em suporte espacial-temporal, impresso, sinal elétrico, onda sonora, etc. Essa inscrição é feita graças a um sistema de signos (a linguagem), signo este que é um elemento da linguagem que associa um significante a um significado: signo alfabético, palavra, sinal de pontuação (LE COADIC, 1996, p. 5).

Portanto, nesta discussão optou-se pela similaridade semântica entre informação e conhecimento, sendo os seus registros tanto produtos humanos e sociais, como também agentes formadores nos indivíduos. Assim como a sociedade, a informação deve ser encarada como um fenômeno que surge, inicialmente, na mente do indivíduo e é compartilhado socialmente por meio de seus registros. Silva (2006, p.24) ainda acrescenta que a informação é um *fenômeno humano e social, que deriva de um sujeito que conhece, pensa, se emociona e interage com o mundo sensível à sua volta e a comunidade de sujeitos que comunicam entre si*. Silva e Ribeiro (2002, p. 37) define este objeto como

Conjunto estruturado de *representações mentais* (grifo nosso) e emoções codificados (signos e símbolos) e modelado com/pela interação social, passíveis de serem registradas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc...) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multidirecionada (SILVA e RIBEIRO, 2002, p. 37).

¹⁰ Este autor na página 68 apresenta essas definições, a saber: (a) **conhecimento**, faculdade de conhecer, de ter informação; maneira de compreender, de perceber; o que se adquiriu pelo estudo ou prática; (b) **informação**, ação ou efeito de informar, de se informar, indicação, explicação, esclarecimento sobre alguém ou alguma coisa; comunicação social, instrumento de transmissão de um conhecimento, que tem como objetivo dar a conhecer ao grande público as notícias e os fatos recentes.

Sobre o uso desta definição para a discussão que aqui se pretende - sobre o fato de ser a informação como constituinte da sociedade e dos indivíduos - a atenção fica no conceito de *representação mental* que, conforme Silva (2006, p. 73), se constitui como um dos tópicos da *cognição*. Este último termo pode ser definido como *conjunto de processos que, integrados em centros nervosos, possibilitam a um organismo animal orientar o seu comportamento de forma adaptativa perante as variações do ambiente em que se situa* (SILVA, 2006, p. 73). Dessa forma, a informação sendo parte da cognição tem o poder de promover a inserção do indivíduo ao ambiente social. Ao nascer todo homem e mulher passa por um processo de adequação da cultura construída e preservada ao longo do tempo pela sociedade em que eles estão inseridos. As normas, instituições, papéis sociais são assimilados a partir do fenômeno informacional.

Barreto (2002, p. 68), buscando realizar uma associação com a *condição humana*¹¹ discutida em Arendt (2007), afirma que esta seria a condição da *informação*: o de harmonizar o mundo, referenciando o homem a seu destino pela capacidade em relacionar suas memórias do passado com uma perspectiva de futuro e assim estabelecer diretrizes para realizar sua aventura individual no espaço e no tempo. O indivíduo e os grupos sociais possuem, reelaboram, estocam e agem por meio da informação. As legitimações sociais são construídas e comunicadas através dela. Os processos de *exteriorização*, *objetivação* e *interiorização* propostos por Berger (1985) são intermediados pelo fenômeno informacional. A simetria entre o mundo social objetivado com a subjetividade do indivíduo só ocorre porque ela age intermediando estas duas esferas. Isto fica evidente ao serem analisadas as propriedades¹² que este objeto possui, a saber:

- a) Estruturação pela ação (humana e social);
- b) Integração dinâmica: o ato informacional está implicado ou resulta sempre tanto das condições e circunstâncias internas, como das externas do sujeito da ação;
- c) Pregância: enunciação (máxima ou mínima) do sentido ativo, ou seja, da ação fundadora e modeladora da informação;

¹¹ Em síntese esta condição humana representa as características essenciais da existência do homem em determinado espaço, visto que sem elas essa existência deixaria de ser humana. Ou seja, a vida, a natalidade e a mortalidade, a mundanidade, pluralidade e o planeta Terra pertencem à condição humana (BARRETO, 2002, p. 67).

¹² <https://paginas.fe.up.pt/~lci/index.php/1754>

- d) Quantificação: a codificação linguística, numérica ou gráfica é valorável ou mensurável quantitativamente;
- e) Reprodutividade: a informação é reprodutível sem limites, possibilitando a subsequente retenção/memorização;
- f) Transmissibilidade: a (re) produção informacional é potencialmente transmissível ou comunicável.

A partir da análise das propriedades da informação é possível perceber o poder modelador que ela possui tanto no indivíduo, como na sociedade. Elas não devem ser perspectivadas de forma isolada uma da outra. Todas essas propriedades são partes de um conjunto maior, chamado informação. Além do mais, elas seguem uma ordem que sintetiza tudo o que foi discutido até o presente momento. Dessa forma, sendo estruturada pela ação humana e social, a informação é formada em circunstâncias subjetivas e históricas específicas (*Integração dinâmica e pregnância*) moldando não só a sociedade, mas também o próprio indivíduo que está inserido nesse meio social. No entanto, seu poder modelador na sociedade alcança maior potencialidade e durabilidade quando registrada em um código linguístico, numérico ou gráfico em qualquer suporte que permite a sua transmissão e reprodução por várias gerações.

Ao fim desta discussão, a *memória* entra em cena, a qual será discutida a seguir.

2.3 MEMÓRIA E SOCIEDADE

Delimitar e definir os contornos do passado é algo muito relativo e impreciso. Tudo o que se pode localizar antes do presente encontra-se em tempos pretéritos, não importa a sua distância temporal. Mas, conforme já foi dito anteriormente, o presente está fincado seja em ações realizadas por pessoas ou por uma coletividade, seja em acontecimentos ou em datas comemorativas que ficaram registrados na memória individual e coletiva.

Para aqueles que seguem a corrente historiográfica conhecida como *história do presente*, essa distinção temporal não é interpretado como algo estático e fortemente segmentado. Esta perspectiva permite investigar o tempo em um movimento constante e integrador. Dosse (2012) defende que esta forma de investigação histórica

(...) permite compreender melhor o caráter indeterminado dos possíveis abertos para atores de um passado que foi o presente deles. A história do tempo

presente modifica a relação com o passado, sua visão e seu estudo. O historiador do tempo presente inscreve a operação historiográfica na duração. Não limita seu objeto ao instante. (DOSSE, 2012, p.170).

Neste caso, o passado e o presente estão imbricados numa construção baseada em discursos coletivos que induzem releituras constantes de acontecimentos que surgem na esteira desse movimento. Portanto, a memória não é algo morto, mas é vivificada pela existência humana no tempo presente. Lendo Halbwachs, Hervieu-Léger e Willaime (2009, p. 222) afirmam que o presente não arrasta atrás de si todo o passado: ele o produz.

Já dizia Paul Fraisse que *nós enxergamos a própria vida, fundamentalmente através de registros de memória* (FRAISSE, 1967, apud GALINDO, 2015, p. 61). Este psicólogo francês afirmava que, após 3 segundos todas as informações que circulam ao nosso redor e quando processadas pelo nosso cérebro saem da consciência do indivíduo e são arquivadas nos sistemas de memória do seu cérebro (GALINDO, 2015, p. 61). Le Goff, por sua vez, define que

A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas. (LE GOFF, p. 423).

Em aspectos biológicos e psicológicos a memória esteve relacionada ao processo de aprendizagem humana. Nesses casos, ela pode se constituir como uma operação da inteligência em ordenar e reinterpretar os vestígios do passado (CHANGEUX, 1972 *apud* LE GOFF, p. 424).

No âmbito social, a memória variou entre a oralidade, a escrita (manuscrita, impressa), a representação em objetos e em monumentos (estelas, edifícios etc) e, recentemente, pelo meio digital a partir do aperfeiçoamento das Tecnologias de Informação e Comunicação após a Segunda Guerra Mundial, finda em 1945. Por meio desses suportes a memória foi exteriorizada para um mundo fora da mente do indivíduo proporcionando a formação de uma memória coletiva e ordenadora da realidade social.

Em sociedades, nas quais a oralidade predominou, a memorização de narrativas míticas, de genealogias e do saber técnico permitiu a transmissão da tradição social a gerações posteriores. Nestas sociedades sem escrita e nas quais a estratificação social não se apresentava num nível maior de complexidade, a transmissão da cultura era realizada no contexto

familiar, geralmente patriarcal. No entanto, com o processo de urbanização de várias aldeias neolíticas da pré-história, a memória passou a ser institucionalizada. Nesses casos, a existência de *homens-memória*, geralmente chefes de famílias idosos, sacerdotes ou funcionários ligados à burocracia estatal permitiu a guarda e a transmissão da legitimação de papéis e da ordem social, de acontecimentos que se estabeleceram como referência a determinado povo. Na Grécia arcaica, por exemplo, pessoas específicas (*mnemones*) eram utilizadas como magistrados encarregados de conservar na sua memória o que era útil em matéria religiosa e jurídica (LE GOFF, p. 438). Pode-se afirmar, portanto, que nesses indivíduos a memória foi primeiramente materializada.

Os registros escritos em um código linguístico específico em tabuinhas de argila, nas paredes das pirâmides deram prosseguimento ao processo de externalização da memória fixando-a em vários suportes físicos, guindando-a acima do contexto espacial e temporal em que foi criado. Entretanto, oralidade e escrita coexistiram. Mas foi nesta última que a memória coletiva cristalizou-se e institucionalizou-se, transformando-a em uma memória oficial e legitimada e que fundamenta a ordem social com suas instituições e papéis. Na história de Israel na antiguidade, a escrita produziu dois fenômenos sociais. O primeiro está relacionado à morte da oralidade profética, enquanto que o segundo possibilitou o assenhramento da História pela hierarquia político-religiosa (PINHEIRO, 2007, p. 21).

A inscrição em diversos outros suportes a partir da codificação gráfica da linguagem permitiu à memória coletiva o aspecto comemorativo, a celebração através de um monumento que pudesse fixa-la e perpetuar esta lembrança através dos tempos (LE GOFF, p. 432). Nas primeiras cidades mesopotâmicas e egípcias, por exemplo, esse aspecto é bastante evidente a partir da escrita em tabletas de argila, em papiros e no erguimento em estelas para registrar as vitórias e os feitos realizados pelos estadistas da época, além dos eventos e efemérides que marcaram estas sociedades, como invasões, cheias dos rios.

Portanto, a memória é, sobretudo, seletiva. Nem tudo fica gravado; nem tudo fica registrado, já dizia Pollak (1992, p. 204). Este autor ainda afirma que são as preocupações do momento que estruturam a memória. Ela “(...) *sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa* (POLLAK, 1992, p. 204). Esquecer pode ser encarado como um ato político e voluntário. Tanto no contexto individual quanto coletivo, a memória é manipulada conscientemente ou não, motivada pelo interesse, afetivi-

dade, desejo, inibição e censura (LE GOFF, p. 426). Dessa forma, ela se apresenta como resultado de um trabalho de criação coletiva (PINHEIRO, 2007, p. 20).

Este processo está longe de ser encarado como algo negativo. Para o convívio num ambiente social é necessário a relação dialética entre lembrança e esquecimento. Não é possível esquecer-se ou lembrar-se de todas as coisas. A memória individual e coletiva não opera como a que é desenvolvida no personagem fictício *Irineu Funes* construído por Borges (1970) que devido a um acidente não lhe é possível esquecer, só lembrar, até os mínimos detalhes.

(...) Funes não recordava somente cada folha de cada árvore de cada monte, como também cada uma das vezes que a tinha percebido ou imaginado. (...) Era-lhe muito difícil dormir. Dormir é distrai-se do mundo; Funes, de costas no catre, na sombra, configurava cada fenda e cada moldura das casas que o rodeavam. (...) Tinha aprendido sem esforço o inglês, o francês, o português, o latim. Suspeito, entretanto, que não era muito capaz de pensar. *Pensar é esquecer diferenças, é generalizar, abstrair. No abarrotado mundo de Funes não havia senão pormenores, quase imediatos* (grifo nosso). (BORGES, 1970).

Borges ao final deste conto associa o fato de que a ação do esquecimento faz parte do processo racional que constitui a construção da memória. O narrador do conto desconfia do fato de que por Funes só possuir a faculdade de *lembrar* não lhe era possível desenvolver cognitivamente as informações por ele adquiridas.

Socialmente, a memória é racionalmente construída a partir das bases lançadas por *pontos de referência* que, segundo Halbwachs, podem ser relacionados aos monumentos, patrimônio arquitetônico, paisagens, datas, personagens históricas, tradições, costumes, regras de interação (*apud* POLLAK, 1989, p. 3). As mudanças, provenientes da interação entre indivíduo e sociedade no tempo histórico, provocam os remanejamentos das referências partilhadas no seio do grupo. Portanto, quando a lembrança não tem nenhuma pertinência para a vida atual do grupo, ela desaparece, total ou parcialmente (HERVIEU-LÉGER e WILLAIME, 2009, p. 222).

A biografia de cada indivíduo está referenciada, portanto, a esses pontos. Quanto a isso, Pollak (1992, p. 201) indica dois elementos constituintes da memória individual e coletiva, a saber: (a) os acontecimentos, lugares vividos de forma pessoal; e (b) os acontecimentos, lugares “vividos por tabela”, ou seja, aqueles que são vividos pelo grupo o qual a pessoa se sente pertencer e que podem extrapolar temporalmente a vivência do indivíduo.

A ação de forma conjunta desses dois elementos, portanto, permite a manutenção, coerência, unidade, continuidade e a organização do *nomos*, principalmente quando, as instituições sociais, com o poder coercitivo que exercem, lutam para assegurar a legitimidade que fundamenta a realidade social. Além do mais, os indivíduos, inseridos dentro dessa ordem, constroem uma identidade¹³ que permita a sua existência na sociedade. É o que Berger falava em *ordenação da experiência*. Pollack, por sua vez, afirma que

Ninguém pode construir uma auto-imagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros. A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com os outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo. (POLLACK, 1992, p. 205).

Mas há algo a ressaltar. A memória coletiva não é homogênea. Dentro dela, há várias memórias construídas por diversos grupos sociais, sejam elas de caráter político partidária, esportiva e, no caso desta pesquisa, religiosa. Cada segmento social busca firmar para si identidades coletivas específicas que permitam a cada membro do grupo estabelecer um sentimento de unidade, de continuidade e de coerência (POLLACK, 1992, p. 207). Na coexistência dessas memórias, no entanto, não há, muitas vezes, negociação pacífica. Em várias ocasiões, as organizações abrem uma série de litígios em busca de manter um caráter de legitimidade à sua memória perante as outras. Nesse caso, o esquecimento adquire um caráter político evidenciado na tentativa em impedir a perpetuação à futuras gerações das outras memórias. A esse respeito, Holanda (2012) afirma que

As marcas de memória externa, sobretudo, a imprensa pesou na cultura enquanto o lugar de um controle social. O discurso oficial do poder fornecia ídolos a venerar e inimigos a execrar. O Estado, as escolas, a mídia, as associações criam uma memória que as agregue e guarde os valores que creem precisar preservar. Memória oficial é sempre a imagem que uma sociedade quer dar de si mesma (HOLANDA, 2012, p. 19).

¹³ Pollack (1992, p. 205) parte de uma definição mais superficial para este conceito: (...) *é o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua representação, mas também para ser percebida da maneira como que ser percebida pelos outros.*

No âmbito da militância religiosa de missão, a memória se reveste, em muitas ocasiões, de um caráter de *combate*. A memória religiosa é uma *memória conquistadora*, ou seja, ela se impõe como a única autorizada elevando a sua tradição a um lugar suspenso da história humana, fixando-a em estruturas imutáveis e definitivas (HERVIEU-LÉGER e WILLAIME, 2009, p. 237). Para isso, ela assume uma função pedagógico/religiosa quando busca convencer o indivíduo a aderi-la. Quanto a isso, Américo afirma que

A conversão a uma nova religião, como de resto toda e qualquer apropriação de uma prática cultural é, também, um processo de aprendizagem. Processo que supõe a necessária internalização de normas e conceitos, de saberes e fazeres específicos, permitindo ao indivíduo tornar-se parte da configuração social (...). (AMÉRICO, p. 163).

A concorrência com outras memórias - sejam elas religiosas ou não - se torna algo evidente nesse processo unificador e, muitas vezes, coercitivo. Àquelas que não conseguiram se enquadrar neste processo, são destruídas e relegadas ao esquecimento.

Portanto, a doutrina religiosa oficial não é implantada sem tensões ou resistência. Segundo São Mateus "*regnum caelorum vim patitur et violenti rapiunt illud*" – “o reino do céu se conquista à força” (Mt 11:12). Ela confronta-se constantemente contra costumes e necessidades peculiares de diferentes grupos. Para a sua sobrevivência ela se permite dialogar com essas contingências, sem alterar as estruturas, nas quais ela se fundamenta.

2.4 CONCLUINDO

A partir da discussão tecida até aqui, foi possível fundamentar a ideia de que a ação conjunta destes elementos – Religião, Informação e Memória – são essenciais no processo formador e dialético do indivíduo e sociedade. Todos eles permitem ao indivíduo construir e moldar a realidade social, ao passo que esta última exerce o poder – seja de forma coercitiva ou afetiva – de inserir este mesmo sujeito na sociedade. Além do mais, esses elementos permitem a transmissão do capital cultural a futuras gerações por meio da memória transmitida a partir das narrativas sagradas, dos ritos, dos dogmas.

Sendo assim, é possível sintetizar toda esta narrativa na seguinte assertiva: o fenômeno informacional em seu caráter religioso pode ser encarado como uma das enunciações do indivíduo na formação e ordenação das estruturas da realidade social, ganhando maior potenciali-

dade e abrangência – temporal e espacial – a partir da comunicação dos seus registros, nos quais a memória coletiva é corporificada.

Portanto, este capítulo serviu para apontar o papel desempenhado por impressos religiosos na formação do cenário religioso da sociedade brasileira. No caso particular da hemeroteca protestante, que esta dissertação se propõe a investigar, o cenário plural do cenário religioso brasileiro recebeu o contributo daqueles documentos, a partir da sua circulação inicialmente no século XIX continuando no seguinte. Tal discussão será dedicada no capítulo quatro. No seguinte, serão estabelecidos os fundamentos teóricos que permitiram a formação de um contexto religioso plural que afetou, igualmente, a prática custodialista de arquivistas e bibliotecários.

3 CUSTÓDIA E SECULARIZAÇÃO

Neste capítulo, será feita uma análise da relação entre dois processos sociais: a *custódia* e a *secularização*. Esta última, sendo um processo referente a uma dessacralização da sociedade e principalmente de suas instituições político-jurídicas permitindo a existência de um cenário religioso plural, pode ser igualmente percebida na prática custodial desempenhada desde os primórdios da civilização humana, a partir do advento e desenvolvimento da escrita.

Portanto, convêm inicialmente discutir o sentido que o termo *secularização* vem recebendo no contexto das ciências sociais para depois entender a sua aplicação no funcionamento na prática custodial. Assim, será possível compreender, mais à frente, a existência de instituições protestantes que conservam a hemeroteca aqui referida no cenário em que apresenta uma pluralidade religiosa.

3.1 SOBRE O CONCEITO DE SECULARIZAÇÃO

Encerrar e fincar um significado absoluto para o termo *secularização* é um caminho controverso no meio acadêmico. As mudanças que vem ocorrendo no cenário religioso mundial, principalmente em sua parte ocidental, têm suscitado diversas reflexões acerca do sentido que o termo possa indicar. Alguns fenômenos atuais podem ser apontados como responsáveis pela emergência dessa variedade de interpretações, dentre eles, pode-se destacar: o surgimento dos *New Religious Movements*; a recuperação da imagem do papado; o impacto televisivo dos (tel)evangélicos de extração fundamentalista ou tradicionalista; e o fundamentalismo islâmico (PIERUCCI, 2008). Com este conceito, portanto, vários enfoques teóricos são adotados por estudiosos da religião que buscam compreender o impacto que estes fenômenos têm provocado na sociedade ocidental.

No entanto, para a construção de uma discussão em nível acadêmico é necessário partir, assim como fez Berger (1985) de uma narrativa descritiva acerca deste processo e não valorativa – seja positiva ou negativa. Isto porque há por parte tanto dos setores anticlericais e progressistas, como nos círculos ligados às instituições religiosas – mais especificamente as cristãs – a busca em atribuir um juízo de valor aos resultados provenientes deste processo.

De qualquer maneira, a multiplicidade de sentidos permanece. De antemão, Berger (1985) indica dois que surgiram ao longo da história da confecção do significado para este termo. São eles: (a) a perda do controle de territórios ou propriedades eclesiásticas, durante as

guerras de religião eclodidas na Europa no século XVII; e (b) no contexto do *direito canônico*, o retorno de uma pessoa religiosa ao mundo “secular”. Pierucci (2008), por sua vez, citando e criticando Casanova (1994) aponta outros três sentidos, a saber: (a) a privatização da religião; (b) a separação entre Igreja e Estado; e (c) a redução da importância macrossocial das autoridades religiosas.

Neste panorama polissêmico em que o termo se encontra é possível apontar as origens históricas que permitiram estabelecer o fio condutor para a discussão que se pretende tecer nesta parte da dissertação. O processo de racionalização pela qual experimentou o judaísmo e o cristianismo bem como o afastamento da religião em matéria jurídica pode ser indicado como uma dessas origens de um mundo secularizado.

3.1.1 Raízes históricas e religiosas da secularização

Berger (1985) aponta o processo de *desencantamento do mundo* como um dos fatores elementares para a construção de um mundo secularizado. Um fenômeno resultante do processo de *racionalização*¹⁴ pela qual algumas religiões teriam experimentado. Neste sentido, este autor referencia o judaísmo do Antigo Testamento e a religião cristã, mais especificamente em seu viés protestante do século XVII, como as raízes históricas do processo de secularização na sociedade ocidental.

No primeiro caso, é possível identificar o rompimento da religião judaica com as *culturas cosmológicas* no Oriente Médio, as quais são definidas por Berger (1985, p. 126) como aquelas em que há a crença de uma continuidade entre o mundo dos homens e o mundo dos deuses. Nelas, os rituais praticados pressupunham uma união permanente dos acontecimentos humanos com as forças divinas. Este desprendimento, portanto, pode ser evidenciado pelo estabelecimento de uma racionalização imposta a toda a vida social israelita, além da demarcação histórica dos principais acontecimentos (Êxodo e a Páscoa) que fundaram não só esta sociedade, mas também a religião judaica (BERGER, 1985). Estes fatos, portanto, poderiam ser localizados numa referência temporal concreta, apesar de ainda evidenciar a atuação divina, mas, mesmo assim, localizável historicamente no processo formativo dessa civilização.

A produção de uma lei, no caso a *Torah*, pode ser igualmente indicada como um elemento racionalizante da vida social israelita. A partir da existência e aplicação desse código

¹⁴ “Na sociologia de Weber, racionalização teórica significa e implica *intelectualização*” (PIERUCCI, 2013, p. 14).

jurídico/religioso foi possível estabelecer uma rígida disciplina a todos os que estivessem inseridos nesse contexto, enquadrando toda a vida social juntamente com as atividades cotidianas no serviço a Deus.

A partir dessa legislação, a racionalização alcançou também toda a atividade religiosa exercida pelos sacerdotes. Seguindo o que estava prescrito no decálogo, as autoridades religiosas deveriam excluir todo elemento mágico e orgiástico presente nos principais ritos religiosos das culturas canaanitas¹⁵ (BERGER, 1985, p. 133). Uma busca clara de simplificar de forma racional todas as atividades religiosas. A própria instituição do monoteísmo evidencia esse caráter simplificador, a partir de uma aliança firmada pelo cumprimento diligente de uma lei estabelecida divinamente.

A emergência, construção e expansão da religião cristã deu continuidade à racionalização iniciada no judaísmo velho testamentário. O aspecto ético e a simplificação do culto cristão primitivo pode evidenciar isso. No entanto, a formação e o fortalecimento da Igreja Católica Apostólica Romana na Idade Média alterou, em parte, este caráter racional da religião cristã. A reverência aos mortos, a referência e a recorrência aos santos, bem como a adoração à Maria podem ser indicativos de um retorno a magia no culto cristão. Berger (1985, p. 134) afirma que essa condução assumida pelo catolicismo foi um processo de “remitologização” no cristianismo. Este autor ainda afirma que

A nível teórico, pode-se dizer que a visão católica da lei natural representa uma “renaturalização” da ética; num certo sentido, seria um retorno à continuidade divino-humana do *ma'at* do qual Israel saiu para o deserto de Iawe. A nível prático, a piedade e a moral católicas proporcionavam um tipo de vida que tornava desnecessária qualquer racionalização radical do mundo. (BERGER, 1985, p. 135).

O potencial secularizante no mundo ocidental, entretanto, ganhou novo impulso, com a sistematização e simplificação do culto e da teologia desenvolvida na Reforma Protestante, a partir do século XVI. A volta da valorização das leis ligadas ao decálogo e a racionalização da teologia pode ser encarada como exemplos da contribuição do protestantismo ao processo de secularização.

¹⁵ A respeito desses rituais Silva (2008, p.115) afirma o seguinte: *Assim, os cultos canaanitas eram festividades, na maioria das vezes, cheias de orgias, que envolviam homossexualismo, pedofilia, sacrifício de crianças e mulheres virgens, auto-mutilação, sadismo, tortura de animais, etc.*

Seguindo Weber, Pierucci (1998) afirma que o desencantamento do mundo foi criado pelo judaísmo antigo, mas foram os puritanos os verdadeiros promotores e seus radicais e autoconfiantes portadores. Aquele sociólogo, aliás, já afirmava que o capitalismo tem suas raízes no protestantismo, principalmente por este defender um ascetismo religioso não separado da vida em sociedade, mas inserido nela.

Além do mais, esta vertente do cristianismo revigorou o processo de distinção das esferas de atuação das instituições políticas (Estado) e das religiosas (Igreja). Aliás, esta característica tem sido um elemento essencial para a compreensão do processo de secularização. Nella, as organizações políticas passaram a funcionar independentemente da autoridade religiosa. No entanto, esse processo não foi abrupto e simultâneo em todas as regiões da Europa. Em Portugal, por exemplo, o entrelaçamento das duas instituições pode ser evidenciado no sistema conhecido como *Padroado* – que será discutida no próximo capítulo.

Concomitantemente a esta conjuntura, a secularização foi experimentada, igualmente, no ambiente jurídico. Desta feita, o direito desenvolvido no período moderno passou por um processo que Weber conceitua como *sublimação*. Sobre isto, Pierucci cita este autor:

Esta sublimação levou ao resultado que hoje conhecemos, a saber, ao formalismo jurídico, que é, afinal, o que possibilita ao aparato jurídico ‘funcionar feito uma máquina técnico-racional (...) sintetiza Weber com metáfora da máquina que diz tudo’. (PIERUCCI, 1998, p. 15).

O mesmo autor continua munindo-se de um breve comentário de Catharine Colliot-Thélène que diz

A estrutura que comanda a evolução recente das doutrinas jusnaturalistas (...) é a parente próxima da estrutura do desencantamento: levanta-se o véu que cobria a realidade do direito, do mesmo modo como se retira o encanto que escondia das gerações anteriores a prosa do mundo terrestre. No breve período de um século, em poucas décadas, o conceito de direito repete em escala reduzida o processo de dessacralização e de redução da transcendência que é em si mesmo o processo de engendramento da modernidade. (...) Se o direito natural era a única forma de legitimidade que restava, uma vez desaparecida a crença nas revelações religiosas ou na santidade da tradição, a legalidade, por sua vez, é o que resta da legitimidade do Estado racional quando os valores sobre os quais esta legalidade repousava originalmente perderam seu poder de convicção. (COLLIOT-THÉLÈNE, 1992 *apud* PIERUCCI, 1998, p. 18).

Neste sentido, a secularização permitiu a liberação das instituições político-jurídicas das regências estabelecidas pela autoridade religiosa, nas quais podem ser encontradas no monopólio exercido pela Igreja Católica e também pelas Protestantes em certas regiões do mundo ocidental no período moderno. A realidade social, portanto, não estaria sendo ordenada primária e fundamentalmente pelas revelações e ditames de um ser divino representado por agentes de uma determinada instituição religiosa, mas pelas normas técnicas e teóricas estabelecidas pelo direito e estado laico que funcionam não por eclesiásticos, mas por juristas profissionalizantes.

Em Weber, *secularização* estaria vinculada no desenvolvimento da Sociologia do Direito, na qual o termo está associado à própria enunciação ou codificação da norma jurídica e, por consequência, da regulamentação por códigos escritos de setores crescentes de atividade do sujeito individual e das relações entre indivíduos e grupos, que progressivamente vão deixando de ser regidos com base na crença no direito extracotidianamente revelado por imaginários poderes supra-sensíveis aos magos, sacerdotes e profetas (PIERUCCI, 2008, p. 12).

3.1.2 Secularização, pós-secularização, pluralismo religioso

Na esteira desta discussão, é possível afirmar que com a secularização das instituições políticas e jurídicas a religião se constituiu como assunto privado. A partir dessa configuração, os monopólios religiosos são destituídos e perdem o poder de instituir uma legitimidade única e oficial à realidade social. Operando com este conceito, portanto, muitos teóricos perspectivaram uma sociedade em que a religião estaria passando por um descrédito muito intenso. Consequentemente, a autoridade religiosa sofreria uma considerável redução de sua influência tanto em nível institucional como na consciência humana. Dito de outra maneira, as instituições religiosas¹⁶ não teriam mais o poder de construir um sentido único e absoluto para explicar e ordenar o mundo. Citando Martin (1978), Alves afirma que

(...) a secularização seria um processo universal que estaria associado à emergência das sociedades industriais, caracterizando-se por uma progressiva diferenciação institucional e especialização funcional, onde a religião perderia sua posição axial/instituição produtora de um sentido universalizante responsável pela integração social (MARTIN *apud* ALVES, 2007, p. 32).

¹⁶ E, para ser mais específico, é importante ressaltar o poderio institucional que a Igreja Católica Romana adquiriu no mundo ocidental durante a Idade Média e início da Moderna.

Esta perspectiva também foi reforçada pela crença moderna de que a religião cederia lugar ao desenvolvimento técnico-científico (BRANDÃO, 2016, p 57), baseado num conhecimento estruturado e prático. A *racionalização* proveniente das sociedades industriais no mundo ocidental se constituiu, dessa forma, como um dos pré-requisitos para o processo de secularização (BERGER, 1985, p. 144). Neste sentido, a busca pelo progresso e o conhecimento de uma verdade absoluta, característico da modernidade, afastou qualquer explicação baseada em princípios religiosos e em especulações filosóficas.

No entanto, outras perspectivas têm sido construídas. Isto porque, contrariamente ao que se “profetizou”, o mundo pós-moderno tem sido marcado por intensas manifestações religiosas. A emergência de grupos neopentecostais e grupos fundamentalistas islâmicos, só a guisa de exemplo, evidencia esse panorama. Castells (1999) é um dos autores que vem identificando o grande impacto que os ditos *fundamentalismos religiosos* têm provocado na sociedade globalizada, principalmente, ao relacionar esse fenômeno social com as construções das identidades na *sociedade em rede*. Esses movimentos, segundo a sua análise, podem ser apontados como uma busca pela reafirmação da autoridade institucional religiosa que reivindicou para si o poder de construir sentidos ao mundo. Brandão já dizia que

O progresso técnico-científico não foi capaz de responder satisfatoriamente a todas as demandas sociais, foi incapaz de responder às indagações essenciais da humanidade, mas, sobretudo, não conseguiu fazer jus às expectativas e à confiança que lhe foram dadas: de um mundo novo e melhor. Com isso, houve a necessidade em retornar aos antigos referenciais que tinham sido abandonados pela Modernidade, como é o caso da religião (BRANDÃO, 2016, p.66).

Esse retorno, porém, não seria exclusivamente uma volta a uma religiosidade institucionalizada, mas também a um atendimento às demandas individuais por respostas para questões sobrenaturais e espirituais. Essa condição religiosa seria vista como inatas ao próprio ser humano. Isso prefiguraria uma existência de um *homo religiosus*. O próprio Castells (1999) defende que a religião se constitui como que algo natural a todo ser humano enquanto que os movimentos fundamentalistas religiosos se constituem como fonte para a construção das identidades religiosa e coletiva no mundo globalizado. Dessa forma, a escolha individual estaria sobreposta ou no mesmo nível à institucionalização, no sentido vertical de cima para baixo, de uma confissão. Brandão (2016) lança mão de uma importante citação de Boff (2000, p. 31)

que fundamenta esse argumento: *A pós-modernidade liberou as subjetividades do enquadramento forçado em instituições totalitárias, com suas éticas rígidas, como são, geralmente, as religiões.*

Com este panorama, muitos têm afirmado que o processo de secularização estaria fadado ao seu fim. No mundo pós-moderno, outro adjetivo teria que ser evocado para definir a sociedade ocidental, que seria a *pós-secularização*. No entanto, esta conclusão não encerra a discussão sobre o tema. Pierucci (2013), por exemplo, discute a questão da secularização a partir do processo de construção de um Estado e um direito dessacralizado, conforme já foi discutido anteriormente. Este autor critica a tese de que a pós-modernidade tenha aberto a possibilidade da falência do conceito *secularização*, já que, para alguns, a religião conseguiu resistir à tentativa da modernidade em marginalizá-la e descredenciá-la de sua presença e influência na construção da realidade social. Dessa forma, realiza um diagnóstico, no qual o conceito não tem sido interpretado na sua essência que é a da secularização da normatividade jurídico-política em Weber, considerando ser um erro estabelecer adjetivos como *dessecularização* ou *pós-secularização*. Em sua argumentação, afirma que a racionalização das esferas políticas e jurídicas permitiu o estabelecimento da liberdade religiosa. A dessacralização desses ambientes relegou a escolha individual ou ao contexto familiar a filiação religiosa (BERGER, 1985). Conseqüentemente, o pluralismo religioso seria um resultado desse processo de desregulação jurídico-estatal permitindo a liberdade de indivíduos e grupos sociais a escolherem e exercerem a sua confissão.

A religião, neste contexto, se limita a construir “*mundos parciais*”, em detrimento de um sentido único estabelecido outrora por um monopólio assumido por uma única instituição religiosa. (BERGER, 1985, p. 146). Como resultado dessa construção, há o estabelecimento daquilo que vários autores da sociologia da religião denominam como mercado religioso. Nele, as organizações religiosas competem entre si por *consumidores* de serviços e produtos espirituais oferecidas por elas. Quanto a este ambiente, ao final do próximo capítulo, será dedicada uma discussão acerca do *Paradigma do Mercado Religioso* desenvolvido por teóricos nas ciências sociais.

Cabe aqui, entretanto, evidenciar que a secularização na esfera política e jurídica, permitindo uma sociedade cada vez mais plural no cenário religioso, pode ser igualmente identificada na prática custodialista.

3.2 SECULARIZAÇÃO E O CUSTODIALISMO

Ao longo da história das civilizações é possível identificar o sincretismo das competências e responsabilidades do poder civil e religioso na prática da guarda e da conservação do patrimônio cultural e material registrado em diversos suportes (tabuinhas de argila, pedra, papiro, pergaminho, papel).

Sem dúvida, o processo de memória como prótese pode ser apontado como uma das ações mais impactante da história da humanidade, potencialmente possibilitada pelo desenvolvimento da escrita. Por meio da conservação dessas inscrições, foi possível ampliar as possibilidades de armazenamento e acesso futuro de todo aquele acervo. Destarte, a constituição de arquivos e bibliotecas veio junto com o surgimento e desenvolvimento da estratificação e institucionalização evidenciado na burocratização estatal das primeiras cidades. Nesse processo, palácios e templos se constituíram como os primeiros lugares memória. A formação de acervos documentais esteve intimamente ligada ao exercício da governação e da celebração do sagrado através do respeito e aplicação de leis (SILVA e RIBEIRO, 2011, p. 15). Tais acervos mostravam uma organização acurada, cujos métodos garantiriam o acesso futuro, servindo sempre a administração governamental e à prática religiosa.

Na região da antiga Mesopotâmia, por exemplo, palácios reais se apresentavam como espaços de conservação de um acervo de documentos não só de natureza histórica, política, jurídica, financeira, mas também religiosa. Uma concentração em que evidencia um sincretismo das competências civis e sacras. Silva (1999 *apud* SILVA e RIBEIRO, 2011, p. 16 e 17) destrincha como se constituía a malha complexa e também sincrética de Arquivos e Bibliotecas localizada na cidade síria de Ugarit. Nesta malha de edifícios foi possível identificar os seguintes locais:

- a) **Arquivo do Palácio Real:** depósito central contendo documentação política, jurídica e financeira e assentos sobre administração do palácio; depósito oeste contendo documentação essencialmente econômico-financeira; depósito leste contendo documentação essencialmente de natureza político-militar; depósito sul contendo documentação sobre negócios estrangeiros; depósito sudeste contendo documentação de caráter religioso e econômico; sala do setor ocidental contendo documentação pertencente a um serviço que teria sido transferida; e tabuinhas do forno;

- b) **Arquivo do Palácio Sul:** duas salas com documentação sobre comércio marítimo e navegação;
- c) **Arquivo da Casa de Rap'anou:** com correspondência sobre negócios estrangeiros, lista de divindades e textos de esconjurações, guias ortográficos, linguísticos e enciclopédicos;
- d) **Arquivo da Casa de Rasapabou:** com documentação jurídica e econômica sobre o proprietário e sua família e tratado sobre o modo de cuidar de cavalos;
- e) **“Biblioteca” do Letrado:** com esconjurações, ritual para aliviar as mulheres grávidas, lista de medicamentos e fórmulas para a cura de doenças, guias ortográficos, lexicográficos e enciclopédicos;
- f) **“Biblioteca” da Zona Sul:** recolha de ditados e máximas, textos literários e astrológicos, correspondência, textos jurídicos e contabilísticos, guias lexicográficos;
- g) **“Biblioteca” da Zona Sul da Acrópole:** (a) no ângulo nordeste do edifício: textos mitológicos, listas de divindades e de oferendas, hinos litúrgicos e textos de música e dança, listas de pessoas e carta régia, guias ortográficos; (b) na ala meridional: textos literários, ditados e máximas, lista de divindades, textos médico-mágicos, esconjurações, correspondência e textos jurídicos, guias lexicográficos;
- h) **“Biblioteca” do Grande Sacerdote:** com poemas mitológicos, listas de divindades, súplicas religiosas, correspondência, guias ortográficos e lexicográficos.

A partir desta descrição é possível identificar o sentido que revestiu a prática custodial na antiguidade, que era: guardar e conservar documentos de qualquer natureza, inclusive a religiosa, num grande sistema orgânico vinculado à burocracia estatal. Apesar da estratificação social desenvolvida nas primeiras cidades, todas as funções administrativas e religiosas estavam imbricadas na governabilidade. Sacerdotes, mágicos, portanto, estavam inseridos nessa malha burocrática, muitas vezes, desempenhando até as funções da guarda daqueles acervos documentais.

Este aspecto é igualmente visto na Grécia Antiga. O *Métron* ou *Templo de Cibele* em Atenas, a partir de 350 a. C., se revestiu das funções de Arquivo do Estado daquela cidade, cujos depósitos, que ladeavam o santuário da divindade protetora, conservavam leis e decretos

governamentais, atas das reuniões do Senado, documentos judiciais e financeiros, inventários, dentre outros (SILVA e RIBEIRO, 2011, p. 18).

Na história de Israel, narrada e registrada no Velho Testamento, são os *levitas* os responsáveis pela custódia da lei, que consistia na própria palavra divina (GALINDO, p. 16). Diferentemente das outras tribos hebraicas, as quais receberam como herança territórios durante e após a conquista de Canaã, esse grupo foi “agraciado” pelo “privilégio” de exercerem todas as atividades religiosas, como os sacrifícios oferecidos diariamente a Yaweh¹⁷. Nesses exercícios, está inclusa a guarda e a conservação do decálogo preservada no interior da Arca da Aliança juntamente com o cajado de Arão. Uma forma de sacralizar o conhecimento inscrito naqueles suportes, apesar de que a transmissão da cultura registrada na lei deveria ser realizada também por meio da oralidade¹⁸.

No estabelecimento do reino davídico, um grupo especialista de escribas foi criado para registrar as histórias daquele povo, além dos feitos “heroicos” daquele governante. Tais registros, portanto, deveriam constar nos arquivos reais do reino de Israel unificado. Além do mais, outro episódio da história hebraica é pertinente ao que está sendo discutida aqui. Refere-se à redescoberta dos livros da lei, que, após a divisão do Reino de Israel, encontravam-se desaparecidos que, segundo o relato bíblico, acabou provocando o “desvio” da conduta dos governantes e do povo em relação ao cumprimento da lei mosaica. No reinado de Josias, rei meridional de Judá (640-609 a. C), uma ampla reforma religiosa foi instaurada, na qual os levitas foram encarregados da supervisão desse projeto que incluía, dentre outras coisas, a reforma do templo construído por Salomão (SCHULTZ, 2009, p. 258). Foi nesse processo reformista que o sumo sacerdote Hilquias achou os livros da lei, outrora perdidos, e os entregou ao secretário real, Safã que, após examiná-los, leu para o rei Josias¹⁹, cuja reação foi de ordenar a todo o povo de seguirem fielmente o que estava prescrito nos escritos sagrados.

A sacralidade revestia e fundamentava a prática de guarda e preservação dos registros. Não havia a distinção entre as esferas “laicas” e “sacras”. Os sacerdotes, autorizados e legitimados pela realeza, possuíam, nesse caso, o *poder* de controle e acesso ao conhecimento registrado. Uma forma de manter a coesão das estruturas e ordem da realidade social, a qual

¹⁷ Deuteronômio 18: 1-8.

¹⁸ “Guardem sempre no coração as leis que eu lhes estou dando hoje e não deixem de ensiná-las aos seus filhos. Repitam essas leis em casa e fora de casa, quando se deitarem e quando se levantarem”. Deuteronômio 6:6-7.

¹⁹ A reação deste governante ao *escutar* o conteúdo dos rolos achados é relatado no capítulo 34 do livro de 2º Crônicas.

estava alicerçada nos discursos e práticas religiosas Quanto a isso Galindo (2012) construiu uma interessante afirmação:

A saga do conhecimento na história que se segue nos séculos adiante é a da disputa que procura conquistar o conhecimento “sagrado” para coloca-lo a serviço de um mundo “laico”. Laicização é entendida, portanto, como o longo e complexo processo histórico que promoveu a dissociação entre o poder e a esfera do sagrado, consagrando a separação de Igreja e Estado e, por conseguinte, diminuindo a interferência clerical da vida civil. Na esfera do conhecimento, esse processo se materializou nas variadas estratégias de conquista do acesso ao produto do saber (GALINDO, 2012, p. 16).

Esta argumentação pode ser fundamentada igualmente na referência ao controle do conhecimento em sua versão registrada exercido pela Igreja Católica Romana no período medieval no mundo ocidental. Apesar da importância das atividades desempenhadas pelos monges copistas, esta instituição replicou, em certa medida, a função levítica do judaísmo velho testamentário. No interior dos mosteiros, todo aquele trabalho, penoso e demorado, era realizado num lugar específico conhecido como *scriptorium* localizado próximo a biblioteca. Os livros copiados – textos bíblicos, ensinamentos morais deles provenientes, orações ou o registro das tarefas cotidianas - eram acorrentados nas estantes das bibliotecas daqueles lugares (GALINDO, 2012, p. 19; MIRANDA, 2010, p. 27). Miller e Huber acrescentam dizendo que

Copiar manuscritos era um trabalho demorado e penoso. Por isso, os livros dos mosteiros eram considerados as suas posses valiosas. Alguns dos mosteiros, em tempos posteriores, se orgulhavam de possuir bibliotecas separadas, nas quais eles mantinham esses tesouros, apesar de essas bibliotecas, geralmente, não contarem mais do que algumas centenas de volumes (MILLER e HUBER, 2006, p. 122).

Além do mais, a instabilidade política e social tão característico na conjuntura geopolítica do período medieval provocou a quebra da estrutura original orgânica de muitos arquivos provenientes da antiguidade, causada principalmente pela itinerância de muitos reinos feudais (RIBERIO, 2011, p. 60). Devido a isso, os reis e senhores de terras mandavam copiar e guardar documentos nos principais cartórios eclesiásticos, propagando o uso de *arcas* e *cofres* para a custódia desses suportes informacionais (MIRANDA, 2010, p. 28).

O surgimento das universidades medievais europeias permitiu, por sua vez, a criação de uma demanda - tímida, mas significativa até então – pelos livros custodiados nas bibliotecas dos mosteiros. O uso da lógica e da retórica nos debates nestes ambientes impulsionava a

leitura de textos copiados de Aristóteles, Hipócrates, Tomás de Aquino, cujos pensamentos deveriam ser expostos pelos professores (BURKE, 2003, p. 38). Mesmo assim, muitas destas instituições de ensino superior ainda se encontravam, inicialmente, ligadas a igreja medieval, de onde provinham os que compunham o corpo docente (BURKE, 2003, p. 38).

Mas, aos poucos, a emergência de novas conjunturas geopolíticas na Europa foi possibilitando a ruptura das esferas “laicas” e “sacras” na prática da guarda e preservação de livros de naturezas diversas e documentos reais. A sedentarização dos reinos europeus ainda na Baixa Idade Média, por exemplo, permitiu a produção de armários e a criação de gabinetes para a colocação dos documentos. Em Aragão no ano de 1384, por exemplo, é possível identificar este processo no regimento do arquivo daquela região que “*servia fundamentalmente para a defesa dos interesses do monarca*” (SILVA e RIBEIRO, 2011, p. 20). Já em Portugal, em meados do ano de 1405, falava-se da sala do cartório. E na Torre do Tombo a responsabilidade do Arquivo da Coroa passava a ser exercida pelo *Guarda-Mor* que, nos dizeres de Silva e Ribeiro (2011, p. 20), representava pela primeira vez a acumulação pela mesma pessoa, do desempenho como arquivista conservador, ou guardador de documentos, e como seu utilizador e difusor, através do gênero cronístico.

A revolução da cultura impressa proporcionada pela imprensa de Gutenberg aliada ao crescimento das cidades medievais proporcionou a popularização de títulos de livros copiados e reproduzidos no período medieval. Por conseguinte, esta conjuntura técnica permitiu a profissionalização progressiva e a diferenciação das funções exercidas por bibliotecários e arquivistas, numa busca de tratar exclusivamente das coleções existentes (MIRANDA, 2010, p. 30).

No século XV, entretanto, com o advento da modernização e centralização do Estado, juntamente com o aumento do corpo burocrático, mudanças surgiram e provocaram transformações na forma de se conceber os documentos custodiados nos arquivos e com os que lidavam com esses suportes. A centralização dos arquivos foi algo subsequente a esta conjuntura e foi acompanhada pelo amadurecimento e profissionalização do sistema tradicional de arquivos e bibliotecas. O surgimento da *Bibliografia*, pelo físico suíço Gesner, pode ser identificado como um dos exemplos dessa regulamentação profissional no contexto específico dos bibliotecários. Por meio dessa técnica, buscou-se solucionar o problema de acesso e divulgação da informação produzida pelos acadêmicos e cientistas, provenientes da Revolução científica experimentada durante a fase moderna (MIRANDA, 2010, p. 31).

Outro fator que contribuiu para o processo de secularização na prática custodial foi a atribuição do *valor secundário* dos arquivos, intensificado pela formação de historiadores, concebendo a informação como objeto de pesquisa histórica. Isso vai, de forma gradativa, subjugar a arquivística como disciplina auxiliar da História, aspecto presente no século XVIII e XIX. O movimento iluminista no período setecentista suscitou a intensificação da procura dos arquivos enfatizando o valor secundário dos documentos. Uma das consequências dessa atitude e concepção foi a rejeição das classificações metódicas, temático/orgânico pela preferência da ordem cronológica, sem atender ao seu contexto orgânico produtor. O aparecimento dos inventários, índices e enciclopédias produzidos e valorizados pelos filósofos representantes deste movimento evidencia o surgimento de novos instrumentos para reunir e referenciar o conhecimento coletado e registrado (MIRANDA, 2010, p. 31).

Aliás, foi com esse movimento intelectual que posturas anticlericais foram intensamente defendidas. Já dizia Diderot que “*Cada século tem um espírito que o caracteriza: o espírito do nosso parece ser o da liberdade*” (FORTES, 1981, p. 16). É claro que ele está se referindo à liberdade impedida pela tradição religiosa que, na visão desses intelectuais, se constituía como um entrave para o desenvolvimento da Ciência baseada na Razão. Não é a toa que, no período dos setecentos, houve uma proliferação do número de *academias*²⁰, além do surgimento e da difusão de organizações de fomento a pesquisa. O próprio sentido de *pesquisa* estava ligado à ideia de que o estoque de conhecimento poderia ser “aumentado” e “aperfeiçoado”, através de pessoas especializadas na gestão documental (BURKE, 2003, p. 49). Portanto, cresceu a consciência de que o conhecimento fosse mais sistemático, profissional, útil e cooperativo. A custódia do conhecimento registrado acompanhou essa tendência, se distanciando cada vez mais do revestimento sacro que fora assumida na antiguidade e no período medieval, conforme discutido anteriormente.

Com a Revolução Francesa em 1789 a dessacralização na prática custodial atingiu o máximo de sua manifestação. No âmbito das práticas documentais, houve um processo de regulamentação para o acesso a todo cidadão à informação inscrita na documentação custodiada pelos *Arquivos públicos*, criados pela lei de 7 Messidor. A criação dessas instituições seguiu junto ao processo de centralização dos documentos pelo Estado liberal, antes guardado

²⁰ Segundo Burke, os círculos acadêmicos se diferenciavam das universidades por serem menos formais, assim como eram os *salões* e os *cafés*.

pelas ordens religiosas católicas que exerciam o monopólio desta prática (SILVA e RIBEIRO, 2011, p. 21).

O processo de secularização intensificava-se. A formação dos Estados Nacionais nos séculos XVIII e XIX foi fundamentada, principalmente, pela formação de arquivos que constassem documentos que legitimassem este tipo de governabilidade. Na esteira dessa formação, inclui-se a influencia do historicismo, corrente historiográfica surgida na Alemanha no século XIX. Os representantes desse movimento se tornaram os sustentáculos das estruturas monárquicas (BARROS, 2012, p. 392), uma vez que

(...) era necessário realizar uma nova forma de história, cujos dois principais pilares foram a recuperação de uma documentação alemã que remontava aos tempos medievos, e o desenvolvimento de um novo método de crítica destas fontes com inspiração filológica. (BARROS, 2012, p.323)

Cabe salientar que, diferentemente dos “apóstolos” do positivismo francês, os historicistas alemães eram contrários a postura de rejeição do passado, assim como defendiam os iluministas franceses (BARROS, 2012 p. 393). Diante desse quadro de influências, a arquivologia, por exemplo, esteve relegada a ser uma disciplina auxiliar da História, assim como a Paleografia, Diplomática. Os arquivos se constituíram como “laboratório” para a pesquisa histórica (SILVA e RIBEIRO, 2011, p. 100). O Estado, portanto, assumiu as funções que eram antes da Igreja. Ao invés da predominância de sacerdotes, historiadores e profissionais laicos passaram a dominar o exercício da custódia do conhecimento registrado. Essa função perdeu toda a sua áurea de sacralidade outrora revestida na antiguidade e na Idade Média e foi centralizada nas competências de um Estado que se fazia cada vez mais laico e que tinha como

(...) preocupação central deste tipo de serviços (...) ‘guardar’, ‘organizar/tratar’ e ‘difundir’ a documentação que detinham sob a sua tutela, a um público erudito e estudioso ou ao cidadão comum que o Estado pretendia educar e “ilustrar”, em consonância com uma ideologia de matriz liberal e, mais tarde, republicana (SILVA e RIBEIRO, 2011, p. 100).

Por meio da desregulação do monopólio religioso e da dessacralização político/jurídica foi possível identificar o surgimento de outros lugares memória pertencentes a outras instituições religiosas que assumiram a responsabilidade em salvaguardar um acervo patrimonial que viesse a legitimar a presença dessas outras organizações no tecido social. No caso específico da inserção do protestantismo no cenário social e religioso brasileiro ainda no

século XIX, as primeiras igrejas não católicas passaram a se constituir como lugares físicos em que foram preservados documentos que referenciassem a presença dessas organizações na sociedade brasileira. Mas, quanto a isso o quarto capítulo será dedicado a discutir este tema.

3.3 CONCLUINDO

A prática custodial, conforme discutido neste capítulo, pode ser perspectivada como uma das atividades que fazem parte do processo de coesão dos diferentes grupos no tecido social. Seu exercício é elementar para a confecção do projeto político, cultural, religioso para a construção da sociedade. O processo de secularização, por sua vez, interrompeu o monopólio exercido por uma instituição religiosa – principalmente da Igreja Católica no período medieval e início da modernidade – no processo de guarda do patrimônio cultural produzido ao longo das gerações.

É indicativo, pois, o sentido da distinção das esferas laica e sacra que atingiu o custodialismo. Assim como no cenário jurídico-político que permitiu o estabelecimento de um cenário religioso cada vez mais plural, este processo proporcionou a diferentes organizações religiosas estabelecerem seus lugares memórias, cujos acervos se constituem como parte da herança cultural que permite a elas fixar a sua existência através de gerações. Além do mais, a secularização no custodialismo não está apenas na separação dos lugares memória laicos e sagrados, mas também pelo fato do próprio Estado assumir a função de regular a existências desses espaços na composição física do mundo social.

4 IMPRESSOS RELIGIOSOS NA HISTÓRIA DO BRASIL

A sociedade brasileira, em suas raízes históricas, fundamentou-se na religião cristã em seu viés católico romano. Atualmente, no entanto, ela se constitui como um verdadeiro mosaico religioso, no qual não só as outras confissões cristãs concorrem o espaço com o catolicismo, mas também com as religiões de origem africana e oriental (**Tabela 1**).

Tabela 1 - Proporção da população residente, por religião, segundo as Grandes Regiões 1960/2000.

Religiões		Grandes Regiões					Centro-Oeste
		Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	
Católicos	1960	93,1	95,9	97,5	91,7	88,1	92,2
	1970	91,8	94,0	96,5	90,0	87,9	90,2
	1980	89,0	89,3	94,5	86,5	86,3	86,1
	1991	83,0	83,4	89,2	79,0	83,3	80,1
	2000	73,6	71,3	79,9	69,2	77,4	69,1
Evangélicos	1960	4,0	3,0	1,8	4,1	8,1	3,4
	1970	5,2	4,8	2,6	5,5	8,9	5,5
	1980	6,6	8,1	3,4	7,1	10,2	8,1
	1991	9,0	11,5	5,1	9,9	11,6	11,1
	2000	15,4	19,8	10,3	17,5	15,3	18,9
Espíritas	1960	1,4	0,4	0,2	2,1	1,7	2,9
	1970	1,3	0,4	0,3	2,0	1,1	2,4
	1980	1,3	0,3	0,3	2,0	1,2	2,1
	1991	1,6	0,4	0,5	2,4	1,5	2,3
	2000	1,6	0,4	0,7	2,4	1,7	2,0
Outras Religiões	1960	1,0	0,4	0,1	1,4	1,6	0,8
	1970	1,0	0,5	0,2	1,5	1,5	0,9
	1980	1,2	1,2	0,5	1,8	1,1	1,4
	1991	1,4	1,3	0,9	1,9	1,1	1,3
	2000	1,8	1,7	1,3	2,2	1,5	2,0
Sem religião	1960	0,5	0,4	0,3	0,6	0,6	0,7
	1970	0,8	0,3	0,5	1,1	0,6	0,9
	1980	1,6	0,8	1,0	2,4	1,0	2,0
	1991	4,7	3,1	4,1	6,2	2,3	5,0
	2000	7,4	6,6	7,7	8,4	3,9	7,8

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1970/2000 *apud* ALVEZ, 2007, p. 50.

Na constituição desse cenário que se faz cada vez mais plural, a informação religiosa, em seu formato registrado, possuiu uma contribuição significativa na formação da sociedade brasileira nesse aspecto. Conforme visto no primeiro capítulo, o fenômeno informacional promove um maior impacto na sociedade a partir da sua comunicação por meio dos seus registros em qualquer suporte.

Na especificidade desta dissertação, a hemeroteca protestante aqui delimitada contribuiu para a ampliação da diversidade religiosa no Brasil, principalmente na metade do século XIX, quando livros, jornais, opúsculos, folhetos e almanaques dessa confissão passaram a circular em território nacional. Anteriormente a este período, a ausência ou o reduzido número de impressos religiosos por causa da censura aplicada pela Coroa portuguesa juntamente com a ação adversa da Igreja Católica, permitiu a esta última instituição o poder de regular a circulação desses objetos informacionais. A partir da oferta desses documentos, nos oitocentos, foi possível suscitar a criação de uma demanda na sociedade brasileira por informação de natureza religiosa. A formação de novas comunidades cristãs, a partir do processo de evangelização empreendida fundamentalmente por missionários norte-americanos, criou um grupo de consumidores deste tipo de informação.

Portanto, é na esteira dessa discussão, que será feita neste capítulo uma reconstituição histórica acerca da relação entre a religião e impressos no Brasil. Buscar-se-á identificar os contextos sociais, econômicos, culturais e políticos que possibilitaram ou não a produção de impressos dessa natureza ao longo de toda a história brasileira até aproximadamente a primeira metade do século XX.

4.1 REFORMA E CONTRARREFORMA NO BRASIL COLONIAL

Neste primeiro tópico, será colocado no centro da discussão o poder regulador tanto da Coroa Portuguesa quanto da Igreja Católica na difusão dos objetos informacionais reverberando, de certa forma, as tensões religiosas do século XVI em terras brasileiras.

4.1.1 A imprensa, o catolicismo e o padroado nos primeiros anos da colonização

Em 21 de abril de 1500, a frota portuguesa chefiada por Pedro Álvares Cabral desembarcava no Novo Mundo. Aliado aos intentos comerciais e políticos, os objetivos religiosos também estiveram em evidência na chegada dos portugueses. É o que se pode identificar na carta de Pero Vaz de Caminha endereçada ao rei Dom Manuel I, quando dizia que: “*Contudo, o melhor que dela se pode tirar parece-me que será salvar essa gente. Essa deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar*” (CÉSAR, 2000,p. 22; AZZI, 2008, P. 165). Não seria exagero afirmar, dessa forma, que o Brasil herdou o Cristianismo de Portugal

(SCHALKWIJK, 2004, p.23). A busca pela expansão da fé católica sempre esteve presente nos primeiros anos da colonização portuguesa na América. O regimento dado por D. João III ao primeiro governador geral Tomé de Souza em 17 de dezembro de 1548 colocava em primeiro lugar no processo de ocupação das novas terras “*o serviço de Deus e exalçamento de nossa santa fé (...)*” (AZZI, 2008, p. 165).

No entanto, a chegada dos colonizadores portugueses na América, no início do século XVI, trouxe consigo também as tensões religiosas presentes na Europa. A Reforma e a Contrarreforma ressoou no Novo Mundo. A difusão das ideias luteranas e calvinistas e sua aceitação em várias regiões no velho continente provocaram não só fortes divergências no âmbito religioso, mas também sérias tensões políticas entre estados. A Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), por exemplo, foi uma sequência de guerras religiosas envolvendo protestantes e católicos (CARNEIRO, 2011, p. 169). Alguns anos antes, o Concílio de Trento (1547-1563) estabeleceu uma série de decretos visando reformar algumas práticas no seio do catolicismo, bem como instituiu uma série de diretrizes para rebater o protestantismo. Dentre os objetivos estabelecidos, destaca-se a restauração da unidade da Igreja, a reconquista da fé católica, o favorecimento à criação de várias ordens, a confiança na doutrina e na autoridade de Roma (VERRI, 2006, p. 181).

Além do mais, estas decisões visavam obter mais fieis. Os jesuítas, ordem religiosa criada por Inácio de Loyola, se constituíram como um dos grandes responsáveis por esse movimento (SCHALKWIJK, 2006; GONZALÉZ, 2011; AZZI, 2008). Este grupo, inclusive, assumiu a responsabilidade em propagar a fé católica no além-mar, mais especificamente no continente americano exercendo a evangelização entre os indígenas bem como em defender a sua liberdade ante a ameaça da escravidão pretendida pelos colonos.

Entretanto, a evangelização em terras brasileiras não só coube a Igreja Católica e suas ordens religiosas, mas, sobretudo, ao Estado Monárquico português, uma vez que esta última instituição exercia um domínio sobre aquela por meio do sistema conhecido como *padroado*. Esse regime fornecia aos monarcas portugueses às atribuições religiosas da Igreja. Dessa forma, a Coroa detinha o poder sobre o governo civil e religioso, a partir da união dos títulos de grão-mestre de ordens religiosas²¹ (AZZI, 2008, p.163). Era função do monarca: administrar os bens eclesiásticos e os dízimos; apresentar os nomes dos escolhidos para ocupar o governo

²¹ A saber: a *Ordem de Cristo* aprovada pelo papa João XXII em 14 de março de 1319; a *Ordem de São Tiago da Espada* e a *Ordem de São Bento* fundada em 1146. A incorporação dessas três ordens à Coroa de Portugal foi feita por ordem Júlio III em 1551 (AZZI, 2008, p. 163).

das dioceses, das paróquias; zelar pela construção e conservação dos edifícios do culto; remunerar o clero e promover a expansão da fé cristã. Cabia ao papa somente confirmar as decisões do Rei. Analisando esse sistema, o historiador da Igreja Azzi (2008), afirma o seguinte:

Pode-se afirmar que o padroado é a origem fundamental do chamado regalismo, ou seja, intromissão do poder civil nos negócios eclesiásticos. Convém reafirmar, contudo que durante o período colonial o padroado constituiu uma concessão feita livremente pelos papas aos reis de Portugal. (AZZI, 2008, p. 164).

Verri também afirma que:

Estado e Igreja encontravam modos particulares de atuar nos espaços físicos, espirituais e políticos, cabendo à decisão da jurisdição episcopal ao Estado monárquico. Daí ser conveniente, para a organização eclesiástica, fosse elaborado um único código legislativo que pudesse fazer valer os direitos, os valores, os rituais da Igreja, de forma a compatibilizar os estatutos católicos romanos às necessidades da sociedade colonial (VERRI, 2006, p. 104).

Assumindo tal poder, o controle do envio e da produção de livros e outros impressos passavam pelas mãos da Coroa. Seguindo o que ficou estabelecido no Concílio de Trento, mais especificamente, pelo *index Librorum Prohibitorum*, publicado em Lisboa 1547, os monarcas portugueses adotaram uma política de censura o que levou ao estreitamento da produção de livros, à redução das bibliotecas e a circunscrição do acesso ao conhecimento (VERRI, 2006, p.175). As licenças para imprimir deveriam ser concedidas pela *Mesa do Desembargo do Paço*, pelos oficiais do Santo Ofício e pelo Ordinário Diocesano.

Esta preocupação na censura da circulação de impressos é devido, dentre outros fatores, ao impulso que a Reforma Protestante tomou com a Imprensa (re) criada por Gutenberg. A difusão desta tecnologia nos anos subseqüentes a sua criação, não proporcionou a renovação no conteúdo dos livros de imediato, uma vez que foram impressos títulos de obras manuscritas durante a Idade Média, seja no âmbito religioso como no científico (FEBVRE e MARTIN, 1992, p. 394). Esse panorama veio a mudar com a emergência das querelas entre protestantes e católicos. A busca em combater os ataques do outro provocou o aumento do número de impressos e novos conteúdos produzidos especialmente para os embates entre os dois grupos religiosos. Dentre os tipos de impressos, destaca-se os panfletos que foram usados para expor as principais ideias de defesa ou ataque entre um grupo e outro (FEBVRE e MARTIN, 1992, p.412). Paralelo a isso, havia o contrabando de impressos que estavam na lista dos li-

vros proibidos pelo Concílio de Trento em regiões católicas. Portanto, se fazia necessário a Coroa Portuguesa blindar as terras do Novo Mundo da circulação de ideias que viessem comprometer os objetivos religiosos embasados na Contrarreforma e do Antigo Regime.

Entretanto, é possível identificar na Península Ibérica algumas iniciativas pontuais e anteriores ao Concílio de Trento que tinham o objetivo de fomentar uma reforma na Igreja Católica. E, novamente, a tipografia teve seu papel essencial e estratégico para este fim. Na Espanha, a construção da Universidade de Alcalá, concluída em 1508, e a produção da *Bíblia Poliglota Complutense* empreendida pelo arcebispo Francisco Jiménez de Cisneros com o aval da rainha Isabel de Castela podem ser evocadas como exemplos dessas iniciativas (GONZALÉZ, 2011). Em Portugal, foi impresso o livro “*Vida de Christo*”²² pela rainha Leonor, esposa de dom João II (1481-1495), que dez anos depois determinou que fosse impressa em português partes do Novo Testamento. Estes exemplos mostram que houve uma tentativa clara de popularizar a Bíblia em solo português e torna-la acessível por meio da sua tradução para a língua vernácula, mas que não teve uma continuidade efetiva capaz de atingir a colônia (SCHAKWIJK, 2006, p.23). Este movimento é perceptível nas primeiras décadas do século XVIII quando o estado do clero católico encontrava-se em crise (VERRI, 2006, p. 113). Falta uma melhor preparação aos eclesiásticos enviados ao Brasil, além dos “desvios” morais praticados e que foram condenados pelo Concílio de Trento. Soma-se ainda o número reduzido de paróquias que viessem assistir as populações do interior.

Reiterando o que já foi dito anteriormente, o acesso aos livros era restrito. Seria equívoco afirmar que havia uma difusão de uma cultura escrita entre o clero católico brasileiro. As poucas bibliotecas existentes no Brasil estavam nos conventos, reservando o seu acesso aos religiosos e a poucos privilegiados da sociedade colonial. Mesmo assim, é possível identificar livros e impressos de natureza religiosa, além de outros gêneros em bibliotecas particulares de bispos. Dentre eles, dom Thomaz da Encarnação²³, bispo em Pernambuco nomeado em 18 de abril de 1774 (VERRI, 2006, p.130). Segunda esta autora

Era possuidor de preciosa e vasta biblioteca, como pôde ser conferido no rol dos bens enumerados em inventário. Calculado o monte em 17:145\$784 (dezesete contos, cento e quarenta e cinco mil, setecentos e oitenta e quatro réis), foram os livros avaliados por unidades ou em lotes referentes ao conjunto de títulos de uma coleção. Na verdade, a estimativa deu ideia do preço

²² Segundo Schalkwijk (2004, p.23), esta obra consistia no Evangelho de São Mateus, com interpolações nos lugares oportunos de passagens dos outros três evangelhos complementares.

²³ Quanto a lista de livros constados no inventario da biblioteca desse bispo ver Verri, p. 140.

de uma biblioteca selecionada, particular, contendo peças sobre religião, filosofia, história, direito, belas-lettras e dicionários. (VERRI, 2006, p. 136).

Podem ser mencionadas ainda, em Recife e Olinda, no século XVII, as bibliotecas dos mosteiros de São Bento, de São Francisco, de Santo Antônio e do Carmo, e as que foram encontradas nas cidades interioranas de Igarassu, Goiana, Ipojuca e Serinhaém (VERRI, 2006, p.243).

Essa descrição, no entanto, exemplifica a cultura reservada, na qual possuir livros ou qualquer outro tipo de impresso era privilégio de um grupo seletivo. No aspecto educacional, a ausência de livros era uma constante nos colégios instalados na Capitania pernambucana. Após o confisco dos bens e propriedades, bem como a prisão dos jesuítas na metade do século XVIII, foi promovida pelo Estado Monárquico uma reforma na educação que adotou o novo método de ensino dos Oratorianos. Em algumas ocasiões, a falta de livros didáticos impressos que seriam enviados da Metrópole, forçou os professores régios a produzirem alguns livros manuscritos (VERRI, 2006, p. 270).

No pano de fundo destes acontecimentos está a tensa relação entre a Coroa Portuguesa e a Igreja Católica sediada em Roma. A emergência do movimento iluminista no século XVIII e suas duras críticas anticlericais intensificou esta tensão. No Brasil, a reforma institucional empreendida pelo ministro conde de Oeiras, o 1º Marquês de Pombal, um dos grandes opositores aos inicianos exemplifica esta conjuntura. Essas reformas atingiram também a circulação de livros na Metrópole e na colônia. Exemplo disso foi a destituição em Portugal do Tribunal do Santo Ofício do poder de julgar obras e ideias. Verri afirma que:

A justificação para promover uma nova ordem de vigilância sobre os impressos, de acordo com a razão dominante no Antigo Regime, seria a reforma da burocracia estatal que, no reinado de D. José ‘era fiscalista e unitária’. Uma oportunidade para laicizar a administração, reformar os estudos menores e superiores, impulsionar o ensino profissional, com aulas sobre o comércio e artilharia. (...) Naquele momento, a intervenção da censura nas formas de produção intelectual era uma questão considerada de Estado, não mais pertencente à Igreja. (VERRI, 2006, p. 283).

A *Meza de Censores Regios* foi criada pela lei divulgada em Lisboa em 5 de abril de 1768 em substituição ao Tribunal da Inquisição, Ordinário e o Desembargo do Paço na responsabilidade em censurar impressos tanto na metrópole como na colônia. A *Meza* era composta

(...) por um presidente, sete deputados ordinários, sendo um deles da Inquisição de Lisboa, outro vigário geral do Patriarcado, alguns de notório saber e deputados extraordinários para assuntos fora do conhecimento dos membros efetivos (VERRI, 2006, p. 290 e 291).

Em dezembro do mesmo ano foi criada a Imprensa Régia ou a *Régia Officina Typographica* (VERRI, 2006, p. 286). O trabalho dos censores não foi além do que repetir os atos proibitivos das instituições extinguidas. A limitação de envio de impressos para os territórios coloniais foi repetida. O “*Catálogo de livros defesos neste Reino, desde o dia da criação da Real Mesa Censória até ao presente, para servir no expediente da Casa da Revizão*” listou uma série de impressos que carregavam no seu bojo, conteúdos que viessem a comprometer o *status quo* do Estado garantido pelo Antigo Regime. Portanto, livros de historiadores, dicionaristas e dos filósofos iluministas como Locke, Spinoza, Rousseau e Voltaire foram impedidos de serem enviados para colônia no século XVIII. Uma continuidade de uma política adotada no início da colonização portuguesa no Brasil.

4.1.2 Impressos e a evangelização calvinista no Brasil Holandês

No interregno do século XVII e XVIII, houve a experiência calvinista durante a dominação holandesa no atual litoral do nordeste brasileiro. Este período foi curto se for levado em consideração todo o período colonial. Porém, não quer dizer que foi insignificante no que se refere à relação entre os impressos e os eclesiásticos que dela se apoderaram para desenvolver o trabalho, sobretudo, missionário. A presença neerlandesa no Brasil reverberou as tensões políticas e religiosas na Europa, mais especificamente entre a Espanha e a Holanda.

Carlos V (1515-1556) da casa de Habsburg assumiu o império, reunindo as possessões alemãs e holandesas com as espanholas. Na Guerra dos Oitenta Anos (1568-1648) foi travada a luta holandesa pela liberdade contra a opressão hispânica. Concomitantemente a esses acontecimentos, a Holanda experimentava um desenvolvimento econômico, propiciada, dentre outros fatores, pelas relações comerciais com Portugal nos negócios no Atlântico. Tal crescimento sofreu um grande entrave com a união das Coroas Ibéricas provocada pela crise dinástica que foi sucedida pela morte de D. Sebastião no norte da África (MELLO, 2010, p.11), sendo Felipe II coroado senhor de toda a Península e do continente americano. Consequentemente, a relação econômica entre Portugal e Holanda ficou comprometida, uma vez que, com

a União Ibérica, Portugal e sua colônia no continente americano herdaram as desavenças entre aquelas duas nações.

Contra atacando o rompimento forçado com Portugal e suas possessões no Novo Mundo, a Holanda representada e financiada pela *Companhia das Índias Ocidentais* (WIC), estabeleceu como objetivo invadir e conquistar o Brasil. Depois de uma tentativa frustrada de invadir a Bahia entre 1624-1625, a Companhia, administrada pelos *senhores XIX*, decidiu novamente empreender uma guerra de conquista tendo como alvo a vila do Recife, centro econômico do Brasil colonial à época em 1630, dando início ao período da história brasileira conhecida como *Brasil Holandês* que durou até 1654.

A presença da Igreja Calvinista holandesa no Brasil nesse período pode ser resumida nos dizeres do historiador Schalkwijk

Com a invasão dos holandeses chegou a Igreja Reformada. Ela não nasceu da semente da pregação, mas foi transplantada como uma muda. À semelhança de todos os aspectos da vida holandesa, também a igreja foi transplantada para o Brasil. Inicialmente seriam igrejas da conquista, como as implantadas pelos conquistadores ibéricos na América do Sul, cem anos antes, para depois se transformarem em igrejas de imigrantes, que cresceriam também como igrejas missionárias. Basicamente, todavia, seriam igrejas da conquista. (SCHALKWIJK, 2006, p.93).

O trabalho eclesiástico no Brasil Holandês contou fundamentalmente com o suporte de livros, como Bíblias, saltérios, catecismos (SCHALKWIJK, 2006). Tanto na preparação de novos ministros como no trabalho missionário, o envio de impressos consta nos registros dos antigos presbitérios estabelecidos nas cidades holandesas. Antes mesmo da invasão, as igrejas neerlandesas já tinha uma vasta experiência no que tange a seleção de livros para o ministério. Para Pernambuco também constam os títulos presentes nestas listas. Isso evidencia que a própria igreja reformada era criteriosa quanto ao conteúdo religioso dos impressos aqui enviados, apesar de não ter publicado nenhuma lista oficial como o *Index* da Contrarreforma.

O principal livro religioso enviado para o Brasil foi, sem dúvida, a Bíblia. Tal ato seguia a tradição fincada nas ideias de Martinho Lutero no conceito de *Sola Scriptura* e na difusão das escrituras para além do grupo seletivo de sacerdotes. No entanto, diversos outros impressos podem ser elencados e que exerceram um papel essencial para o trabalho eclesiástico.

Para os consoladores²⁴, por exemplo, destacou-se, entre outros títulos, a *Consolação de Enfermos* de autoria do pastor Cornelis van Hille, usado para os trabalhos pessoais, enquanto que nas reuniões oficiais da igreja, estes eclesiásticos liam as “*Apostilas*”²⁵, ou livros que continham mensagens dos livros de prédicas. Para os cânticos, eram utilizados os *saltérios* que constavam os 150 salmos de Davi, metrificados e com notas, tendo no fim do hinário orações para guiar os consoladores no exercício com o público. No âmbito educacional, os diáconos cooperavam com o governo, tanto no ensino primário como no secundário. No primeiro nível alguns impressos de natureza religiosa foram utilizados. Dentre eles, destaca-se o *Breve Resumo* de autoria do Pastor Herman Faukelius e que fornecia uma composição de 74 perguntas e respostas sobre o *Catecismo de Haidelberg*, também requisitado para as práticas pedagógicas.

Igualmente, o trabalho missionário não foi descuidado pelos calvinistas holandeses (SCHALKWIJK, 2006, p.186). Para a população lusa residente em Recife, os ministros requisitaram para tal fim, principalmente, exemplares da Bíblia, do *Catecismo de Heidelberg* e de *O Católico Reformado* de autoria de William Perkins. A proposta de evangelização calvinista entre os índios não esteve dissociada de uma proposta pedagógica que consistia na transmissão não só dos princípios da teologia reformada, mas também dos valores civis holandeses. Para ilustrar tal situação será profícuo mencionar um trecho transcrito por Evaldo Cabral de Mello de um extenso relatório apresentado pelos conselheiros Hamel, Bas e Bullestrate em 1645. Diziam eles que:

Há pouco conhecimento de Deus e do nosso Salvador entre os brasileiros, e não sabem senão nomear Deus e Jesus Cristo e sua Nossa Senhora, como chegaram a aprender com os padres. Sabem, entretanto, o Padre Nosso e o Credo e recitam-se em sua Língua; e nada mais. São poucos os que dão razões da sua fé e em que fundamentam a Salvação. Para instruir essa gente simples e ignorante era desejo que se apresentasse alguém que aceitasse estudar a língua usada por eles. A isto decidiu-se (...) David Doorenslaer para (...) o ensino dos brasileiros (...) da qual já conseguiu muito progresso, realizando boa obra educativa (...). (MELLO, 2010, p. 266 e 267).

²⁴ Que trabalhavam não só nos hospitais, mas também nos navios, nas fortalezas, nos acampamentos, entre os pobres e órfãos, ajudando a fazer testamentos, assistindo os condenados em suas últimas horas de vida, cuidavam de igrejas sem pastor local, trabalhavam entre os índios, consolando, mas também catequizando ou trabalhando como mestres-escolas (SCHALKWIJK, 2006, p. 165).

²⁵ Um dos títulos dessas apostilas que pode ser evocada aqui é *As Apostilas* de autoria do reverendo alemão Abraham Schulte e que foi incluído no *Índex* dos livros proibidos pela Igreja Católica Romana. A guisa de registro é possível cita: *O Livro Tesouro* de autoria do pastor Festus Hommius, *Sobre o Arrependimento da Vida* do inglês William Perkins; *Casos de Consciência* (SCHALKWIJK, 2006, p. 175).

Doorenslaer, inclusive foi um dos responsáveis em traduzir o Catecismo de Heidelberg para a língua dos índios aliados aos holandeses. A busca pela aculturação religiosa é evidente neste relatório e para isso era necessário fazer circular a *informação religiosa* produzida pelos grupos calvinistas holandeses.

4.2 (RE) INSERÇÃO PROTESTANTE NO SÉCULO XIX

O século XIX, em sua primeira década, é marcado pela vinda estratégica da Família Real de Portugal ao Brasil, tutelada pela poderosa marinha britânica ante a ameaça napoleônica em território europeu. Esse acontecimento não só teve grandes implicações nas relações diplomáticas entre Portugal e Inglaterra. O cotidiano nos principais centros urbanos da colônia recebeu contingentes consideráveis de imigrantes ingleses favorecidos pelos acordos estabelecidos entre as duas nações na primeira década daquele século. Dentre eles, podemos mencionar a abertura dos portos brasileiros para o comércio com as nações amigas – e, é claro, a Inglaterra – em 1808; e os tratados de Aliança e Amizade e de Navegação e Comércio firmados em 1810.

Ao se instalarem nos principais centros urbanos, como Recife, Rio de Janeiro, Salvador, os comerciantes e funcionários do governo inglês receberam permissão para praticarem a sua religião, porém, sem proselitismo (MENDONÇA, 2008, p. 42). Os cultos deveriam ser realizados dentro de casas que não aparentassem ser uma igreja. Apesar dessas exigências aos anglicanos ingleses, pode-se afirmar que isso contribuiu para o andamento, lento é verdade, mas constante, da perda hegemônica da Igreja Católica Romana no espaço religioso brasileiro.

Nesta conjuntura política e econômica, a Coroa Portuguesa, agora instalada no Rio de Janeiro, permitiu a instalação das primeiras oficinas gráficas em território brasileiro e com elas a publicação dos primeiros jornais. O pioneiro foi o *Gazeta*, periódico oficial da Coroa, que começou a circular em 10 de setembro de 1808. Sobre o assunto Silva (2015) afirma que

A imprensa chegou ao Brasil tardiamente, decorrência do exclusivismo colonial e da conjuntura do Estado português de então, por sua decisão diante da crise vivida pela cristandade no início do século XVI. Só após a presença da Família Real portuguesa foi permitido o estabelecimento de oficinas gráficas em territórios brasileiros. Evidentemente, foi a princípio, uma imprensa quase folclórica e oficial, com o jornal da corte. Contudo, a imprensa, com seus primórdios, já apresentava os ideais dos setores que pretendiam a inde-

pendência do Brasil, como o *Correio Brasiliense*, de Hipólito da Costa. (SILVA, 2015, p. 33 e 34).

Com o advento do Império em 1822 e a publicação da Constituição de 1824, a tolerância religiosa foi relativamente estabelecida, apesar de que o catolicismo se manteve como a religião oficial do império, e as restrições ao culto e ao proselitismo protestante mencionado anteriormente se mantiveram (MENDONÇA, 2008, p. 43).

O início das atividades de proselitismo no país começa com a distribuição da Bíblia (VASCONCELOS 2010, p. 15). A presença dos distribuidores e comerciantes desse e outros impressos protestantes – os *colportores* - indica que durante a maior parte dos Oitocentos, setores ligados a elite imperial simpatizava e tolerava a presença e atividade de estrangeiros protestantes. O anticlericalismo defendido por setores liberais da população viam, se não com simpatia, pelo menos com indiferença as ações desses grupos religiosos, não promovendo, com isso, perseguições.

A influência do *liberalismo político* e do *jansenismo*²⁶ contribuiu para que parte dos setores políticos e até mesmo do clero católico simpatizarem com a atividade religiosa desempenhada pelos distribuidores dos impressos. Leonárd (2002), pioneiro num estudo sistemático da inserção protestante no Brasil, discutindo o tema afirma que

Estava-se, além disso, num período de progresso, ao qual a vitória das nações protestantes, Inglaterra e Prússia, em 1815, dava, em todo mundo branco, uma nuance de filo-protestantismo: com a constituição à inglesa, era a religião à inglesa que parecia, então, a mais própria aos povos “evoluídos” (...). Encontraremos mais tarde grande número de intelectuais e oficiais entre os primeiros protestantes brasileiros (...). Simpatizantes da Inglaterra tanto quanto de Portugal, não possuíam preconceito contra o protestantismo – religião do país que salvara outrora a coroa portuguesa (...). (LEONÁRD, 2002, p. 40).

Parte do clero católico aderiu o movimento jansenista durante a formação no seminário de Coimbra. Em três pontos, esta influência pode justificar a simpatia desses religiosos pelo protestantismo: (a) fomentação de uma piedade austera; (b) Culto das Sagradas Escrituras; e (c) independência em relação a Roma (LÉONARD, 2002). A maçonaria ajudou em diversas ocasiões a causa protestante (MENDONÇA, 2008, p. 180). Em Pernambuco, por

²⁶ Este movimento religioso teve como seu fundador Cornélius Jansenius, bispo holandês da cidade Ypres no século XVII. Em sua obra *Summa Agustinus seu doctrina S. Agostini de humanae naturae sanitate, aegritudine, medicina adversus Pelagianos et Massilienses*, cuja publicação foi em 1640, trazia temas bastante controversos para a Igreja Católica como a predestinação e o livre-arbítrio.

exemplo, as simpatias por parte de setores liberais e a oposição dos eclesiásticos católicos pode ser ilustrada na questão que envolveu o General Abreu e Lima - que mesmo não sendo protestante simpatizava com as ideias embutidas na mentalidade daquele grupo - e alguns católicos, dentre eles o Cônego Joaquim de Campos sobre as “bíblias falsas” distribuídas por colportores na década de 1860 (OLIVEIRA, 2010, p. 233).

A distribuição e divulgação de impressos protestantes foram desencadeadas por *associações voluntárias*, principalmente pela *Sociedade Bíblica Britânica* e pela *Sociedade Bíblica Americana* que enviavam missionários e comerciantes de Bíblias para o Brasil. A atuação dessas organizações foi possibilitada pela abertura dos portos brasileiros a nações que mantinham relações amigáveis com Portugal, principalmente a Inglaterra e depois os Estados Unidos. Geralmente eram enviados um representante – o *agente* – da instituição e o *colportor* que era o vendedor propriamente dito dos impressos. A missão desses comerciantes, segundo Nascimento (2012), além da divulgação desses objetos informacionais, era criar polêmicas com as autoridades eclesiásticas locais através da imprensa e observar a cidade mais propícia para as futuras instalações de igrejas e escolas protestantes (NASCIMENTO, 2012, p. 256). Todos esses deveriam estar contidos num relatório diário, bastante minucioso para apresentar ao agente. Nesse relatório

Registravam data, locais por que passaram, os títulos e a quantidade vendida e distribuída gratuitamente. Deveriam descrever a cidade visitada, seu comércio, a presença da Igreja Católica e os prováveis pontos de fixação. Se o chefe estivesse fora do Brasil, o documento seria enviado semanalmente pelos correios, de modo que o agente acompanhasse todo o movimento dos seus subordinados (NASCIMENTO, 2012, p. 259 e 260).

A presença dos vendedores ambulantes de Bíblias e outros impressos de natureza religiosa, portanto, foram de fundamental importância para a instalação de igrejas protestantes. Num país em que o analfabetismo predominava, os colportores quando eram enviados a algum local propunham a organização de um grupo para que a leitura fosse realizada em voz alta além de se comprometer em enviar um professor para ensiná-los a ler (NASCIMENTO, 2012, p. 251).

No entanto, foi só em 1837 que a difusão dos impressos protestantes se tornou mais sistemática. Um dos pioneiros dessa fase foi o metodista Daniel Parish Kidder e o agente da Sociedade Bíblica Americana James Cooley Fletcher. Isto porque, a distribuição de Bíblias, feitas pelas sociedades bíblicas, se fundamentava

(...) dentro de uma linha de pensamento fundamentalista, atribuindo à Bíblia um poder de convencer pessoas pela sua simples leitura. Assim, desde a vinda dos missionários, houve estreito relacionamento entre a obra denominacional e a bíblica, pois o conhecimento da Bíblia era universalmente tido como base indispensável para o trabalho evangélico. (FILHO *apud* VASCONCELOS, 2010, p. 16).

Essa atividade não ficou restrita aos centros urbanos, mas se expandiu para as áreas rurais. Mendonça (2012) defende que os grupos protestantes procuravam preencher espaços em que o catolicismo oficial não conseguira estabelecer sua influência plena, já que a ausência de sacerdotes nesses locais proporcionou uma ressignificação da religiosidade católica pelos grupos locais. Na região sul e sudeste e seguindo o caminho do café, o presbiterianismo, por exemplo, que mesmo tendo a característica de ser disciplinada intelectualmente, procurou também alcançar os que não eram da elite. A Igreja Católica, muito centralizada, não acompanhou aquela marcha cafeeira. Aliás, em alguns dos relatos feitos por Kidder que estão registrados por Léonard (2002) clarificam a dificuldade da burocracia católica em assistir a população brasileira distribuída em todo território nacional.

Em 1855, o escocês Robert Reid Kalley juntamente com sua esposa Sarah Poulon chegaram ao Rio de Janeiro dando início ao proselitismo em língua portuguesa no Brasil (VASCONCELOS, 2010, p. 24). Em 1858, fundou a Igreja Congregacional no Rio de Janeiro. Em Pernambuco, uma congregação desta denominação foi organizada em 1873 (MENDONÇA, 2008, p. 46). Kalley é um dos pioneiros protestantes a utilizar a imprensa secular para difundir a informação de natureza religiosa. Este trabalho estava embasado na constituição brasileira outorgada em 1824 que autorizava o seguinte:

Todos podem comunicar seus pensamentos por palavras, escritos e publicá-los pela imprensa, sem dependência de censura, contanto que hajam de responder pelos abusos que cometerem no exercício desse direito, nos casos e pela forma que a Lei determinar.

Para tal atividade usou diversos pseudônimos (“*um leitor constante do Correio Mercantil*”, “*devoto sincero*”, “*um dos discípulos do crucificado*”) para os seus artigos publicados em jornais que circularam no século XIX no Rio de Janeiro – *Correio Mercantil* e *Jornal do Comércio* -, nos quais comentava temas religiosos (VASCONCELOS, 2010, p.33). A adoção desses nomes se justifica pelas perseguições de parte dos sacerdotes ultramontanos embora

parte do clero católico brasileiro, conforme já foi dito anteriormente, ter tolerado a atuação dos distribuidores de bíblias e outros impressos (LEONÁRD, 2002, p. 40).

Além de escrever nestes periódicos, Kalley anunciava títulos de livros protestantes, bem como os locais em que estes poderiam ser adquiridos. A sua obra missionária esteve altamente atrelada à editoração, bem como da distribuição de impressos, fundamentalmente em língua portuguesa. Sua esposa escreveu diversos hinos que viriam a compor uma compilação de cânticos protestantes da denominação não só congregacional, como também de batistas e presbiterianos. Esse tipo de impresso foi e é de fundamental importância para assegurar um sentimento de pertencimento entre estes grupos evangélicos.

Já os missionários enviados pelas juntas missionárias dos Estados Unidos vieram ao Brasil com o intuito claro de fundar igrejas, escolas, hospitais e publicar jornais, revistas que ajudassem na busca pela consolidação da religião protestante. Aliás, as ações missionárias norte americanas não devem ser estudadas a parte do contexto político e ideológico presentes nos Estados Unidos no século XIX. Conforme discutido no primeiro capítulo, o papel da religião para a construção de qualquer sociedade não deve ser diminuída. Mais do que uma mera prática social, ela permite que um grupo permaneça coeso em torno de ideias principais que podem ser apreendidas por símbolos. Esse aspecto é mais que evidente na construção da sociedade norte-americana. *O sentimento religioso que marcou o povo norte-americano foi considerado um dos mais importantes fatores para sua independência* (SELLARO, 1987; p. 110).

Diferentemente do contexto religioso na Inglaterra, as treze colônias norte americanas no século XVII permitiram uma maior flexibilização da consciência cristã. Isso provocou o processo do *denominacionalismo*, resultante na associação voluntária de confessos em igrejas se identificando com um nome, com propósitos e ideias teológicas definidas, mas que tinham consciência que estavam inseridos dentro de uma comunidade cristã maior que formava a sociedade norte-americana. (SELLARO, 1987, p. 110). As pretensões hegemônicas sobre a América Latina dos Estados Unidos eram claramente vistas na redação do *Destino Manifesto* que influenciou a elaboração da *Doutrina Monroe* na primeira metade do século XIX (AMÉRICO, 2008 p. 106). A partir desses princípios os norte-americanos se viam como propagadores de novos valores para a construção de uma nova sociedade para a humanidade. A nação modelo é claro seria os próprios Estados Unidos. A esse corpo doutrinário político, deve-se acrescentar o caldo religioso que dava o caráter divino a essa pretensão.

Os missionários norte-americanos que aqui vieram incluídos nessa ideologia foram fundamentais para a construção daquele corpo ideológico. A influência daquele imaginário pode ser visto em vários discursos construídos por missionários. No discurso de apresentação a Junta de Nova York, Simonton declara o seguinte:

Provavelmente, não está longe o dia em que o Brasil terá lugar entre as nações mais importantes da Terra, em população e nos elementos de grandeza nacional. É de alta importância para o seu presente e para o seu bem estar futuro, que a mente nacional esteja imbuída de ideias e princípios religiosos corretos, e esses deverão proceder, em primeiro lugar do nosso país (SIMONTON apud AMÉRICO, 2008 p. 105).

A colônia que havia pouco se libertado do julgo inglês, vinha com sede de ser colonizador. “Recristianizar” o Brasil era o objetivo principal dos missionários norte-americanos. Essa ação, contudo, trazia subsídios para que a igreja brasileira fosse dependente e submissa à igreja norte-americana, deixando claro as intenções imperialistas que permeavam seus interesses. Segundo Américo (2008, p. 106) havia uma ideia de igualdade desigual. Esse lema foi, inicialmente, evidenciado na submissão de todos os presbíteros aos Sínodos estadunidenses que tinham como funções principais o gerenciamento dos recursos e um poder de decisão quase absoluto, que ia desde a escolha das cidades a serem atendidas pela missão, até a indicação de quem assumiria cada uma e por qual período.

Os jornais, revistas, opúsculos produzidos por esses missionários estenderam todo aquele projeto civilizador norte-americano em solo brasileiro. No entanto, somente na segunda metade do século XIX, é que foram publicados os primeiros periódicos protestantes. Os primeiros indivíduos que aqui distribuíram estes objetos informacionais eram oriundos dos Estados Unidos, onde aqueles documentos datam do século XVIII. Consequentemente, os missionários enviados ao Brasil já tinha possuído uma larga experiência histórica em relação ao papel da imprensa no trabalho eclesiástico e missionário.

Em 1864, o jornal presbiteriano *Imprensa Evangélica* passou a circular no Rio de Janeiro²⁷ cujos redatores foram Ashbel Green Simonton, Alexander Latimer Blackford e o expadre Manoel da Conceição (VASCONCELOS, 2010, p.34). A publicação do *Imprensa Evangélica* por iniciativa desses missionários foi incentivada pela boa aceitação de segmentos da intelectualidade brasileira dos numerosos artigos protestantes nos jornais seculares, inclu-

²⁷ Vasconcelos (2010, p. 34) indica que este jornal foi o primeiro jornal protestante em circulação na América Latina.

indo a classe política, que nutria certa animosidade para com a Igreja Católica. O propósito estratégico era, portanto, arregimentar esses setores para a causa protestante (VASCONCELOS, 2010, p.35). Este impresso é peculiar no que se refere a sua paginação, uma vez que a numeração da edição seguinte seguia a anterior com o objetivo de oferecer a oportunidade ao leitor de no final de cada ano juntar todas as edições numa compilação que resultaria em um livro (VASCONCELOS, 2010, p.35).

O segundo jornal presbiteriano a ser publicado em 1874 foi *O Púlpito Evangélico*, pelo então missionário judeu holandês Emanuel Vanorden. Este periódico teve apenas 24 números que foram publicados entre 1874 a 1875 (VASCONCELOS, 2010, p. 37). Vanorden ainda publicou outros impressos: *Pregador Cristão*, *Imprensa Evangélica*, *Anuário*, *Aurora* (periódico infantil) e *A Opinião*, sendo este último um jornal secular.

Em 1886, foi publicado o primeiro periódico metodista intitulado *O Metodista Católico* que veio a se chamar depois de *O Expositor Cristão*, fundado pelo missionário John James Ramson.

Em 1881, a primeira igreja Batista no Brasil foi fundada na Bahia pelo missionário William B. Bagby enviado pela junta Missionária de Richmond dos Estados Unidos (MENDONÇA, 2008, p. 50; OLIVEIRA, 2010, p.240). Dessa denominação foram publicados ainda no século XIX o *Christão Baptista* (1885) e o *Echo da Verdade* (1888) circulado na Bahia.

Um dos personagens batista mais conhecido, principalmente em suas atuações como autor de artigos e hinos, bem como na publicação de periódicos foi o judeu polonês convertido ao cristianismo Salomão Ginsburg. Dentre as suas publicações é possível mencionar o periódico intitulado como *As Boas Novas e outras literaturas para as igrejas do Sul*, além de o jornal intitulado *Bíblia* (1892), depois chamado de *O Cristão*. Enquanto esteve atuando em Pernambuco sua militância, assim como de outros pastores e missionários foi marcado pelo envolvimento em polêmicas com sacerdotes católicos (VASCONCELOS, 2010, p.38). As publicações, editadas por estes pastores geraram uma reação por parte daqueles eclesiásticos, principalmente os que seguiam a visão ultramontana, que se empenharam também em escrever artigos em jornais seculares, além de publicarem seus próprios periódicos. Dentre os títulos destes impressos Vasconcelos (2010, p. 36) menciona: *A Esperança* e *O Oito de dezembro*, publicados em Pernambuco; *A Estrela do Norte*, no Pará; *A Fé*, do Maranhão; *O Brasil*, da Bahia; *A Cruz*, do Rio de Janeiro; e *A Estrela do Sul*, de Porto Alegre. Já Silva (2010), menciona outros títulos da imprensa católica afirmando que

Embora tardia em relação à outra imprensa²⁸, o primeiro jornal católico foi publicado em 1836 na Bahia e se intitulava REVISTA CATÓLICA. Logo depois, em todo território brasileiro, outros periódicos surgiram como A SELETA CATÓLICA, na diocese de Mariana, em Minas Gerais, e que circulou entre 1846 e 1847, sendo em seguida substituída por ROMANUS. Em São Luiz do Maranhão, Dom Joaquim Silveira publicou O ECLESIÁSTICO durante o ano de 1852. Em São Paulo, no ano de 1855, circulou O AMIGO DA RELIGIÃO. Em Pernambuco, no ano de 1847, publicou-se A ÁGUIA CATÓLICA. Nos anos após 1860 aumentou o número de jornais católicos em todo o Brasil, alguns com maior ou menor duração, mas todos morreram na dobrada do século. Temos então O APOSTÓLICO, na corte; A BOA NOVA, em Belém do Pará; A TRIBUNA CATÓLICA, em Fortaleza, CE; A CRÔNICA RELIGIOSA, Salvador, BA; UNIÃO, Recife, PE; O BOM LADRÃO, Mariana, MG; A ORDEM, São Paulo, SP, O TABOR, São Paulo, SP, PÁTRIA, São Paulo, SP; CRUZ, Goiás, GO; CORREIO CATÓLICO, Uberaba, MG; ERA NOVA, Recife, PE; Viçoso, Mariana, MG; A ESTRELA, Curitiba, PR. (SILVA, 2010, p. 38).

É possível perceber na fala deste pesquisador que o número de periódicos católicos aumentou após a década de 1860, o mesmo período em que os primeiros jornais protestantes começaram a ser publicados, como foi o caso de *A Imprensa Evangélica* (1864). Baseando-se na periodização da história da imprensa católica feita pelo Frei Hugo Fragoso, verifica-se que entre o início do primeiro império até o segundo império os periódicos enfatizavam a defesa do catolicismo contra as ideias do liberalismo e do protestantismo. Entre 1850 à 1870, a publicação de jornais católicos coincidem com o movimento de “reforma” no seio da Igreja, cujos eclesiásticos usaram os meios de comunicação para expor os principais dogmas do catolicismo (SILVA, 2015, p.40). Não satisfeito com esta periodização, pelo fato de não haver uma clara distinção entre aqueles dois momentos, o mesmo autor expõe também a periodização feita pelo Frei Lustosa que divide a história da imprensa católica da seguintes forma:

- a) Fase de iniciação (1830-1870);
- b) Fase de consolidação e articulação (1870-1900);
- c) Fase de organização e articulação (1900-1945);
- d) Fase da especialização (após 1945).

É na segunda fase que podem ser inseridos os periódicos católicos relatados nesta sessão, período em que estes

²⁸ No caso a imprensa secular.

(...) jornais apresentaram uma maior informação sobre os assuntos da igreja e com perspectivas polêmicas, tendo de enfrentar as muitas mudanças que estavam ocorrendo na sociedade brasileira e que, em grande parte eram trazidas da Europa. Havia uma necessidade de defender-se contra os ataques sofridos pela Igreja. São nesses ataques que fazem proliferar uma maior quantidade de jornais católicos. (SILVA, 2015, p. 41).

4.3 REFORMA E CONTRARREFORMA NA REPÚBLICA VELHA

O século XIX chega ao seu final no Brasil marcado pela Proclamação da República, que não deve ser entendido como um projeto político e social pronto e acabado *a priori*. A implantação desse regime envolveu, e ainda envolve uma construção permanente nos âmbitos social, político, econômico, religioso. Nesse último aspecto, a República, inspirada por ideias positivistas e anticlericais, estabeleceu a separação entre Estado e Igreja. Inicialmente, essa medida foi estabelecida pelo Decreto nº 119-A do Governo Provisório em 1890, que, entre outras coisas, aboliu o *padroado* que não tinha mais serventia

(...) pois o Estado brasileiro encontrava-se dominado por maçons e bebia de uma nova ideologia que já não mais necessitava do estofado ideológico que a religião sempre lhe oferece. Por outro lado, questões eram transferidas da Europa fazendo reviver aqui os embates entre a maçonaria e o catolicismo ultramontano (SILVA, p. 61).

A reação da Igreja Católica no Brasil quanto a essa questão pode ser evidenciada a partir da *Pastoral Coletiva* publicada em 1890, bem como da *Reclamação* redigida no mesmo ano. Esses escritos sintetizam as reivindicações contra a interferência do Estado em assuntos religiosos. Além dessas questões políticas, aquela instituição enfrentou movimentos sociais de cunho religioso, como a *Guerra de Canudos (1896-1897)* e a de *Juazeiro (1914)*, manifestações de um catolicismo rústico. Esses embates, entre o catolicismo oficial e rústico, indica a ineficiência da estrutura eclesiástica católica diante do vasto território brasileiro. No Nordeste, por exemplo, as fundações de dioceses em regiões do interior só vão ser realizadas de forma mais efetiva na primeira metade do século XX. Silva (2010) afirma que:

No início do século XX, em um movimento que pretendia garantir a sua presença em todos os espaços do Brasil, a Igreja Católica procurou estabelecer dioceses nas capitais e em regiões de importância nos diversos estados da federação. No sertão de Pernambuco foi criada, em 1910, a diocese de Floresta, lugar próximo ao Rio São Francisco, alguns anos, porém, a sede diocesana de Pesqueira. Em 1912, foi criada a diocese de Petrolina, reconhecendo

a importância daquela região, uma passagem de ligação dos estados da Bahia, Pernambuco, Piauí, Ceará. Naquele mesmo ano foi criada a Diocese de Garanhuns. (SILVA, 2010, p. 78).

No final do século XIX, 16 novas dioceses foram criadas em todo o Brasil, tendo esse número ampliado para 32 entre 1900 e 1918.

Concomitantemente ao período, houve o crescimento relativo da presença de grupos protestantes em diversas partes do país. Segundo Mendonça (2008), nas áreas rurais no sul, principalmente aquelas incluídas na marcha do café, o protestantismo, principalmente os presbiterianos e batistas, penetrou com bastante intensidade, atingindo regiões em que a Igreja Católica não consolidou sua autoridade eclesiástica de forma efetiva. Nas federações do norte como Pernambuco, Rio Grande do Norte, a penetração protestante foi expressiva nos principais centros urbanos. Presbiterianos e batistas foram os grupos mais expressivos nessa inserção. Esta expansão alcançou também centros do agreste e do sertão pernambucano, tanto os centros urbanos quanto o interior foram beneficiados pelos contextos e evolução política e econômica pelo qual o Nordeste provou no início do período republicano.

Pernambuco perdeu seu prestígio político e econômico com o advento da República. O governo central era mais favorável aos grandes produtores de café da atual região sudeste. Os empréstimos concedidos a São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul pelo Banco do Brasil eram maiores dos que aqueles concedidos para Pernambuco e as federações satélites (Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte). A falta de unidade entre os estados da atual região do Nordeste é outra questão a ser aqui mencionada. Apesar da perda de seu prestígio político no âmbito nacional, Pernambuco lutou para assegurar a sua hegemonia frente aos estados nordestinos considerados satélites. O sistema federativo era muito competitivo. Os estados eram divergentes no que concerne aos interesses econômicos impossibilitando a formação de alianças. Quem resolvia questões regionais era o governo central. Pernambuco ainda tinha pretensões de se tornar hegemônico economicamente na região. No entanto, as velhas rixas – cujas raízes encontram-se nas perdas territoriais de Pernambuco durante as revoluções de 1817 e 1824 - com os vizinhos impossibilitaram tal hegemonia.

As principais estradas de ferros que “cortavam” as regiões do interior tinha como ponto de partida o Recife. Elas possibilitavam o escoamento da produção das usinas e das fábricas instaladas no interior para o litoral. E esse escoamento era cobiçado pelos portos. Recife, portanto, foi o que mais se beneficiou com essa malha ferroviária. A capital pernambucana

era uma cidade cosmopolita. No início do século XX muitos estrangeiros afluíram para este centro. Os Ingleses exerciam grande influencia econômica, construindo estradas de ferro, trazendo companhias de comércio. Alemãs, portugueses, norte-americanos, judeus russos foram outros que tiveram grande participação econômica, social, educacional.

Nesse período, missionários protestantes chegavam com maior intensidade a Pernambuco. Os presbiterianos, batistas, congregacionais, por exemplo, aproveitaram as ferrovias para instalarem suas igrejas e escolas protestantes nas cidades estratégicas do interior, como Garanhuns – que fica no meio do caminho entre Pernambuco e Alagoas -, Pesqueira.

Neste contexto, a Igreja Católica reagiu criando novas dioceses, como já, foi mencionado, nesse trabalho. Novamente, a publicações de jornais confessionais pode também ser ilustrativa no que se refere aos embates entre católicos e protestantes no início do século XX. Em Pernambuco, por exemplo, foi presenciada a fundação e circulação de jornais protestantes ainda no final do século XIX como o *Salvação da Graça*, editado no Recife, mas impresso em Lisboa e organizado pelo Rev. Smith, pioneiro presbiteriano em terras pernambucanas (SILVA, 2013, p. 106). Seguindo a marcha das ferrovias, foi publicado e editado, em Garanhuns²⁹, o *Norte Evangélico* a partir de 1909, cujo primeiro editor foi Jerônimo Gueiros. Este periódico sucedeu *O Século*, considerado Órgão Evangélico Presbiteriano, fundado no Rio Grande do Norte em 1895, cujo redator era o Rev. Porter. Neste jornal, além de objetivar a propagação da religião protestante, trazia uma sessão, cujo título era *Fatos Diversos*, na qual era noticiada assuntos seculares. O *Norte Evangélico*, porém, mudou este aspecto, apresentando-se como um periódico que se constituía inteiramente de artigos religiosos. Sobre o objetivo deste periódico, Gueiros afirmava que:

Confiavel na louvavel tolerancia do povo de Garanhuns, ousámos mandar aquelles que julgámos apreciarem a leitura sã em referencia a assumptos biblicos o nosso modesto periodico. Não foi infundada a nossa confiança. Os tempos estão realmente mudados. Já passou a época da pedra, do cacete e do odio. Já o povo discute e lê os assumptos religiosos sem almejar acender uma fogueira inquisitorial³⁰

Persiste, portanto, no Brasil República o caráter polêmico dos jornais protestantes. Postura antes assumida pelos missionários norte-americanos no século XIX, no seguinte em-

²⁹ A presença presbiteriana nesta cidade data de 1894, quando da chegada do missionário Henry J. Mac Call, enviado pela *Sociedade Missionária de Auxílio ao Brasil*. Seguiu-se para este município o reverendo Butler e Handerville que atuaram com proselitismo naquele lugar. (VASCONCELOS, 2010, p.41).

³⁰ NORTE Evangélico. Garanhuns: Ano XV, N. 1, p. 1, 22 de fevereiro de 1909 *apud* Vasconcelos, 2010, p.41.

preendida pelos pastores brasileiros. Dentre os protestantes, a denominação que adotou uma postura mais agressiva contra os católicos foi a batista. Além dos jornais citados na subseção anterior, o periódico mais conhecido que até hoje está em circulação é *O Batista*, criado em 1901, cujos fundadores foram os missionários W.E Entzinger e o português Teodoro R. Teixeira. Segundo Mendonça

Nos missionários o polêmico se desenvolve por motivos políticos, num clima de prudência; nos líderes nacionais, a partir da primeira geração de pastores brasileiros, ela é franca e agressiva, embora a linguagem, quase sempre cavalheiresca, escorregasse às vezes para a ironia. (MENDONÇA 2007, p.123).

Essa característica pode ser vista nas primeiras edições de o *Norte Evangélico*. A partir da edição nº 2, Jerônimo Gueiros escreve uma série de artigos, cujo título era *Resposta ao Vigário*, em defesa aos ataques do Monsenhor Afonso Pequeno que em um jornal da época, acusava, dentre outras coisas, o protestantismo como um *monstro de mil cabeças*³¹. Gueiros se posicionou com as seguintes palavras no primeiro artigo da série:

Entretanto, com a calma e a intrepidez dos que militam escudados pela verdade, vamos, na arena dos princípios, rebater as investidas do erro ultramontano, em todas as suas modalidades, evidenciando que o sistema papal não resiste aos embates (...) de uma discussão criteriosa e sensata (Norte Evangélico, ano XV nº 2, 03-03-1909, p. 1).

Esses dois personagens podem ser evocados como emblemas da questão que envolve a presença protestante e a reação católica em Pernambuco no final do século XIX e início do XX. Monsenhor Afonso Pequeno foi uma das principais vozes contra o protestantismo. Através do jornal *O Sertão*, o eclesiástico – que foi vigário de Villa Bela, Floresta, Belmonte e Garanhuns - procurou fazer uma defesa pública contra as mensagens que eram escritas em jornais protestantes que penetravam em cidades interioranas do estado. No ano de 1906 foi criado o jornal *A Tribuna Religiosa*, que nasceu no seminário de Olinda. O título deste impresso é bem sugestivo, uma vez que com este os seus criadores evidenciava a ideia de ser a religião católica a única legítima em território nacional (SILVA, 2015, p. 48). Afonso Pequeno foi um dentre os colaboradores deste periódico católico que, novamente, usou este meio de

³¹ Norte Evangélico, ano XV nº 2, 3-03-1909, p. 1.

comunicação para criar polêmicas contra a religião protestante, além de ter aberto uma série de campanhas contra Gueiros na década de 1920 (SILVA, 2015). Segundo Silva

A sua luta contra o protestantismo o fez publicar no número [da Tribuna Religiosa] 22 do ano XI, em 09 de agosto de 1917, um artigo onde faz a relação entre o avanço do protestantismo e uma praga que dizimava os algodoais de Pernambuco. Ambos, segundo o Monsenhor Pequeno, vinham da mesma fonte, os Estados Unidos da América. Em seu artigo, quem tem o título *A Lagarta Rosada e as Novas Seitas*, ele diz que enquanto uma destrói os algodoais do agreste, a outra pretende destruir a unidade nacional. (SILVA, 2015).

A querela entre estes dois grupos podem ser vistos em outros periódicos. Em várias ocasiões foram debatidos a questão das “Bíblias falsas” divulgadas pelos protestantes. No jornal secular que circulou em Recife intitulado como *A Província*, na qual havia uma sessão que se chamava *Coluna Religiosa* foi aberta uma série de artigos cujo título principal foi o *Combate ao Protestantismo* no período entre 1902 e 1903.

Outros jornais católicos existiram não só em Recife e Olinda, mas também em cidades do agreste e na Zona da Mata do Estado. Alguns foram mencionados pelo próprio *Tribuna*, a saber: *A Voz Parochial* (publicado em Vitória de Santo Antão); *A Voz das Crianças* (Recife); *A Pátria* (Recife); *A Mocidade* (Olinda); *A Folha do Sertão* (Triunfo); *A Gazeta* (Recife); *Maria*; *Alto Sertão* (Floresta); *Mês do Clero* (SILVA, 2015, p. 45).

Como suporte informativo para os jornais católicos, foi criado o *Centro da Boa Imprensa*, que servira de base e centralização e distribuição de notícias para todos os jornais católicos no Brasil (SILVA, 2015, p. 41). No interior dessa conjuntura, foi criada em 1903 na cidade do Recife, a *Liga contra o Protestantismo*, que dentre outros fundadores, encontra-se frei Celestino. No entanto, devido às críticas esta organização não teve uma ação duradoura (VASCONCELOS, 2010, p.63).

Por volta da década de 1930, foi lançada pelos sacerdotes católicos a *campanha da boa imprensa*, que dentre outros objetivos estava a queima de livros, jornais e brochuras ditos como *perniciosos*. Sobre o assunto, o padre Julio Maria afirmou que: *Nós católicos queremos a palavra de Deus, e não a palavra dos protestantes, queremos a verdade, e não a falsificação; por isso rejeitamos e condenamos ao fogo as bíblias protestantes* (VASCONCELOS, 2010, p. 65). Neste embate, acrescenta-se ainda associação feita pelos católicos entre o protestantismo e o imperialismo norte-americano. Uma forma de associar a Igreja Católica à nação

brasileira. Fazendo isto, era possível questionar os leitores das reais pretensões dos protestantes com as atividades que tinham o objetivo o proselitismo (VASCONCELOS, 2010, p.71).

Outros tipos de impresso, além dos jornais, foram utilizados pelos protestantes tanto para usar de polêmica como para propagar a fé. Dentre eles, os folhetos. Neles eram escritos conteúdos referentes ao catolicismo e as principais ideias protestantes. Entre os presbiterianos, ao final do século XIX, a *Sociedade Brasileira de Tratados Evangélicos* esteve responsável pela distribuição desses impressos. Entre os autores dessa denominação, destaca-se Eduardo Carlos Pereira, que dentre outros títulos, produziu *O Culto dos santos e dos anjos; O único advogado dos pecadores; A bem a venturada Virgem Maria* (VASCONCELOS, 2010, p. 53). Da denominação batista, a *Casa Publicadora Batista*, esteve encarregada de publicar um folheto intitulado como *Boas Novas* em 1924 com uma tiragem de 20.000 exemplares (VASCONCELOS, 2010, p. 53). A publicação deste impresso era justificada para atender a um público que não dispunha de tempo suficiente para a leitura de um jornal, por exemplo, além de não possuir um relativo alto poder aquisitivo.

Os *almanaques* foram outros tipos de periódicos utilizados pelos protestantes. Dentre outros títulos, destaca-se o *Almanach Evangélico Brasileiro* cujo caráter interdenominacional chama a atenção. O público a ser alcançado por este impresso era tanto os crentes como os “incrédulos”. Os presbiterianos, na figura representativa do reverendo Álvaro Reis, publicaram o *Almanak histórico d’o Puritano* em 1902. Em 1910, foi publicado no Ceará o *Almanach Evangélico Espiritual*.

Revistas também foram adotadas pelos protestantes para promover as polêmicas religiosas, mas também para instruir os novos convertidos e expandir as principais confissões protestantes. Quanto ao público, estes impressos estavam voltados tanto para adultos como para faixa etária infantil e juvenil. A sua utilização poderia ser feita nas escolas dominicais, bem como para propagandear o trabalho missionário. Dentre os títulos de revistas confessionais, é possível citar a *Revista de Missões Nacionais*, em princípios dos anos de 1920, além da *Revista de Cultura Religiosa*, fundada em 1921.

4.4 INFORMAÇÃO, MEMÓRIA E RELIGIÃO NA SOCIEDADE BRASILEIRA: ALGUMAS REFLEXÕES

Toda a descrição construída até aqui suscita o surgimento de algumas reflexões pontuais no que se refere ao uso da informação inscrita nos documentos referidos neste capítulo. A

princípio, é elementar partir de uma conceituação para responder a seguinte pergunta: o que é *informação religiosa*? No âmbito da Ciência da Informação, só recentemente foram desenvolvidas pesquisas que trabalharam o objeto de estudo com esta adjetivação³². Dentre estes trabalhos, foi escolhida para o diálogo a dissertação de mestrado de Santos (2016), que estudou o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) na disseminação da informação religiosa, no contexto específico da Assembleia de Deus na Paraíba. Sobre o termo, Santos afirma que este objeto de estudo pode ser entendido:

(...) como a informação registrada em suporte (tradicional ou digital), que tem seu significado apreendido por sujeitos que compõem o grupo religioso que comunga de uma linguagem própria, e pode produzir conhecimento a respeito das tradições, normas, confissões de fé típica da instituição que gera ou apenas a dissemina em seus canais de comunicação (SANTOS, 2016, p. 49).

Segundo a autora, esta definição se baseia nos seguintes enunciados:

- a) Toda informação de uma forma geral é passível de registro em algum tipo de suporte (tradicional ou digital);
- b) A Informação específica tem seu significado para os sujeitos que compõem o grupo restrito de, pelo e para o qual essa informação foi gerada;
- c) A informação transmitida por meio do uso de um dialeto pode produzir conhecimento;
- d) Grupos religiosos comungam de uma linguagem própria;
- e) A Informação contida nas unidades linguísticas utilizadas por grupos religiosos diz respeito às tradições, normas e confissões de fé dessas instituições religiosas.

Disseminar, portanto, informação com o intuito de propagar a fé ganha uma maior potencialidade quando há o registro em qualquer suporte e a sua consequente comunicação. É o

³² Ao se fazer uma busca na plataforma BRAPCI com os descritores “*informação religiosa*”, foram encontrados trinta e quatro (34) registros. A partir da leitura dos resumos desses documentos foram identificados um total de oito trabalhos produzidos por pesquisadores ligados a área. Dentre as teses e dissertações que fazem um estudo da mesma natureza, destaca-se as dissertações de Santos (2014), cujo título é *O Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na disseminação da Informação Religiosa* e a de Garcia Júnior (2016), cujo título é *As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) como estratégia de disseminação e uso da informação religiosa pelas comunidades católicas de Campina Grande*. Ambas foram desenvolvidas pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFPB.

que se pode perceber das querelas entre protestantes e católicos na imprensa no século XIX. Não bastou a esses grupos defenderem a sua causa religiosa somente nos sermões difundidos oralmente no interior das igrejas. Para ampliar o seu raio de ação, tais religiosos muniram-se dos impressos para atingir não só a sua membresia, mas arregimentar e convencer o máximo de pessoas possíveis para a causa defendida.

No período colonial, o reduzido número de impressos em circulação provocado pela censura da Coroa Portuguesa e da Igreja Católica Romana pode ser indicado como um dos fatores que impediu a formação sistemática de outros grupos religiosos. Ou seja, a ausência de compartilhamento da informação registrada dessa natureza, nesse caso, contribuiu para a pouca diversidade e complexidade no cenário religioso brasileiro.

É possível, ainda, ligar esta primeira reflexão a outra discussão. Aquela que diz respeito ao fato de que é a oferta da informação que determina a demanda por ela. Isto porque o mercado da informação segue uma lei totalmente inversa à tradicional teoria econômica conhecida como a *Lei da Oferta e da Procura*. Diferentemente dos recursos naturais que não se renovam rapidamente, se extraídos de forma irracional, a informação e seus efeitos na sociedade tende a aumentar com o seu consumo. Já dizia Galindo (2015, p. 68) que a *informação é a única matéria prima da natureza que se multiplica quando é distribuída*, ou melhor, *a única commodity que cresce com o uso* (BENTHEM, 1998, *apud*, GALINDO, 2015, p. 66). Ainda sobre isto, Barreto (2000) afirma que

Estudos já realizados permitem indicar que na ambiência de informação é a oferta que determina a demanda por informação. Esta afirmação aparece nos estudos do Dr. URQHART, (Urqhart 1976) idealizador da British Lending Lybrary em Boston Spa, na Inglaterra, indicava que: “Estas propostas vêm de uma fonte que acredita implicitamente no homem econômico e no conceito de que demanda cria oferta. A ausência de qualquer resultado útil nas tentativas anteriores de pesquisa econômica da transferência da informação, sugere que os testes básicos dos economistas, não se aplicam a este campo (ciência da informação). A posição parece indicar que o homem da informação é substancialmente diferente do homem econômico. Sem dúvida ele vive em um mundo onde oferta pode criar demanda”. (BARRETO, 2000, p.7).

Tal condição ainda é perceptível quando o número de jornais católicos no século XIX aumentou justamente no período em que foram criados os primeiros periódicos protestantes. Uma busca de garantir a sua manutenção num cenário religioso que se constituía cada vez mais competitivo. Esse dado evidencia a necessidade em instigar e aumentar a demanda por esses impressos. Para isso, foi fundamental promover, através da oferta desses produtos in-

formacionais, a criação de um grupo de consumidores que, mesmo não aceitando diretamente a confissão apregoada, pudesse vir a ser simpatizante e apoiar a causa defendida.

Tal iniciativa é própria de qualquer igreja ou outra instituição religiosa. Guerra (2000, p. 38) afirma que tais organizações, enquanto instituições desenvolvem interesses e lutam por eles. Este autor, citando Mainwaring (1986) elenca alguns pontos que fundamentam esta ideia, a saber:

(...) (1) propagar a fé; (2) defender sua unidade; (3) defender sua posição em relação às outras religiões; (4) lutar para manter e aumentar sua influência sobre a sociedade e o estado; (5) manter ou aumentar o número de seus seguidores; (7) garantir uma boa situação financeira, enfim, interesses em sua preservação e expansão. (GUERRA, 2000, p.38).

Aliás, é possível aliar a ideia da informação como um produto mercadológico com a da existência de um *mercado religioso*. No campo das ciências sociais, sociólogos da religião tem adotado este paradigma (GUERRA, 2000, p.52). Num contexto atual em que o pluralismo religioso, conseqüente do processo de secularização, tem ganhado cada vez mais complexidade, as diversas formas adotadas das organizações dessa natureza em atrair novos membros e manter grande parte de sua membresia tem levado a adoção deste modelo paradigmático para a análise desse fenômeno no mundo social. Segundo Guerra (2000, p. 40), esta lógica mercadológica permite analisar os discursos e práticas religiosas como produtos, introduzindo os modelos de religiosidade no mundo do consumo e do mercado.

Como *produto religioso* adota-se aqui a definição proposta por Stark e Iannaccone (*apud* Guerra, 2000, p. 54) que a conceituam como *conjunto de práticas e crenças oferecidas pelas firmas religiosas*³³. Ora, os produtos informacionais aqui referidos – os impressos religiosos – são, como foi dito anteriormente, a materialização, o registro dessas crenças e, dessa forma, se constituem como um produto informacional religioso. Acrescenta-se ainda, a possibilidade em estudar o processo de maior hierarquização e burocratização no interior dessas organizações com o fim de oferecer com maior eficácia seus produtos. No contexto específico discutido no presente capítulo, é possível perceber este processo tanto nas igrejas católicas como nas protestantes a fim de oferecer seus *produtos informacionais religiosos*, com o intuito de defender seus interesses, combater a instituição adversária e expandir seu credo religioso

³³ Como firmas religiosas os mesmos autores definem o seguinte: *São empresas sociais cuja primeira proposta é criar, manter e fornecer uma determinada sociedade*. (STARK e IANNACCONE, 1994, *apud* GUERRA, 2000, p. 54). Tais firmas podem ser associadas às igrejas enquanto instituições.

a fim de conseguir sua legitimidade perante a sociedade e as instituições políticas. Isto porque o sucesso no mercado religioso dependerá de sua política interna, de seus clérigos, de suas doutrinas religiosas e de suas técnicas de evangelização (GUERRA, 2000, p. 42). É o que se pode identificar, por exemplo, no crescimento do número de dioceses no início do século XX, a fim de assistir com maior regularidade e de forma oficial cidades do interior brasileiro que estavam sendo alcançadas pelo protestantismo.

Além do mais, o *Paradigma do Mercado Religioso* está inserido no processo de revisão da literatura da sociologia da religião quanto ao conceito de *secularização*, conforme discutido no terceiro capítulo deste trabalho. Isto porque ao invés de interpretar este conceito com o objetivo de representar um fim da influência das instituições religiosas no campo social, bem como nas mentes dos indivíduos, este paradigma permite ao cientista social entender as novas formas de influência das organizações dessa natureza na sociedade. O pluralismo religioso se dá quando uma instituição religiosa perde seu poder de regulação da religiosidade em uma determinada realidade social. A igreja Católica, cujo poder legitimador na sociedade brasileira em todo o período colonial era garantido pelo sistema do *padroado*, possuiu esse poder de monopolizar os serviços religiosos, inclusive, os produtos informacionais. Exemplo que serve para ilustrar a quarta proposição para uma revisão do Paradigma do Mercado Religioso proposta por Stark e Iannacone (1994 *apud* GUERRA, 2000, p. 54), que dizem:

Na medida em que uma economia religiosa é competitiva e pluralística, os níveis de participação religiosa tendem a ser altos. Inversamente, na medida em que a economia religiosa é monopolizada por uma ou duas organizações financiadas pelo estado, os níveis de participação tenderão a ser baixos (STARK e IANNACONE, 1994, *apud* GUERRA, 2000, p. 54).

No entanto, ao aliar este tipo de mercado com o da informação, a diferença no que se refere em sua dinâmica interna é bastante perceptível, uma vez que, conforme discutido no início desta subseção, no primeiro caso é a oferta que cria a demanda, enquanto no segundo, a clássica teoria econômica da oferta e da procura tem a tendência em prevalecer, principalmente com os primeiros teóricos que fundamentaram este paradigma. Sobre isto Guerra (2000) afirma que

Alguns autores do Paradigma do Mercado, por conseguinte, consideram, que por causa dessa significativa variação das preferências dos consumidores, as economias nunca podem ser satisfatoriamente monopolizadas, mesmo quan-

do uma determinada organização religiosa é sustentada pelo Estado (GUERRA, 2000, p. 42).

Tal tendência, entretanto, tem sido revista por autores mais recentes desse modelo paradigmático. Estudando o cenário religioso norte americano, Starck e Iannacone, representantes dessa revisão do paradigma do Mercado Religioso afirmam que as mudanças que ocorrem nessas esferas são resultados não da demanda dos consumidores, mas pelas variações em termos de oportunidades que os produtores enfrentam (*apud*, GUERRA, 2000, p. 56). E, como foi dito anteriormente, as querelas religiosas envolvendo batistas, presbiterianos contra os sacerdotes católicos da vertente ultramontana nos séculos retrasado e passado servem para exemplificar bem esta proposição. Foram os produtores dos impressos confessionais que “aqueceram” este mercado. Jornais, revistas, folhetos, almanaques se constituíram como oportunidades de reafirmar a identidade religiosa desses grupos, propagar e defender a fé assumida.

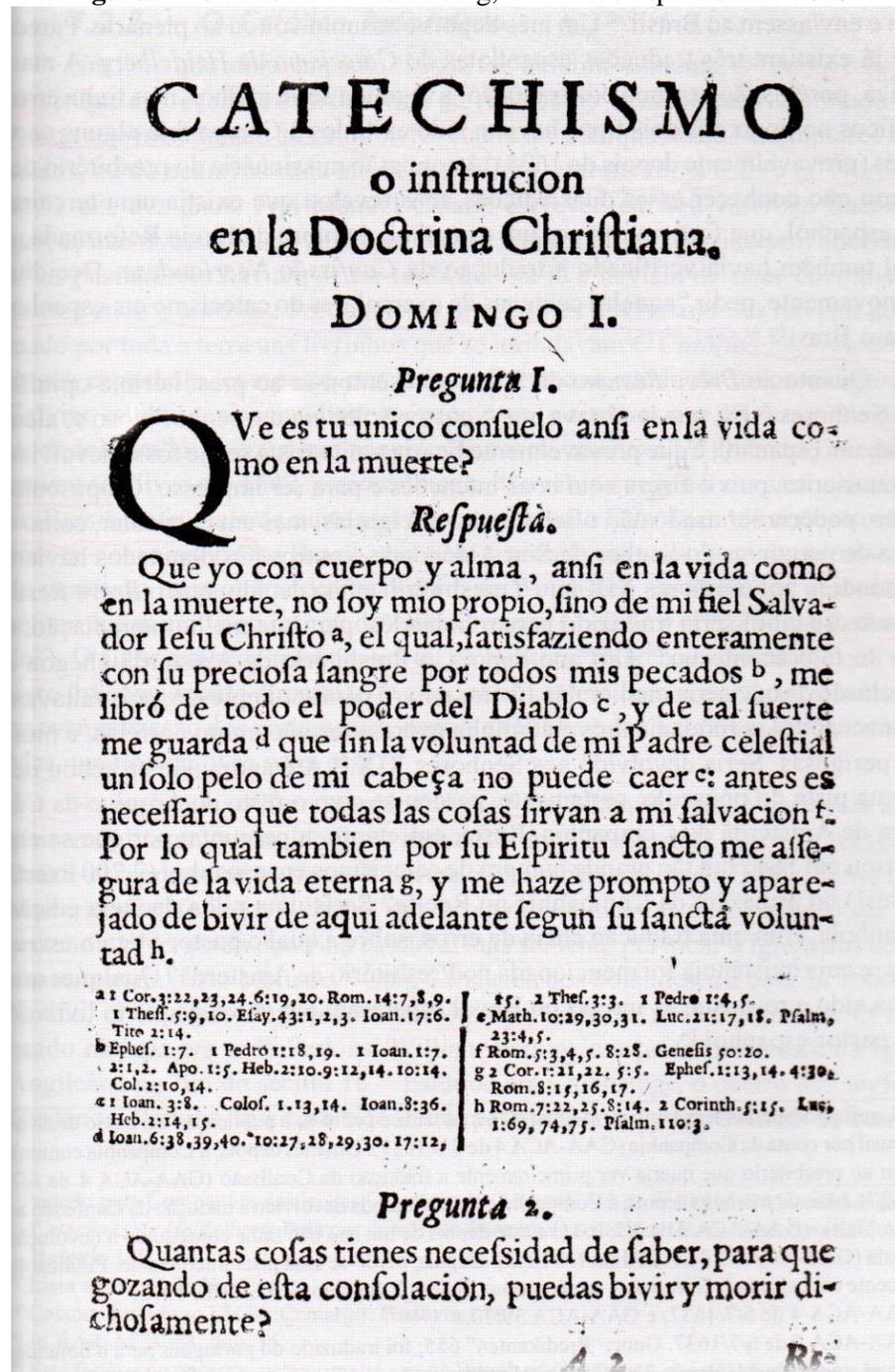
Outro ponto a ser evidenciado na esteira dessa discussão é o fato de que esses impressos carregam um conteúdo memorialístico. Ou seja, a memória³⁴ em seu formato registrado também pode encarada como um produto no mercado religioso. No caso da inserção do protestantismo de origem norte-americana que foi inserida no Brasil no século XIX, é possível identificar nos documentos produzidos nesse período referências a personagens e eventos fundantes da identidade dos grupos protestantes. Esses recursos não só foram usados para contrapor a presença católica romana no Brasil. Foi necessário reafirmar a doutrina, a tradição reformada e enraizada nas figuras clássicas de Lutero e Calvino perante as novas vertentes dentro do próprio protestantismo, a saber: a inserção no início do século XX dos pentecostais e adventistas.

Com este objetivo esses documentos foram produzidos com o intuito de forjar em seus leitores um sentimento de pertencimento ou aversão ao grupo rival. Dito de outra forma, um processo de aculturação, de educar mentes para um projeto religioso específico. Seja no caso dos calvinistas holandeses presentes no atual litoral do Nordeste brasileiro no século XVII ou na presença de batistas, presbiterianos, metodistas no século XIX a referência a textos fundamentais para a fé protestante foi o recurso memorialístico usado para propagar a futuras gerações tal confissão de fé. Além do mais, há estudiosos que afirmam que estes dois

³⁴ Exclui-se aqui a discussão que envolve se *memória* e *informação* possuem a mesma conceituação por não ser a centralidade da discussão construída neste capítulo.

momentos do protestantismo no Brasil não guardam nenhuma relação histórica direta entre si. No entanto, há algo em comum nestas duas conjunturas: a centralidade na informação e memória para a difusão desta confissão. Exemplo do primeiro caso foi o *Catecismo de Heidelberg* (**Figura 2**) produzido entre 1559 e 1576 pelo professor de Teologia da Universidade de Heidelberg Zacarias Ursinus juntamente com Gaspar Olevianus a pedido do príncipe alemão Frederico III. Através desse livrinho de perguntas seguidas de respostas já pré-definidas a tradição teológica reformada deveria ser ensinada e propagada às futuras gerações. Não é por menos a preocupação para o envio desse e de outros títulos para serem usados no processo missionário calvinista entre luso-brasileiros e índios. O historiador Schalkwijk (2004, p.266) chamou este trabalho como o ministério de literatura.

Figura 1 - Catecismo de Heidelberg, em versão espanhola de 1628



Fonte: Schalkwijk, 2000, p. 193.

Longe de apoiar a liberdade de culto, os puritanos holandeses se preocuparam com a aculturação religiosa da sociedade brasileira colonial. Um caso específico é o caso do índio Pedro Poti que levado para Holanda, converteu-se a religião reformada e depois utilizado como intérprete tanto pela Igreja como pelo Estado (SCHALKWIJK, 2004).

E esse processo contou indubitavelmente com a informação em seu formato escrito. A demanda por esses produtos informacionais não veio da população a ser evangelizada, mas pelos próprios agentes da missionação. É o caso do catecismo trilingue que chegou a ser produzido no Brasil e enviado à Holanda para a avaliação do Presbitério de Amsterdã. O nome deste livro foi *Uma Instrução Simples e Breve da Palavra de Deus nas Línguas Brasileira, Holandesa e Portuguesa, Confeccionada e Editada por Ordem e em Nome da Convenção Eclesial Presbiteriana no Brasil, com Formulários para o Batismo e Santa Ceia Acrescentados* (SCHAKWIJK, 2004, p. 266). Sobre este impresso, este historiador afirma que:

A necessidade de um manual de catecúmenos aumentou e, em virtude da demora do opúsculo do ver. Solar em voltar da Holanda, o Presbitério de outubro de 1638 decidiu mandar “um breve, básica e clara instrução na religião cristã, pelos pastores Solar e Doerslaer. Em abril de 1640, a obra estava pronta. Foi então examinada em nome do presbitério pelos pastores Van der Poel e Polhemius, sendo enviada à Holanda ainda antes do fim do ano pelos deputado presbiterianos para ser impressa. (SCHALKWIJK, 2004, p. 266).

No caso do protestantismo no século XIX, os jornais são carregados de fontes memorialísticas. Trazem não só referência a textos fundamentais, mas também acontecimentos e personagens importantes do processo de inserção desse grupo no Brasil nesse período. Para exemplificar, na década de 1950, foi comemorado o centenário da presença presbiteriana no Brasil e o jornal *O Brasil Presbiteriano*³⁵ dedicou algumas edições para evidenciar personagens e acontecimentos chave desse processo (**Figura 2**).

³⁵ Sucessor do *Norte Evangélico* e que foi e é editado e publicado na cidade do Recife.

Figura 2 - Edição comemorativa do centenário da presença presbiteriana no Brasil do *Jornal Brasil Presbiteriano* em 1959.

BRASIL PRESBITERIANO

Órgão Oficial da Igreja Presbiteriana do Brasil
Sucessor do «O PURITANO» e «NORTE EVANGÉLICO»

«DA MULTIDÃO DOS QUE CREAM ERA UM
O CORAÇÃO E A ALMA». — (Atos 4:32)

ANO II RECIFE, AGOSTO DE 1959 NÚMERO 8

1.º CENTENÁRIO DO PRESBITERIANISMO NO BRASIL

1859

«Aquele que está sentado sobre o Trono, e ao Cordeiro, seja o louvor, e a honra, e a glória, e o domínio pelos séculos dos séculos». Apoc. 5:13b.

1959

Hino Laudatório de Davi (SALMO 145)

EXALTAR-TE-EL, Deus meu! ó Rei!
e bendirei teu nome por todo o sempre.
Bendirei-te-ei todos os dias;
e louvarei teu nome por todo o sempre,
e tua grandeza é insomável.
Grande é JEOVÁ, e mui digno de ser louvado;
e sua grandeza é insomável.
Uma a outra geração louvará tuas obras,
e manifestarão teus poderosos feitos.
No glorioso esplendor de tua majestade,
e de tuas maravilhosas obras eu meditarei.
E falar-se-á do poder de teus feitos tremendos,
e tua grandeza ex-pó-la-ei eu.
Divulgarão a memória de tua muita bondade;
e tua justiça celebrá-la-ão de júbilo.
Benigno e misericórdioso é JEOVÁ,
tardo em se irar, e de grande clemência.
Bom é JEOVÁ para com todos,
e suas ternas condolências estão acima de
[suas obras].
Graças te rendem, ó JEOVÁ todas as tuas obras;
e teus benquistos te bendizem.
Pratica-se acerca da glória de teu reino;
e fala-se de teu poder!
Para dar a conhecer aos filhos dos homens seus
[poderosos feitos],
e o glorioso esplendor de seu reino.
Teu reino é-o de todos os séculos;
e teu domínio subsiste por todas as gerações.

Que minha boca profira o louvor de JEOVÁ,
e bendiga toda a carne seu santo nome por
[todo o sempre].

(Tradução de Santos Saraiva)



GRATIDÃO OREMOS!

Deus PAI, Deus FILHO e Deus ESPÍRITO SANTO, Trindade Augusta e Santíssima! Recebe, ó DEUS TRIUNO, o preito de louvor que de todos os quadrantes do Brasil sobre, como suave incenso, a Tua presença gloriosa, pela admirável graça que a nós, presbiterianos brasileiros, concedeste: a de assistirmos à Festa que celebra o CENTENÁRIO DO PRESBITERIANISMO PÁTRIO.

Santificado seja o Teu Nome Excelso. Bendito sejas, ó Deus e Senhor nosso, para sempre, pelo que poderam realizar por Ti e Teu Reino aqueles que levantaste em nosso meio, no âmbito de Tua Igreja Centenária. Nossos agradecimentos se juntam aos de tantos homens e mulheres que, por nossa instrumentalidade, ouviram o anúncio do Evangelho, aceitaram a Jesus com seu Salvador, combateram conosco este Bom Combate e, hoje, na Glória Contigo, diante do Trono de Tua Magestade, celebram Teu imenso Amor e Tua Graça insomável. Com eles exclamamos, em uníssono com os Teus Serafins: Santo, Santo, Santo és, SENHOR DOS EXERCITOS; toda a terra está cheia da Tua glória.

Continua, ó Deus, a servir-Te de nós na expansão de Teu Reino no Brasil, a querida Pátria que nos deste e que tanto desejamos ver sujeita ao suave Juízo de Cristo, iluminada e purificada pela luz e pelo calor de Tua Palavra, a Bíblia. Abençoa, assim, os lances da pregação e do testemunho evangélico, por todos os meios empreendidos, a fim de que multitudes se venham render a Ti pela aceitação cordial de Cristo Crucificado, Morto e Redivivo. Seja, por essa forma, glorificado o Teu Nome e mais ainda se encha a terra dos fulgores de Tua Magestade, regenerando-se pecadores, alegrando-se e gozando plena felicidade muitas almas.

Acéita nosso Louvor, Acção de Graças e Súplicas, que por JESUS CRISTO, Teu Unigênito e Amado Filho, Te oferecemos. Amém.

HOMENAGEM À IGREJA MÃE

Na data comemorativa do I Centenário do Presbiterianismo Brasileiro, enquanto elevamos a Deus nosso preito de Louvor e Gratidão pelas bênçãos recebidas nestes cem anos, nossos pensamentos se voltam, naturalmente, para a Igreja Mãe — a Igreja Presbiteriana dos EE. Unidos da América — que dirigiu seus olhos para este país, em 1859, enviando-nos o Pioneiro de sua obra aqui, o inolvidável Rev. ASHBEL GREEN SIMONTON. A Igreja Mãe, pois, representada no Brasil por tantos missionários que sua generosidade e consagração cristã nos tem enviado e que hoje, ao nosso lado, empenham-se no mesmo trabalho glorioso de fazer Cristo conhecido do Brasil — apresentamos, aqui, nossa HOMENAGEM RESPEITOSA E AGRADECIDA

Fonte: Acervo digital do Seminário Presbiteriano do Norte (SPN).

Era necessário, portanto, referenciar a historicidade dessa denominação, ligar suas origens à igreja norte-americana para estabelecer um senso de pertencimento, bem como em manter uma continuidade não só histórica, mas também teológica. Uma forma de resistir às

mudanças provocadas pelo tempo no cenário religioso brasileiro que na metade do século XX se constituía mais complexo do que naquele período em que se iniciou a inserção das denominações do protestantismo de missão. Além do crescimento de pentecostais, o próprio presbiterianismo passara por um processo de divisão interna, sendo a Igreja Presbiteriana Independente ter provocado o rompimento com a igreja mãe localizada nos Estados Unidos.

Este ato de fazer referência aos eventos e personagens considerados importantes para a formação da comunidade protestante está incluso no processo intitulado por Pollack (1989) como o *enquadramento da memória*. Este autor resume este processo nas seguintes palavras:

Estudar as memórias coletivas fortemente construídas, como a memória nacional, implica preliminarmente a análise de sua função. A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a *coesão dos grupos* e das instituições que compõem uma sociedade para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis. (POLLACK, 1989, p. 9).

E este processo é empreendido por atores profissionalizados da história (POLLACK, 1989, p. 10). Não obstante, no caso das igrejas protestantes há a existência de indivíduos que lidem com reconstituição da história da denominação e da confissão em geral, delimitando os limites aceitos pela cúria que detêm o poder da igreja – quanto a este assunto, o próximo capítulo se dedicará.

No entanto, este trabalho não consiste em apenas perpetuar um passado engessado. É necessário reinterpretá-lo em função dos problemas que emergem no presente e das utopias construídas para o futuro. O que fica em evidência é, sobretudo, a permanência da identidade coletiva e não a imutabilidade do passado (POLLACK, 1989, p. 10). Sendo seletiva, a memória sempre é reestruturada a partir das preocupações contemporâneas a sua constituição. Diferentemente de Halbwachs (1968) que interpreta a seletividade da memória como “negociação”, Pollack (1989) analisa essa formação resultante de conflitos. E, nesse caso, os jornais protestantes trazem em seu bojo este conteúdo de referência a eventos e personagens reinventado os discursos a fim de perpetuar uma unidade denominacional com vista a não perder o senso de pertencimento e identidade coletiva e religiosa em reação a uma complexidade no cenário religioso que faz cada vez mais plural. A concorrência e disputa pelo espaço social por católicos e protestantes mostra que a informação e a memória registrada em jornais se

constitui como um produto valioso para conseguir a legitimidade necessária a sobrevivência de seus interesses religiosos para a sobrevivência na realidade social.

5 O SENTIDO DA CUSTÓDIA DA HEMEROTECA PROTESTANTE EM PERNAMBUCO

Guardar e preservar a hemeroteca protestante delimitada nesta dissertação e cuja produção e disseminação foram descritas e discutidas no capítulo anterior, são ações que permitem aos seus detentores construir uma memória que assegure e delimite uma identidade confessional no cenário religioso brasileiro, cujo pluralismo se faz cada vez mais evidente.

Este capítulo, portanto, será dedicado à apresentação dos procedimentos metodológicos adotados para compor a presente pesquisa e sua consequente discussão em relação ao conteúdo das entrevistas realizadas aos funcionários das instituições que assumem a responsabilidade da custódia desse *corpus documental* em Pernambuco. Por meio dos depoimentos dos indivíduos entrevistados foi possível perceber a forma como eles – representantes da instituição investigada - construíram discursos que permitiram estabelecer as fronteiras identitárias das denominações, das quais eles estão inseridos.

5.1 INSTITUIÇÕES PESQUISADAS

Foram estabelecidas como campos da pesquisa as seguintes instituições: o *Seminário de Educação Crista* (SEC) - pertencente à denominação batista e fundada em 1918 para a formação teológica feminina - e o *Seminário Presbiteriano do Norte* (SPN), este fundado em meados do ano de 1899. Esta constituição excluiu, portanto, os arquivos ou bibliotecas que não são filiados a nenhuma confissão religiosa, as quais funcionam em Pernambuco e que foram identificadas por alguns pesquisadores do protestantismo brasileiro – dentre eles, Vasconcelos (2010) -, como detentoras de periódicos protestantes ou de artigos dessa natureza em jornais seculares produzidos no século XIX.

Buscou-se com esta delimitação, centrar a investigação nos sentidos que os funcionários - e também congregantes das denominações aqui pesquisadas - constroem para justificar a guarda e a preservação da hemeroteca custodiada nas referidas instituições. A justificativa para esta escolha seguiu, em parte, os passos adotados por Vasconcelos (2010, p.28) que, ao realizar sua pesquisa doutoral em História sobre os impressos protestantes na mesma cidade, identificou o SPN como detentor de um considerável acervo de periódicos protestantes. Juntamente a essa razão, é somada a participação do pesquisador deste trabalho no processo de digitalização do acervo de jornais e revistas desta instituição. Já a escolha do SEC se deu tam-

bém pelo contato, já estabelecido, pelo presente pesquisador com alguns funcionários deste seminário. Acrescenta-se ainda o fato de que o autor desta dissertação ter iniciado um trabalho – ainda em sua fase inicial - de catalogação de alguns impressos custodiados neste seminário, operação realizada juntamente com a pesquisadora Vasconcelos, cujo trabalho doutoral já foi referido.

5.2 ENTREVISTAS: ANÁLISE DE CONTEÚDO

Para a realização das entrevistas, seguimos um roteiro semiestruturado (**Apêndice A**). Solicitamos a permissão para adquirir depoimentos de funcionários que de certa forma já tenham trabalhado com a hemeroteca custodiada. Portanto, no Seminário de Educação Cristã nos foi possível realizar entrevistas com dois deles, a saber: a diretora da instituição, cujo nome é Solange, e a professora Icléa. Já no contexto do Seminário Presbiteriano do Norte foi possível adquirir o depoimento do ex-bibliotecário e agora funcionário administrativo desta instituição, o pastor Geraldo.

Para a análise do conteúdo das entrevistas nesta subseção, serão transcritos trechos das falas dos entrevistados, seguidos de comentários do pesquisador desta dissertação. O critério para a seleção destes trechos foi o de contemplar o objetivo que reveste este capítulo, que é o de identificar os sentidos que os entrevistados atribuem à guarda e preservação deste acervo. Portanto, as partes em que não foi possível atender a este intento foram excluídas da discussão aqui proposta. Além disso, para identificar as falas do pesquisador e do entrevistado foi estabelecida uma sigla representada por uma letra – a inicial do nome de cada entrevistado.

5.2.1 Entrevista nº1: Geraldo (ex-bibliotecário e funcionário do Seminário Presbiteriano do Norte)

Dos funcionários entrevistados nesta pesquisa, o pastor Geraldo (G) foi o primeiro a dar o seu depoimento. Atuou como bibliotecário desta instituição há cerca de um ano e atualmente ocupa um cargo administrativo neste mesmo seminário, além de ser professor de escola dominical em sua congregação. A escolha por este entrevistado se dá pelo seu envolvimento com a digitalização da hemeroteca do SPN realizada por meio da parceria estabelecida com o laboratório LIBER da UFPE, além de já possuir um contato com o pesquisador (P) deste trabalho. Excluiu-se a atual bibliotecária do SPN – cujo nome é Andreia – para as entrevistas,

devido ao pouco tempo em que ela exerce a profissão na instituição – há aproximadamente três anos.

O início da entrevista partiu da questão sobre a visão do entrevistado acerca da importância do acervo não só para a instituição, mas também para a própria denominação presbiteriana em Pernambuco.

P – Geraldo, você pode comentar um pouco sobre a importância da custódia da Hemeroteca, produzida nos séculos XIX e XX, não só para a instituição, mas também para a própria denominação presbiteriana?

G – Bem, eu vejo de suma importância esse acervo do século XIX e XX, que nos dá base para conhecer como as pessoas passaram por certos problemas; como passaram enfrentando algum dilema. Por exemplo, nos séculos XIX e XX, mais especificamente no XX, *tivemos* (grifo do autor) problemas aqui no estado de Pernambuco, especificamente na capital Recife, onde a Igreja Batista - ali da Conde da Boa Vista que é a Primeira [Igreja] Batista do Recife - passou 6 anos fazendo cultos com portas fechadas devido ao problema daquela época. A Igreja Católica [emprendia] uma perseguição para com os protestantes. E com base nesses documentos nós conhecemos os relatos; conhecemos os problemas da época; conhecemos alguns dilemas que aconteceram, como por exemplo: introduzir embates com os protestantes e os grupos que estavam surgindo naquela época – os pentecostais.

A partir de sua fala, é evidente que a ação da custódia destes documentos está intimamente relacionada à construção da identidade denominacional. A referência a acontecimentos e pessoas relatados e registrados na hemeroteca preservada permite, dessa maneira, a construção de um sentimento de pertencimento e continuidade em relação ao passado, que remete às origens deste grupo no cenário não só pernambucano, mas também nacional.

O uso do verbo “ter”, pelo entrevistado, na terceira pessoa do plural no preterido perfeito e em seu modo indicativo - “tivemos” – transmite a ideia de que, entre os personagens eleitos como fundamentais para a construção e o estabelecimento do presbiterianismo em Pernambuco e os que vivem na contemporaneidade, há um senso de pertencimento que abrange gerações. Dessa forma, é possível perceber que a construção da memória coletiva desta denominação permite a integração dos seus congregados em contextos temporais e espaciais diversos. Este enquadramento da memória (POLLAK, 1989, p.9) permite, portanto, a coesão deste grupo a partir da operação seletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado feita por esta coletividade.

Além do mais, na fala do entrevistado os litígios entre católicos e protestantes ocorridos e relatados tanto na imprensa confessional como na secular nos séculos XIX e XX se

constituem como uma conjuntura que evidenciou de forma clara as fronteiras identitárias entre esses dois grupos. Acrescenta-se ainda, as diferenças, apontadas por Geraldo, que o presbiterianismo possui, junto com as outras denominações inseridas na categorização *protestantismo de missão* e em relação aos grupos pentecostais que surgiram no cenário religioso brasileiro no século XX.

O entrevistado continuou a sua fala afirmando que

:

G – temos um professor do seminário que é coordenador do departamento de teologia pastoral. Perdão, coordenador do departamento de teologia histórica, professor José Roberto. O acervo que temos aqui na nossa biblioteca deu base para ele fazer todo um trabalho que foi a sua tese de mestrado, do qual, um professor, doutor na área de história disse que a linha de pesquisa dele teria pano *para as mangas* para ele fazer uma tese de doutorado. Tudo isso com base no acervo. Acervo esse, do qual [possui] tema do século XIX e século XX. Eu vejo que é de suma importância que, como pastor – também sou professor de escola dominical e periodicamente de algumas instituições, como a FATIN – eu procuro instigar as pessoas para conhecer a história. Como é que você pode conhecer a história se você não conhecer o passado? Como é que você pode conhecer um problema que foi tratado se você não leu as bases? Ou seja, não fomos lançados, não somos um aborto dos tempos. Temos uma história, um legado. A Igreja Presbiteriana do Brasil – falo pela denominação, do qual estou inserido e [atuou] como pastor – tem uma história muito interessante e do qual preserva isso e instiga a toda sua membresia a conhecer a sua história; a sua origem; de onde veio; para onde vamos; quais foram os problemas causados no passado; como eles foram tratados; resolvidos no passado. Eu ter acesso a essa história vai me ajudar resolver o problema que estou passando hoje em dia. Então, tudo isso é de suma importância termos esse acesso a esses documentos dos séculos XIX e XX.

A operação do enquadramento da memória conta, fundamentalmente, com atores profissionalizados na área da história (POLLAK, 1989, p. 10). A referência que o pastor faz ao professor desta denominação, José Roberto, fundamenta esta tese. A atuação desse profissional evidencia o fato de que a comunidade eclesial o autoriza a construir uma narrativa histórica, a partir da operação seletiva da memória, permitindo a formação das fronteiras da identidade deste grupo religioso. Não raro, a liderança presbiteriana assume igualmente o papel de empreender um trabalho organizacional da memória, junto a sua congregação, a fim de manter a coesão deste grupo denominacional. Isto pode ser percebido no restante da fala do entrevistado.

P – Você acha que a comunidade, da qual você faz parte, enxerga da mesma maneira a importância que você atribui ao acervo – ou seja, de dar suporte ao

conhecimento da história e conseqüentemente a identidade dos presbiterianos aqui em Pernambuco?

G – Sim. Eu vejo que isto é instigado [pela] liderança – pastores e presbíteros – que está ligada na área do ensino – na escola dominical, no culto e doutrina. É bem verdade que nosso contexto aqui, do qual estamos situados na Região Metropolitana do Recife, há uma ênfase muito grande para o conhecimento de forma macro sobre a origem da igreja presbiteriana como um todo que se deu no século XVI, com John Knox. Esse movimento foi para Inglaterra; da Inglaterra foi para os Estados Unidos e veio para o Brasil. Há uma ênfase muito grande de forma macro, do período da Reforma Protestante, mas é bem verdade também que, de acordo com os que estão à frente do trabalho – os pastores e presbíteros, volto a dizer – temos muitas publicações pela editora da nossa denominação – a Editora Cultura Cristã. Existem muitas publicações, principalmente, do historiador oficial da Igreja Presbiteriana do Brasil, Dr. Auderi de Souza Matos e nessas publicações há uma grande ênfase sobre a história da igreja presbiteriana no Brasil. Você vai ver um grande levantamento histórico do século XIX e século XX, que é de uma riqueza de conhecimento para posteridade. Eu vejo sim que existe uma grande suma de importância destas publicações. A IPB³⁶ enxerga, de uma ênfase muito grande e forte sobre a importância de preservar a sua história, sua identidade.

Nesta parte de seu depoimento, é possível perceber que revisitar as origens do presbiterianismo – europeia e norte-americana, sobretudo – se constitui como uma ação que permite o estabelecimento de uma continuidade à tradição teológica e histórica desta denominação. Uma forma de construir e fundamentar os limites identitários que este grupo tem não só com outras religiões, como também para com outras denominações protestantes. Já dizia Pollak (1989, p.11) que a memória é registrada a partir de uma narrativa histórica fincada em *pontos de referência*, ou seja, dos vestígios deixados por seus pares que viveram em outro contexto temporal. A referência à produção historiográfica da editora Cultura Cristã mostra as iniciativas que buscam materializar a memória por meio da narrativa. Certa vez Halbwachs afirmou que *a única forma de preservar a memória é fixa-la a uma estrutura narrativa, visto que a materialidade perpassa as gerações, enquanto as palavras e os pensamentos morrem em seus guardiões* (HALBWACHS, 2006, *apud* OLIVEIRA, 2012, *apud* GALINDO, 2015).

As fronteiras identitárias não devem ser evidentes somente por aqueles que estão inseridos no contexto da congregação, mas por todos os que acessam a hemeroteca, seja por motivos religiosos ou por pesquisa acadêmica. Sobre isso, o entrevistado foi interpelado, cuja resposta vem a seguir.

³⁶ Ou seja, a Igreja Presbiteriana do Brasil.

G – Muito boa sua pergunta! Bem, como eu disse logo no início da sua entrevista, eu trabalho aqui na biblioteca há aproximadamente um ano. E no período em que não estamos em aulas procuro dar uma assistência aqui na biblioteca. Eu vejo que vêm pessoas de várias instituições. Professores da Universidade Católica daqui de Pernambuco pedem para ter acesso a livros aqui do nosso acervo. Já recebi contatos, e-mails comunicando que o historiador oficial da nossa denominação, Dr. Auderi, recomendou às pessoas do Rio de Janeiro, São Paulo a fazer pesquisas com nossos acervos de periódicos - ou seja, jornais. E também um de tipo de periódico que era produzido pelo seminário, chamado *O Puritano* - um jornal, cujo acervo que ainda temos guardado – é riquíssimo no aspecto teológico e no aspecto histórico e que você ainda encontra em alguns outros locais; em algumas outras instituições. Mas em poucas, poucas instituições. Com base nisso, as pessoas vêm a nossa instituição. Elas já vêm certas para passar um tempo. Casos de pessoas se hospedaram aqui em nosso seminário, para poder passar aquela semana ou até, em algumas vezes, duas semanas pesquisando aquele acervo que irá contribuir para o seu mestrado ou doutorado. E você vê pessoas tanto do meio anglicano, católicos, pessoas do meio batista, entre outras denominações, ou até mesmo pessoas que não tem nenhuma associação à uma fé religiosa, mas que estudam história e sabem do nosso acervo; e sabe desses periódicos. Há uma demanda para pesquisa. É um grupo seletivo, é bem verdade. Mas junto com o acesso que eles têm aqui tem ajudado. Citando o caso do coordenador do nosso departamento de história – o professor José Roberto – conversando comigo – uma conversa muito informal – sobre a sua participação de uma banca de uma professora universitária. Ela estava fazendo o seu pós-doutorado, do qual ela estava desistindo do tema. Ele já estava trabalhando sobre os conflitos do início do século XX entre os presbiterianos e os pentecostais e a linha de pesquisa dela segue por aí. Só com o esboço do que ele estava trabalhando, ela começou a pesquisar, a ler aquele material de mais de trezentas páginas e agradeceu e muito, porque, dessa forma, ele deu para ela linhas diretrizes de onde ela poderia pesquisar; onde ela poderia ter acesso - e ele procurou apresentar para ela, falando sobre o nosso seminário – e onde mais ela poderia ter acesso nessa questão dos periódicos, para dar base para sua pesquisa, para a linha do seu pós-doutorado.

Aliado ao valor potencial que este acervo possui para a pesquisa histórica e sociológica, a hemeroteca ao ser acessada permite o conhecimento da identidade deste grupo para além da sua membresia. Portanto, seria de pouca valia a preservação destes documentos sem possibilitar o seu acesso. A produção acadêmica apoiada nesta documentação, por exemplo, se constitui como uma forma de difundir a existência e importância do presbiterianismo no cenário religioso brasileiro. Essa possibilidade, aberta pela demanda dos pesquisadores, tem contribuído para que esta instituição construa estratégias não só para sua preservação, mas também para o seu futuro acesso, como é evidenciado na digitalização deste acervo, já mencionado anteriormente. Sobre este assunto, Galindo, problematizando acerca do esquecimento do patrimônio público em instituições brasileiras, afirmou certa vez que

Os princípios de classificação e inventário dos bens de patrimônio histórico, bem como a técnica nominativo-descritiva de classes e grupos de registros arquivísticos deram partida a um processo de criação de corpos identitários para as unidades de memória. Esse processo viabilizou a percepção topográfica e semântica dos conteúdos dos acervos. Essa instância permitiu que usuários, historiadores e administradores articulasse, de forma sistêmica, o processo de busca e recuperação e, assim, fizessem o uso social da informação. (GALINDO, 2009, p. 260).

Este autor continua afirmando que

Identificado sistematicamente, o patrimônio foi chamado à vida pelas mãos dos pesquisadores, recobrando função história e, conseqüentemente, função social esquecida. A redescoberta e valoração dos acervos passou a exigir dos administradores a respectiva responsabilidade social, atinente à guarda dos bens do patrimônio cultural arquivístico. Criada a demanda, os gestores se obrigaram a encontrar os recursos necessários à boa prática de preservação. Existentes como identidade, os bens do patrimônio memorial público não podem mais ser ignorados ou lançados à vala comum para serem consumidos pelo tempo, pela incúria e pelo descaso (GALINDO, 2009, p. 260 e 261).

No entanto, apesar de algumas iniciativas para promover o acesso a esse acervo a um público que ultrapasse o espaço da membresia, não foi constatado, ao longo da pesquisa, nenhum catálogo que viesse inventariar a hemeroteca, além do que já foi realizado para o processo da conversão analógica para o digital (**Apêndice C**). Situação parecida com a do SEC, sobre a qual as duas entrevistas a seguir se dedicarão.

5.2.2 Entrevista nº2: Solange (diretora do Seminário de Educação Cristã)

A entrevista com a diretora Solange (S) foi curta e objetiva. Quando interpelada a respeito da importância da custódia da hemeroteca preservada na biblioteca da instituição, a entrevistada falou o seguinte:

S – É um acervo riquíssimo para nossa denominação, porque trás livros, revistas, literaturas, documentários, sobre a nossa história da União Feminina Baixa do Brasil e da própria denominação e que dá acesso as pessoas ao conhecimento de acontecimentos de tempos passados. Elas podem pesquisar e estar bem informadas sobre a nossa história, a nossa cultura, a vivência da nossa denominação em vários pontos fundamentais para os batistas pernambucanos. Então, é de suma importância esse acervo que nós temos aqui no Seminário de Educação Cristã.

Assim como o pastor Geraldo, a referência ao passado registrado nos documentos custodiados na biblioteca da instituição permite, na visão da diretora, a constituição da identidade religiosa dos batistas. Aqui, será profícuo evocar novamente o processo de enquadramento da memória proposto por Pollak (1987, p. 10), no qual se alimenta do material fornecido pela história. Desta feita, a busca à manutenção, continuidade, coesão, coerência, a partir da referência a esses itens informacionais, se torna evidente na fala da entrevistada, aspecto que se constitui como uma das ações da própria memória em si (POLLAK, 1992, p.207).

Essa sua visão, a importância da custódia da referida hemeroteca é comungada, em parte, pelo resto da denominação localizada em Pernambuco.

P – A senhora acredita que a congregação batista, a comunidade feminina que faz parte desta instituição atribui essa mesma importância?

S – Sim, porque os nossos professores tem divulgado e feito com que os alunos façam pesquisas na biblioteca junto a esses acervo. Os nossos alunos entendem a importância deste acervo que nós temos aqui no seminário. Quanto a denominação, de modo geral, talvez ainda não tenha o conhecimento, porque muitas pessoas chegam aqui [Recife] e ficam impressionadas com a biblioteca. Conhecem a biblioteca do Seminário Teológico Batista do Norte do Brasil, mas o do SEC não. Até porque, esta casa é mais frequentada por mulheres, apesar de ter cursos para homens também. Mas os nossos alunos, o pessoal da União Feminina Baixa do Brasil de Pernambuco, frequentam a nossa biblioteca sim e acham importante.

É possível perceber que, em seu depoimento, a diretora aponta o fato de que o corpo discente da instituição – composto em sua maioria por mulheres – atribui a mesma importância acerca da guarda e preservação deste acervo na instituição. A partir da aplicação de um questionário aos alunos do seminário foi possível averiguar se a indicação da diretora procede (**Apêndice B**). A utilização deste instrumento já tinha sido pré-estabelecido pelo presente pesquisador a fim de averiguar o conhecimento que o alunado desta instituição possuía acerca da existência da hemeroteca custodiada nesta instituição. Foi-nos possível apenas aplicar, este questionário, nesta instituição em um único dia no turno da noite. Ao total foram trinta e cinco (35) entrevistados. Nas linhas que se seguem, será feita a descrição da aplicação deste questionário juntamente com uma breve análise.

Logo na primeira pergunta foi perquirido ao aluno(a) se ele(a) tinha o conhecimento da hemeroteca custodiada naquele seminário (**Tabela 2**).

Tabela 2 - Pergunta nº 1 do questionário aplicado aos estudantes do SEC.

Pergunta nº 1	Sim	Não
Você tem o conhecimento da existência do acervo de jornais e revistas produzidos por protestantes nos séculos XIX e XX e que estão guardados nesta instituição?	19	16

Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir das respostas dadas a esta primeira pergunta foi possível categorizar os alunos em dois tipos: os que responderam “sim” – 1º categoria - e aqueles que escolheram “não” como resposta – 2º categoria. Além desta categorização foi estabelecida uma identificação específica para cada indivíduo. Os incluídos na primeira categoria receberam a seguinte identificação: E.1 mais um número específico, (exemplo: E.1.2; E.1.3; etc.). Já os da segunda categoria receberam a seguinte identificação: E.2 mais um número específico (exemplo: E.2.2; E.2.3; etc). A segunda e terceira perguntas deveriam ser respondidas por aqueles estudantes incluídos na primeira categoria, enquanto a quarta pergunta estava destinada aqueles que responderam “não” à primeira. As tabelas a seguir mostram como ficaram dispostas as respostas à segunda pergunta endereçada aos alunos da primeira categoria.

Tabela 3 - Pergunta nº 2 do questionário aplicado aos estudantes do SEC.

Pergunta nº 2: Se você respondeu “sim” a 1ª pergunta, responda: você já teve a oportunidade de acessar a esses documentos que estão custodiados nesta instituição?	Sim	Não
E.1.1	X	
E.1.2	X	
E.1.3	X	
E.1.4	X	
E.1.5	X	
E.1.6	X	
E.1.7	X	
E.1.8	X	
E.1.9	X	
E.1.10	X	
E.1.11	X	
E.1.12	X	
E.1.13	X	
E.1.14	X	
E.1.15		X
E.1.16	X	
E.1.17		X
E.1.18		X
E.1.19	X	
Total:	16	3

Fonte: Elaborado pelo autor.

Àqueles que responderam “sim” a pergunta anterior, foi proposta outra a fim de obter o motivo ao acesso a esses documentos.

Tabela 4 - Pergunta nº 3 do questionário aplicado aos estudantes do SEC.

Pergunta nº 3: Se você respondeu “sim” a pergunta anterior, qual foi o motivo para o acesso? Você pode marcar mais de uma opção.	Pesquisa Acadêmica	Pesquisa por interesse particular	Apenas curiosidade religiosa	Outro motivo
E.1.1	X	X		
E.1.2	X	X		
E.1.3	X			
E.1.4		X		
E.1.5	X			
E.1.6	X			
E.1.7	X			
E.1.8	X			
E.1.9	X			
E.1.10	X			
E.1.11	X			
E.1.12	X			
E.1.13				Pesquisa para trabalho
E.1.14	X	X		
E.1.16	X	X		
E.1.19	X			
Total:	14	5	0	

Fonte: Elaborado pelo autor

Aos que responderam “não” á primeira pergunta foram propostas algumas alternativas na última questão com o objetivo de identificar as justificativas para o desconhecimento da existência do acervo da instituição.

Tabela 5 - Pergunta nº 4 do questionário aplicado aos estudantes do SEC.

Pergunta nº 4: Se você respondeu “não” a 1º pergunta, então responda: qual a razão por você não ter o conhecimento da existência desses documentos nesta instituição? Você pode marcar mais de uma opção.	Não é muito divulgada na instituição essa questão	Sou no-vo(a) na instituição	Nunca foi do meu interesse	Faço parte de outra denominação	Confesso outra religião
E.2.1	X	X			
E.2.2		X			
E.2.3		X			
E.2.4	X			X	
E.2.5	X			X	
E.2.6		X			
E.2.7		X			
E.2.8		X			
E.2.9	X				
E.2.10					

E.2.11	X	X	
E.2.12			
E.2.13			
E.2.14			
E.2.15			
E.2.16			
Total:	5	7	2

Fonte: Elaborado pelo autor

Ainda nesta última questão foi permitida a indicação de outra justificativa para o não conhecimento da existência do acervo no SEC. Somente três alunos indicaram, cujas respostas foram: (E.2.12) pouco tempo no seminário; (E.2.11) incentivo e motivação; (E.2.10) não podia frequentar devido ao horário de trabalho. E.2.13, E.2.14; E.2.15; E.2.16 não responderam.

A partir da obtenção desses dados é possível constatar que nem todo o corpo discente comunga com a opinião proferida pela diretora da instituição, apesar de que a maioria dos entrevistados estarem enquadrados naqueles que tinham o conhecimento da existência da hermeroteca preservada na biblioteca do seminário. Além do mais, ao longo da pesquisa nesta instituição não foi possível identificar a existência de catálogo que pudesse localizar e referenciar esse *corpus documental*. Talvez essa ausência contribua para o fato de que quase a metade dos entrevistados não tenha o conhecimento dos jornais e revistas ali custodiadas. Quanto a esta questão será profícuo abrir mão de uma interessante afirmação de Galindo

O ato simples de descrever e divulgar coleções, de per si, já é suficiente para justificar a relevância de projetos de salvamento de acervos memoriais. Uma vez identificadas em catálogos, as coleções criam, de imediato, um registro civil e um link de pertencimento social entre o acervo e seus utilizadores, especialistas ou amadores, públicos ou privados. O catálogo cria um ente com identidade memorial que, ato-contínuo a sua divulgação, passa a ser um bem do patrimônio universal e, como tal, sujeito à proteção e amparo legal do Estado (GALINDO, 2009, p. 260).

O diálogo com a diretora deu prosseguimento com a seguinte pergunta:

P – Houve uma maior procura por esses documentos – que não só contam a história desta instituição, mas da denominação batista em Pernambuco - neste ano [2017] em que foram comemorados os 500 anos da Reforma Protestante?

S – Talvez sim. Eu não posso dimensionar isso. Não sei até que ponto chegou essa maior procura. Mas, como a gente trabalha a questão da Reforma Protestante, então, até pessoas de outras faculdades estiveram aqui para pes-

quisar por esse assunto dentre outros. Agora eu acredito que deva, que precise, ser mais divulgado.

P – Em sua visão, de que forma poderia ser feita essa divulgação?

S – Acredito que a divulgação boca a boca vai mais longe. As pessoas que frequentam já fizeram essa divulgação. O nosso horário é tarde e noite. Eu acredito que através de... porque assim, o nosso acervo é muito voltado para o nosso público, talvez anunciar nas assembleias, convenções, instituições. Aí, a gente possa anunciar, divulgar que existe este acervo aqui dentro.

Novamente é perceptível a ausência de instrumentos que permitam não só a existência pormenorizada do acervo, bem como do acesso a esse *corpus documental*, apesar da importância alegada pela entrevistada. Durante a entrevista, porém, não foi perguntado se há projetos futuros para ampliar a divulgação acerca da existência da hemeroteca aqui referida.

Também não foi possível, por razões desconhecidas e não alcançadas pelo presente pesquisador, entrevistar a bibliotecária da instituição que poderia informar com maior detalhe o processo e as condições da guarda deste acervo. Em seu lugar, foi indicada, pela própria diretora, a professora Icleia, cuja fala foi comentada no subtópico a seguir.

5.2.3 Entrevista nº3: Icleia (professora do Seminário de Educação Cristã)

No exercício docente há 53 anos, a educadora Icleia (I) se apresenta logo no início da sua fala como a mais antiga da instituição a exercer a profissão. Além do mais, sua larga vivência no seminário fez a diretora Solange indicar o seu nome para representar a instituição na continuidade das entrevistas. Sua experiência engloba não só o ensino de várias disciplinas, mas o exercício, como voluntária, na biblioteca do Seminário Teológico Batista do Norte do Brasil (STBNB).

Quanto a sua visão referente à preservação da hemeroteca protestante na instituição, a entrevistada segue a linha interpretativa do pastor Geraldo do SPN ao relacionar esse *corpus documental* como indicativo à história e a memória da denominação que possibilita a afirmação da identidade desse grupo religioso. Portanto, quando perguntada acerca da importância do acervo de jornais não só para a instituição, mas para a própria denominação localizada na cidade do Recife, a entrevistada se posiciona da seguinte forma:

I – O jornal é a história da denominação; a história da nossa vida toda, não só da denominação, mas do mundo. Nós dependemos da palavra escrita. Se não houver palavra escrita não tem história. Nós conhecemos a pré-história e a história. A pré-história – antes de escrever – e a história - depois de escre-

ver. Então, a denominação e a igreja dependem dos jornais, das revistas, mas mais do jornal do que qualquer outro, porque o jornal é que dá a notícia de tudo o que acontece.

P – É o cotidiano, né? O diário.

I – E *O Batista*, além das notícias tem as doutrinas, tem os artigos devocionais que são mais permanentes. E tudo que foi guardado na palavra escrita é muito importante para todos nós conhecermos.

Conforme a interpretação da entrevistada, a materialização da informação é imprescindível para a construção e perpetuação dos grupos religiosos e dos indivíduos que os compõem. Esse estado em que se apresenta a informação de natureza religiosa permite, dentre outras coisas, a comunicação da tradição para além de um determinado contexto temporal e espacial. Existe, aliás, certo “culto” pela palavra escrita. Não é por menos o fato de que o cristianismo faz parte daquelas *religiões do livro* (assim como judaísmo e islamismo).

A fixação deste fenômeno em qualquer suporte permite construir identidades que enquadram indivíduos nos limites de uma determinada confissão que, por sua vez, carrega consigo não somente ideias, mas também papéis, funções e comportamentos exigidos para viver em sociedade. E os jornais, revistas, conforme apontada pela professora, permite que, de forma periódica, todos esses aspectos sejam lembrados a aqueles que fazem parte das congregações protestantes, bem como dos consumidores destes objetos informacionais.

A preservação desses impressos, portanto, se constitui como o *genos sociológico e religioso* das denominações protestantes que foram fundadas e que experimentaram sua expansão em todo território nacional por meio da produção e distribuição desses impressos nos séculos XIX e XX. Isso é evidente quando a entrevistada foi perquirida se a geração atual comunga com a mesma interpretação que a sua, ou seja, de que é necessário preservar para, em seguida, permitir o acesso futuro que possibilite o estudo das raízes históricas e teológicas contidas nesses impressos.

I – Infelizmente não. Poucos têm esse cuidado de buscar. Hoje é tudo na internet. O que não tiver na internet... Aqui mesmo a gente tem uma tristeza, porque ninguém quer. Quer é se desfazer, mas não pode se desfazer, de jeito nenhum, a gente tem que guardar. Há um projeto de colocar tudo no...

P – Online?

I – É, online - Obrigada pela palavra – para que seja mais preservado. Mas, eu não acho que é tão preservado quanto papel.

P – É muito efêmero...

I – Num é?! Porque a tecnologia é muito boa, mas não funciona para mim como o papel funciona. Então a gente tem que preservar, conservar o máximo possível esses escritos antigos que são a nossa história, são a nossa me-

mória A minha igreja fez 100 anos e eu li todas as atas e os jornais para fazer a história da igreja, fazer um livro da história da igreja. Eu não vivi 100 anos, então eu tive que trazer à memória aqui q loue já foi escrito. E o que a gente tá tirando do que já foi escrito vai conservando mais. Agora esses mais novos, por exemplo, um livro mais novo, os jovens têm mais interesse de ler que os mais antigos. Nós temos um livro que é *Memórias batistas que foram tiradas dos jornais*. Todas as igrejas que tem a história da igreja é tirada dos livros de atas e dos jornais.

No transcorrer do seu depoimento algo é bem evidente: a resistência à informação em meios digitais. Quanto a isso, algumas reflexões podem ser construídas. Em primeiro lugar, o medo que fundamenta esta posição pode estar no risco à durabilidade da memória registrada em suporte analógico. O *efêmero* – marca características dos espaços virtuais das redes sociais – se constitui como uma ameaça à relativa rigidez exigida pela tradição religiosa. A preservação de um suporte informacional analógico num lugar físico de uma instituição permite ainda um maior controle em relação a seu acesso. É o que se pode remontar da função levítica – discutida no terceiro capítulo – da guarda do conhecimento registrado. Holanda já dizia que:

Antes da avalanche digital o modelo de memória era o monumento, a ruína, o códice, o texto. Um texto, enquanto um documento elevado a monumento, servia de base agregadora da cultura – especialmente evidente nas culturas judaica, islâmica e cristã. Por isso chamamos as religiões do livro, *as religiões da recordação* (HOLANDA, 2012, P. 18).

No entanto, há de se questionar se a posição particular da professora Iclea predomina no meio protestante. A própria entrevista evidencia que há iniciativas para permitir a facilidade do acesso à informação inscrita nesses documentos em ambientes digitais. Além da tentativa da digitalização mencionada pela entrevistada, houve um trabalho já concluído empreendido pela própria *Convenção Nacional Batista* em digitalizar todo o acervo do jornal *O Batista* desde a primeira edição até a última (**Figura 3**).

Figura 3 - Jornal *O Batista*, 1º edição, 1901.



Fonte: Acervo digital da Convenção Batista Brasileira

Além dessa iniciativa por parte da denominação batista, os presbiterianos, iniciaram um trabalho de digitalização de parte da hemeroteca custodiada em sua biblioteca com o objetivo em disponibilizá-la em ambientes digitais, como já foi mencionado anteriormente no contexto particular do SPN. Apesar da ameaça do efêmero provocada, principalmente, pela rápida obsolescência dos suportes digitais, as informações disponibilizadas nesses novos ambientes

virtuais, podem possibilitar o alargamento de seu acesso e comunicação, seja para fins acadêmicos, seja para objetivos de interação entre os membros pertencentes à denominação espalhados em diversos territórios geográficos.

E, de fato, esses suportes analógicos agem e funcionam bem diferentes daqueles preservados e disponibilizados em espaços digitais, como bem afirmou a professora, uma vez que, essa mudança na preservação permite uma distribuição assíncrona das informações inscrita nesses suportes. Ainda é possível evocar Holanda quando este diz que

No espaço virtual a memória se anima; memória em movimento. À lógica custodialista sucede o cuidado na preservação pela disseminação, pela distribuição virtual do material, com tem enfatizado Marcos Galindo, desde a criação pioneira do *Virtus*, no Departamento de Ciência da Informação da UFPE. Cedo ele entendeu que o suporte analógico padece um desgaste incontornável, mas que a memória nos meios digitais deixa a possibilidade de se multiplicar sem alteração. Um escambo de outra natureza: alguém me envia uma informação de passagem aérea, mando em troca um poema sobre a arte de viajar – e, enquanto mando, mantenho ainda o poema comigo. Escambo dentro de outra lógica de trocas sinalizado inovação tanto na tecnologia quanto no comércio entre os relacionamentos. Enquanto a memória, porque dissemina, melhor resiste. (HOLANDA, 2012, p. 21).

Dando prosseguimento a fala da entrevistada, foi instigado a ela comentar sobre o assunto que se apresenta também na fala do pastor Geraldo em relação ao fato de que a hemeroteca preservada remete aos embates que os protestantes promoveram com os católicos ultramontanos nos séculos XIX e XX. Ela diz

I – Antigamente, no século XIX para o XX havia muita polêmica, muitos pastores que se dedicaram a isso: a combater o catolicismo. E os católicos a combater e perseguir os cristãos, os evangélicos, mas agora parece que acalmou. Há mais união pelo ecumenismo e também porque estão seguindo mais a Bíblia. Porque é para seguir, né? Não para brigar um com o outro. Respeitando a convicção de cada um, mas sem brigar, sem querer destruir um ao outro. É muito importante a gente conhecer o outro, respeitar o outro e viver bem com as diferenças. Eu acho que o século XXI está partindo mais para isso. A não ser os radicais lá do oriente, que estão perseguindo os cristãos, mas pelo menos aqui no ocidente, todas as igrejas estão se unindo mais. Eu estava lendo... você conhece a Folha Universal?

P – Eu conheço, mas não sou leitor.

I – É muito boa! Eu gosto de ler tudo. É muito boa... Ele puxa para a sardinha deles, a gente sabe né? Mas, tem muita coisa boa. Eles têm uma visão geral do mundo, fala sobre todos os assuntos. E ele estava falando sobre o templo de Salomão, que é uma coisa que eles fizeram e que tem chamado a atenção do mundo todo. Não é só do Brasil. Uma reunião de todas as denominações. Chamou católicos, batistas e não sei quantos foram, mas ele cha-

mou para ver o templo de Salomão. Mas, essa chamada eu acho que é boa porque a gente tem que trabalhar em união, sem perseguição. Muita gente persegue a Igreja Universal, muita gente. Têm falhas, agente sabe, mas, também tem coisas boas. A gente não pode dizer que não tem coisas boas, têm. Todos nós somos falhos!

P – Interessante isso.

I – Todos nós! Deus quer que a gente viva bem e conviva. Por isso, que eu gosto de ler. Eu gosto de ler todos os jornais e todas as revistas, independente de denominação. Porque eu tenho as minhas convicções. Eu não vou deixar de ser batista por isso. Agora quem não tem a convicção é que é perigoso, né? Mas eu tenho minhas convicções e não vou deixar, mas eu gosto de ler e tirar o que é bom do outro também. Não vou dizer que não tem nada que preste. Tem coisas boas na Universal. Aí a gente estava falando na briga do século XIX para o XX. Havia muita divergência e muita polêmica entre as lideranças e agora já não há mais e isso é muito bom.

Ao longo da história do estabelecimento e desenvolvimento do protestantismo no mundo é possível perceber uma divisão, ao infinito, em seu interior em várias denominações, provocando um esfacelamento da memória protestante. Uma divisão que está suscetível a conflitos destes grupos que reivindicam para si a legitimidade religiosa que venha se pautar na suposta fidelidade às origens cristãs.

Entretanto, a entrevistada adota uma perspectiva mais conciliadora. Ao invés do conflito, a professora abre a possibilidade para a negociação com outros grupos cristãos. No contexto do *mercado religioso* brasileiro, ela se permite *consumir* produtos informacionais de outras denominações – mais especificamente a *Folha Universal* - com o objetivo de alimentar o sonho do *ecumenismo* – na reunião não só de protestantes, mas também destes com os católicos, com os quais se envolveram em litígios no século XIX e XX. Uma união que evidencia o processo contínuo da formação de uma identidade religiosa. Sua delimitação não deve ser encarada sempre em fronteiras totalmente engessadas e duradouras. Há espaço para a negociação e compartilhamento de pontos em comum, de acordo com a professora Icleia. Quanto a isso, Pollak afirmava que

Ninguém pode construir uma auto-imagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros. A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo. (POLLAK, 1992, p.205).

Apesar da consciência da existência de uma identidade batista que lhe permite se declarar como tal a partir das raízes fincadas numa memória preservada e compartilhada, a entrevistada alimenta a busca por uma uniformidade dos diversos grupos cristãos. Portanto, apesar do imperativo da continuidade e imobilismo que a memória religiosa pretende estabelecer, ela também possui um caráter construtor e negociador.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção desta dissertação possibilitou identificar os sentidos construídos que justificam a custódia da hemeroteca protestante – produzida nos séculos XIX e XX - nas bibliotecas das instituições de ensino teológico desse viés do cristianismo localizadas em Pernambuco.

A partir da descrição do conceito *secularização* e seu consequente *pluralismo religioso* no mundo social, foi possível identificar, nas falas dos indivíduos entrevistados, o estabelecimento desse *corpus documental* como ponto de referência (POLLAK, 1989) para a construção da identidade religiosa para as denominações batistas e presbiterianas na atualidade. A própria produção editorial desse acervo – descrita na quarta sessão – permitiu a formação lenta, mas gradual, de um cenário religioso brasileiro, cada vez mais plural, no qual a alteridade se constituiu como a principal característica presente nos jornais, revistas, almanaques produzidos pelos protestantes.

A informação, enquanto fenômeno humano e social, e comunicável por meio de seus registros em qualquer suporte (SILVA e RIBEIRO, 2002) se constituiu, no caso específico do tema deste trabalho, como elemento formador e modelador da sociedade brasileira em seu âmbito religioso. Inserir esta discussão no interior da Ciência da Informação veio a contribuir para alargar o raio de investigação desta disciplina, permitindo compreender o impacto que seu objeto de estudo exerce na sociedade.

Partiu-se, portanto, de um estudo social que permitiu a compreensão da produção, uso e custódia desse acervo na esfera protestante. Dessa forma, foi possível exercer o caráter interdisciplinar que este campo possui junto às ciências sociais e humanas (SILVA e RIBEIRO, 2002). A forma como Berger (1989) compreendeu a construção da realidade social, bem como o papel exercido pelo fenômeno religioso neste empreendimento permitiu estabelecer uma relação intrínseca com a definição de *informação* feita por Silva e Ribeiro (2002). O homem ao enunciar-se ao mundo constrói a realidade social, enquanto esta adquirindo o seu status objetivo possui o poder de moldar o indivíduo subjetivamente (BERGER, 1989). A informação, nesta relação dialética, se encontra na intermediação entre um e outro. Isto foi possível perceber nas propriedades deste objeto identificadas por Silva e Ribeiro (2002).

A materialização da informação permite, por sua vez, ampliar, para além do seu contexto temporal e espacial, os sentidos que este objeto carrega em seu bojo. Dessa forma, a informação inscrita na hemeroteca protestante se revestiu do objetivo de aplicar o projeto mis-

sionário iniciado com os pastores norte-americanos, cujo trabalho foi desenvolvido, posteriormente, pelos líderes protestantes brasileiros. A partir desta análise foi possível caracterizar esses documentos como produtos informacionais mercadológicos ao mesmo tempo como produtos ou serviços religiosos – conceitos caros ao *Paradigma do Mercado Religioso* desenvolvido nas ciências sociais.

Partindo deste ponto, abre-se a possibilidade para futuras pesquisas o estudo da forma como a informação é estruturada no interior desses documentos, como os discursos foram formulados a fim de seres usados como estratégia para a modelagem da mente do leitor a fim de persuadi-lo e convence-lo a se tornar ou permanecer protestante. Coube aqui, analisar este *corpus documental* como elemento memorialístico para batistas e presbiterianos que permite a busca pela coesão dessas congregações numa tradição religiosa perpassada através de gerações.

Neste processo de enquadramento da memória (POLLAK, 1989), as fronteiras identitárias foram estabelecidas como limites rígidos (caso do pastor Geraldo), ao mesmo tempo que se constituíam com ténue, a partir da possibilidade aberta ao ecumenismo cristão (caso da professora Iclea). Mesmo assim, tanto em ambos a referência a esses documentos sempre foi fundamentada na busca às raízes históricas e teológicas que fundamentem a existência dessas denominações na sociedade brasileira.

No entanto, uma contradição foi identificada no caso específico do SEC. Ao mesmo tempo em que as entrevistadas (Solange e Iclea) se referem a importância desse acervo não para a instituição, mas também para a denominação, as iniciativas para a preservação e possível acesso – que possa possibilitar alargar esse sentimento de pertencimento – são muito poucas. A inexistência de um catálogo completo deste acervo atesta esta contradição.

Porém, a hemeroteca protestante continua sendo guardada nestes locais. Para pesquisadores a possibilidade de construir narrativas históricas acerca da atuação deste grupo na promoção do pluralismo religioso no Brasil; para a membresia a possibilidade de buscar manter a continuidade da tradição protestante a partir da promoção desse *genos cultural*.

REFERÊNCIAS

- ALVES, A. J. A “revisão da bibliografia” em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis. **Cad. Pesq.**, São Paulo, n. 81, p. 53-60, maio 1992.
- ALVES, Edvaldo Carvalho. **Ciências Sociais e secularização: um estudo sobre a trajetória de vida religiosa de profissionais formados em ciências sociais na Paraíba**. Universidade Federal de São Carlos (Tese de doutorado), 2007.
- ARMSTRONG, Karen. **Jerusalém: uma cidade, três religiões**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. A Ciência da informação como ciência social. *Ciência da Informação*, Brasília, v.32, n.3, p.21-27, set/dez, 2003.
- _____. **Correntes teóricas da ciência da informação**. *Ci. Inf.*, Brasília, v.38, n.3, p. 192-204, set./dez., 2009.
- AZZI, Riolando. **O Padroado Português**. In: HOONAERT, E. **História da Igreja no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 160-169.
- BARRETO, Aldo de Albuquerque. **A Condição da Informação**. São Paulo em Perspectiva, p. 67 – 74, 2002.
- _____. **Os agregados de informação – Memórias, esquecimento e estoques de informação**. *Revista de Ciência da Informação*, v. 1, n.3, junho 2000, p. 1-13, disponível em: <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/172>.
- BARROS, José D’Assunção. **Historicismo: notas sobre um paradigma**. *ANTÍTESES*, v. 5, n. 9, p.391-419, jan/jul 2012.
- BERGER, Peter. **O Dossel Sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião**. São Paulo, Ed. Paulinas, 1985.
- BRANDÃO, Sebastião Hugo. **Religião na Pós-Modernidade**. *Ciências da Religião: história e sociedade*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 56-72, janeiro/junho, 2016.
- BUCKLAND, M.K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science (JASIS)**, v.45, n.5, p.351-360, 1991.
- BUFREM, L. S. Configurações da pesquisa em ciência da informação. **DataGramZero**, v. 14, n. 6, 2013.
- BURKE, Peter. **Uma História Social do Conhecimento: de Gutenberg a Didot**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- CARNEIRO, Henrique. **Guerra dos Trinta Anos**. In: MAGNOLI, Demétrio (org). **História das Guerras**. São Paulo: Contexto, 2011.

CASTELSS, Manuel. **O Poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, v. 2, 1999.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. **O conceito de informação**. *Perspectivas em Ciência da Informação* Belo Horizonte, v.12, n.1, p.148-207, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/54/47>.

CÉSAR, Elben M. L.. **História da Evangelização do Brasil: dos jesuítas aos neopentecostais**. Viçosa, MG: Ultimato, 2000.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2012.

CHILDE, Gordon. **A Evolução Cultural do Homem**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

DARTON, Robert. **A Questão dos Livros: passado, presente e futuro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Dicionário Eletrônico de Terminologia em Ciência da Informação (DELTCi). Disponível em <<http://www.ccje.ufes.br/arquivologia/deltci/index.htm>>. Acesso em: 18 Jul. 2016.

DOSSE, François. **A História**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

DUSEK, Val. **Determinismo tecnológico**. In. DUSEK, Val. *A Filosofia da Tecnologia*. Edições Loyola, 2009, p. 117 – 141.

DUSEK, Val. **Antitecnologia**. In. DUSEK, Val. *A Filosofia da Tecnologia*. Edições Loyola, 2009, p. 233 -259

FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henry-Jean. **O Aparecimento do Livro**. São Paulo: UNESP, 1992.

GALINDO, Marcos. Patrimônio memorial e instituições públicas no Brasil. In: BARRIO, Angel Espina; MOTTA, Antonio; GOMES, Mário Hélio. (Orgs). **Inovação cultural, patrimônio e educação**. Recife: Editora Massangana, 2009. p. 251-264.

_____. **Ensaio sobre Informação e Memória**. Recife: UFPE, 2015.

GONZÁLEZ, Justo L. **A História Ilustrada do Cristianismo: a era dos reformadores até a era inconclusa**. São Paulo: Vida Nova, 2011.

GUERRA, L. D. **Mercado Religioso no Brasil: Competição demanda e a dinâmica da esfera da Religião**. Tese (doutorado) UFPE, 2000, 223 p.

HOLANDA, Lourival. **Memória: Multiplicidade e permanência**. Recife, n. 1 jul/dez, 2012. Disponível em: <http://www.repositorios.ufpe.br/revistas/index.php/IRIS/article/view/7/12>. Acesso em 8 ago 2015.

ILHARCO, Fernando. **Filosofia da Informação: alguns problemas fundadores**. In: SO-PCOM, 3, 2004. Anais..., v. 2, 2004

KUHLEN, Rainer. **A informação é um bem público ou privado? Uma perspectiva global, também para as bibliotecas**. Revista Jurídica do CESUCA – ISSN, v. 1, n.1, jul/2013

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1991.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. Problema e problemática. In: _____. **A construção do saber: manual de metodologia de pesquisa em Ciências Humanas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

HERVIEU-LÉGER, D.; WILLAIME, J. **Sociologia e Religião**. Aparecida: Ideias e letras, 2009.

LE COADIC, Yves-François. **A Ciência da Informação**. 1. ed. Brasília: Brinquet de Lemos, 1996.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 2. Ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LÉONARD, Émile G. **O Protestantismo Brasileiro: um estudo de eclesiologia e história social**. São Paulo: ASTE, 2002.

LEVINE, Robert. **Pernambuco e a Federação Brasileira, 1889-1937**, In FAUSTO, Boris. **História Geral da Civilização Brasileira**, Tomo III, vol. I, São Paulo, Difel, 1975.

MATOS, F. G. de. Como delimitar um trabalho científico: do tema ao problema. **Ciência e Cultura**, v. 8, n. 37, p. 1294-1295, ago. 1985.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MENDONÇA, Antonio Gouvêia de; VELASQUES FILHO, Prócoro. **Introdução ao protestantismo no Brasil**. São Paulo: Editora Loyola, 2002.

MIRANDA, Májory K. F. de Oliveira. **O acesso à informação no Paradigma Pós-Custodial: da aplicação da Intencionalidade para a findability**. Universidade do Porto. Tese de Doutorado, 2010

MACEDO, Tony Bernardino de. **Hemeroteca esquecida: fenômeno social do esquecimento na perspectiva da Ciência da Informação**. Dissertação (Mestrado). UFPE, 2013. p. 51 – 53.

MASSON, Sílvia Mendes. **A Arquivística sob o prisma de uma Ciência da Informação: uma proposta de Silva e Ribeiro**. Arquivística.net (www.arquivistica.net), Rio de Janeiro, v.2, n.1, p.85-103, jan./jun. 2006;

MILLER, S. M.; HUBER, R. **A Bíblia e sua história: o surgimento e o impacto da Bíblia**. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2006.

MONTEIRO, Silvana Drumond; CARELLI, Ana Esmeralda. **Ciberespaço, memória e esquecimento**. In. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2007, Salvador. Disponível em: <http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT1--104.pdf>. Acessado em 17 de set 2015.

NASCIMENTO, Denise Morado; MARTELETO, Regina Maria. **A “Informação Construída” nos meandros dos conceitos da Teoria Social de Pierre Bordieu**. BRAPCI, v. 5, n. 5, 2004. p. 6

NASCIMENTO, Ester Fraga Vila-Bôas Carvalho. **Associações voluntárias, Sociedades Bíblicas e a História da Educação**. In. **História da Educação: memória, arquivos e culturas escolar**. CASTRO, C. A.; SOUZA, E. C.; VASCONCELOS, J. G. (Orgs.) – Rio de Janeiro: Salvador: Quartet: Uneb, 2012.

NEHMY, Rosa Maria Quadros; FALCI, Carlos Henrique Rezende; ACOSTA, Jarbas Greque; FRAGA, Rosane R. **A Ciência da Informação como disciplina científica**. Perspec. Ci. Inf., Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 9-25, jan./jun. 1996.

OLIVEIRA, Eliana Braga de; RODRIGUES, Georgete Medleg. **O conceito de memória na Ciência da Informação: análise das teses e dissertações dos programas de pós-graduação no Brasil**. Liinc em Revista, v. 7, n.1, março 2011, Rio de Janeiro, p. 311-328. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/view/416/298>. Acessado em 8 set 2015.

OLIVEIRA, Eliane Braga de. **O conceito de memória na Ciência da Informação no Brasil: uma análise da produção científica dos programas de pós graduação**. Universidade de Brasília. Tese de doutorado, 2010.

OLIVEIRA, P. S. Caminhos de construção da pesquisa em ciências humanas. In:_____. OLIVEIRA, P. S. **Metodologia das Ciências Humanas**. São Paulo: Hucitec, 1998.

PIERUCCI, Antonio Flávio. **Secularização em Max Weber: da contemporânea serventia de voltarmos a acessar aquele velho sentido**. Revista. Brasileira de Ciências Sociais, v. 13, n. 37, 1998.

_____. **De olho na modernidade religiosa**. Tempo Social, Revista de sociologia da USP, v. 2, n.2, p. 9-16, 2008.

PINHEIRO, Jorge. **História e Religião de Israel: origens e crise do pensamento judaico**. São Paulo: Editora Vida, 2007.

POMBO, Olga. **A Ciência e as Ciências**. In Encontro de Saberes, Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2006, pp. 515-532.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

_____. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

QUADROS, Eduardo Gusmão. **A Proclamação da diferença: uma balanço da produção acadêmica sobre a história dos protestantismo no Brasil**. Revista Brasileira de História das Religiões, Ano VIII, n.24, p. 135-148 janeiro/abril de 2016.

RABELLO, Rodrigo. **História dos Conceitos e Ciência da Informação: apontamentos teórico-metodológicos para uma perspectiva epistemológica**. Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf., Florianópolis, n. 26, p. 17-46, 2008.

ROBREDO, J. **Do documento impresso à informação nas nuvens reflexões**. Liinc em Revista, v.7, n.1, p.19-42, mar. 2011. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/401/261>>. Acessado em 2 de out. 2015.

ROCKEMBACH, Moisés. **Difusão em arquivos: uma função arquivística, informacional e comunicacional**. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 98-118, jan./jun., 2015;

ROJAS, Miguel À. R. **Relación entre los conceptos: información, conocimiento y valor. Semejanzas y diferencias**. Ci. Inf., Brasília, v.34, n.2, mai/ago, p. 52-61, 2005.

ROTTERDÃ, Erasmo. **De Pueris (Dos Meninos)**. Editora Escala: São Paulo, 2008.

RIBEIRO, Lidice Meyer Pinto. **O protestantismo brasileiro: objeto de estudo**. REVISTA USP, São Paulo, n.73, p. 117-129, março/maio de 2007.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. Caracterização da pesquisa. In: _____. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999, p. 25-31.

SARACEVIC, Tefko. **Ciência da Informação: origem, evolução e relações. Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n.1, p.41-62, jan/jun, 1996.

SAYÃO, Luis Fernando; SALES, Luana Farias. Curadoria digital: um novo patamar para preservação de dados digitais de pesquisa. **Informação e sociedade**, João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 179-191, set/dez. 2012. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/viewFile/12224/8586>. Acessado em 9 de out. 2015.

SCHALKWIJK, Frans Leonard. **Igreja e Estado no Brasil Holandês (1630 a 1654)**. São Paulo: Cultura Cristã, 2005.

SCHULTZ, Samuel J. **A História de Israel no Antigo Testamento**. São Paulo: Vida Nova, 2009.

SELLARO, Lêda Rejane Accioly. **Educação e Religião: colégios protestantes em Pernambuco na década de 20**. Universidade Federal de Pernambuco (Dissertação de Mestrado), 1987, p. 141.

SHERA, Jesse. **Epistemologia social, semântica geral e biblioteconomia**. Ci. Inf., Rio de Janeiro, v.6, n.1, p.9-12, 1977.

SILVA, Armando Malheiro; RIBEIRO, Fernanda. **Paradigmas, serviços e mediações em Ciência da Informação**. Recife: Néctar, 2011.

SILVA, Armando Malheiro; RIBEIRO, Fernanda. **Das Ciências documentais à Ciência da Informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular**. Ed. Afrontamente, 2002.

SILVA, Severino Vicente da. **Protestantismo no sertão do Médio São Francisco**. In.. BRANDÃO, T. M. P.; ROSAS, S. C. (orgs.). **Os sertões: Espaços, tempos, movimentos** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

SILVA, Severino Vicente da. **Da Guerra à neocristandade: a tribuna religiosa**. Curitiba: Editora Primas, 2015.

SOUSA, Bertone de Oliveira. **Historiografia do Protestantismo no Brasil: Percursos e perspectivas**. Revista Mosaico, v. 5, n.2, p. 171-179, julho/dezembro de 2012.

SOUZA, H. J. de. **Análise de conjuntura**. 25 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

VASCONCELOS, Micheline Reinaux de. **As Boas Novas pela palavra impressa: impressos e imprensa protestante no Brasil (1837-1930)**. PUC-SP (Tese de doutorado), 2010, 208 p.

VERRI, Gilda M. W. **Tintas sobre papel: livros e leituras em Pernambuco no século XVIII (1759-1807)**. Recife: Editora Universitária, 2006.

APÊNDICE A - ROTEIRO PARA A ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA APLICADA A FUNCIONÁRIOS DAS INSTITUIÇÕES PESQUISADAS

1º) Você pode comentar acerca da importância da custódia da hemeroteca nesta instituição?

2º) Você acredita que a sua denominação tem a mesma concepção que a sua?

**APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ESTUDANTES DO SEMINÁRIO
DE EDUCAÇÃO CRISTÃ**

PERGUNTAS

1º) Você tem o conhecimento da existência do acervo de jornais e revistas produzidos por protestantes nos séculos XIX e XX e que estão guardados nesta instituição?

SIM	NÃO

2º) Se você respondeu “sim” a 1º pergunta, responda: você já teve a oportunidade de acessar a esses documentos que estão custodiados nesta instituição?

SIM	NÃO

3º) Se você respondeu “sim” a pergunta anterior, qual foi o motivo para o acesso? Você pode marcar mais de uma opção.

Pesquisa Acadêmica.	
Pesquisa por interesse particular.	
Apenas curiosidade religiosa.	
Outro motivo, favor indicar na linha abaixo	

4º) Se você respondeu “não” a 1º pergunta, então responda: qual a razão por você não ter o conhecimento da existência desses documentos nesta instituição? Você pode marcar mais de uma opção.

Não é muito divulgada na instituição essa questão.	
Sou novo(a) na instituição.	
Nunca foi do meu interesse.	
Faço parte de outra denominação protestante.	
Confesso outra religião.	
Outra razão, favor indicar na linha abaixo.	

APÊNDICE C - LISTA DE PERÍODICOS CUSTODIADOS DISPONÍVEL NO TERMO DE CUSTÓDIA TEMPORÁRIA PARA A DIGITALIZAÇÃO DO ACERVO DO SPN

Remetente	Descrição	Ano	Volume	QTD Páginas	Anexos (Pág.)
SPN	Imprensa Evangélica	1884		192	
SPN	Imprensa Evangélica	1881		380	
SPN	Norte Evangélico	1952/55		270	
SPN	O Evangelista	1890/93		516	
SPN	O Puritano	1918		176	
SPN	Norte Evangélico	1921/23		414	
SPN	Brasil Presbiteriano	1958/59		218	
SPN	Brasil Presbiteriano	1958/59		218	
SPN	Brasil Presbiteriano	1958/59		218	
SPN	Brasil Presbiteriano	1958/59		218	
SPN	Brasil Presbiteriano	1958/59		218	
SPN	Brasil Presbiteriano	1960/1961		288	
SPN	Brasil Presbiteriano	1961/62		286	
SPN	Norte Evangélico	1909/11		255	
SPN	Norte Evangélico	1912/13		580	
SPN	Norte Evangélico	1914/17		424	
SPN	Norte Evangélico	1951		24	
SPN	Imprensa Evangélica	1874		8	
SPN	Imprensa Evangélica	1870		xxxx	
SPN	Imprensa Evangélica	1870		6	
SPN	Imprensa Evangélica	Xxxx		Fragmento	
SPN	Imprensa	Xxxx		2	

SPN	Evangélica Imprensa	1871	8
SPN	Evangélica Imprensa	1872	8
SPN	Evangélica Imprensa	1874	8
SPN	Evangélica Imprensa	1873	8
SPN	Evangélica Imprensa	1873	8
SPN	Evangélica Imprensa	1872	8
SPN	Evangélica Imprensa	1872	8
SPN	Evangélica Imprensa	1872	8
SPN	Evangélica Imprensa	1872	8
SPN	Evangélica Imprensa	1872	8
SPN	Evangélica Imprensa	1873	8
SPN	Evangélica Imprensa	1874	8
SPN	Evangélica Imprensa	1874	8
SPN	Evangélica Imprensa	1874	8
SPN	Evangélica Imprensa	1874	8
SPN	Evangélica Imprensa	1874	8
SPN	Evangélica Imprensa	1874	8
SPN	Evangélica Imprensa	1874	8
SPN	Evangélica Imprensa	1875	8
SPN	Evangélica Imprensa	1875	8
SPN	Evangélica Imprensa	1873	8
SPN	Evangélica Imprensa	1873	8
SPN	Evangélica Imprensa	1874	8
SPN	Evangélica Imprensa	1874	8

SPN	Evangélica Imprensa	1874	8
SPN	Evangélica Norte Evan- gélico	1956	8
SPN	Norte Evan- gélico	1956	8
SPN	Norte Evan- gélico	1956	8
SPN	Supre	1958/1959	134

**APÊNDICE D - LISTA DE PERÍODICOS CUSTODIADOS E CATALOGADOS NO
SEC³⁷**

TÍTULO: Joias de Cristo

EDITORA: Casa Publicadora Batista

LOCAL: Rio de Janeiro – RJ

DATA: 1922 a 1944

Nº DE PAGINAS: 4.576

TÍTULO: O trabalho das crianças

EDITORA: Casa Publicadora Batista

LOCAL: Rio de Janeiro – RJ

DATA: 1939, 1941, 1948, 1949 e 1960

Nº DE PAGINAS: 558

TÍTULO: Revista da Mocidade Baptista

EDITORA: Casa Publicadora Batista

LOCAL: Rio de Janeiro – RJ

DATA: 1935, 1939, 1940, 1942, 1943 e 1944

Nº DE PAGINAS: 1.162

TÍTULO: Revista de Ensino Bíblico para as Escolas Dominicaes

EDITORA: Imprensa Methodista

LOCAL: São Paulo – SP

DATA: 1929 e 1933

Nº DE PAGINAS: 586

TÍTULO: Prospecto da Escola das Trabalhadoras Cristãs.

DATA: 1946, 1956 e 1960

Total de nº de páginas: 75

TÍTULO: Boletim Informativo da Escola de Trabalhadoras Cristãs

LOCAL: Recife – PE

No : 02, 03, 04

DATA: 1954, 1955, 1956 1957 e 1958

Nº DE PAGINAS: 62

TÍTULO: Anuário Informativo da União Geral de Senhoras

EDITORA: Casa Publicadora Batista

LOCAL: Rio de Janeiro – RJ

DATA: 1943, 1944, 1947-1959.

Nº DE PAGINAS: 1.035.

TÍTULO: Professôres de Crianças

EDITORA: Casa Publicadora Batista.

LOCAL: Rio de Janeiro-RJ.

³⁷ Tal lista não contempla totalmente os periódicos custodiados nesta instituição. Esses são os que foram catalogados.

DATA: 1960
Nº DE PAGINAS: 156

TÍTULO: Revista de Professores e Officiaes
EDITORA: Casa Publicadora Batista.
LOCAL: Rio de Janeiro-RJ.
DATA: 1936, 1937, 1939-1943.
Nº DE PAGINAS: 959.

TÍTULO: Revista para trabalho de senhoras Batistas
EDITORA: Casa Publicadora Baptista do Brasil
LOCAL: Rio de Janeiro
DATA: 1928, 1929, 1930, 1931 e 1932
Nº DE PAGINAS: 770